João Jorge Correa

# A Atuação do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato) na Discussão, Formulação e Proposição de Políticas Educacionais: Uma Possibilidade Concreta para a Transformação da Educação e da Escola

Marília - SP
2002

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

JOÃO JORGE CORREA

# A ATUAÇÃO DO CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CPERS/SINDICATO) NA DISCUSSÃO, FORMULAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA POSSIBILIDADE CONCRETA PARA A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCACÃO E DA ESCOLA

unesp

*JOÃO JORGE CORREA*

# A ATUAÇÃO DO CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CPERS/SINDICATO) NA DISCUSSÃO, FORMULAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA POSSIBILIDADE CONCRETA PARA A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCACÃO E DA ESCOLA

Y. 1363

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Júnior

1410001363



Marília – São Paulo
2002



Nº cham 370.981
C824a

Nº Tombo 1.363
Aquisição D
Preço 5,00
Data 5/8/02
Proced. Autor

Correa, João Jorge.

A atuação do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS / Sindicato) na discussão, formulação e proposição de políticas educacionais: uma possibilidade concreta para a transformação da educação e da escola / João Jorge Correa. -- Marília, 2002.

162 f.; 30 cm.

Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, 2002.

Bibliografia: 156-162

Orientador: Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Júnior

1. Educação brasileira. 2. Administração escolar. 3. Política educacional. 4. Magistério – sindicatos. I. Autor. II. Título.

CDD 379.81

**JOÃO JORGE CORREA**

# A ATUAÇÃO DO CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CPERS/SINDICATO) NA DISCUSSÃO, FORMULAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA POSSIBILIDADE CONCRETA PARA A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCACÃO E DA ESCOLA

BANCA EXAMINADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Júnior

2º Examinador: Prof. Dr. Cleiton de Oliveira – Universidade Metodista de Piracicaba

3ª Examinadora: Profª Drª Maria Isabel de Almeida – Universidade de São Paulo

4ª Examinadora: Profª Drª Marilenne Nunes – Universidade Estadual Paulista

5ª Examinadora: Profª Drª Neusa Maria Dal Ri – Universidade Estadual Paulista

Marília/SP, 14 de junho de 2002.

unesp

# DADOS CURRICULARES

# JOÃO JORGE CORREA

| | |
|---|---|
| NASCIMENTO | 30.5.1965 – Canoas – RS |
| FILIAÇÃO | Genesi Fontoura<br>João Correa |
| 1987-1992 | Curso de Graduação<br>Licenciatura em Pedagogia<br>Faculdade de Educação<br>Universidade Federal de Minas Gerais |
| 1993-1995 | Curso de Pós-Graduação em Educação<br>Mestrado<br>Faculdade Educação<br>Universidade Estadual de Campinas |
| 1996<br>Em exercício | Universidade Estadual de Ponta Grossa<br>Departamento de Educação<br>Professor Assistente D |
| 1998-2002 | Curso de Pós-Graduação em Educação<br>Doutorado<br>Faculdade de Filosofia e Ciências<br>Universidade Estadual Paulista |

unesp

Dedicatória

Dedico este trabalho ao Professor Dr. Celestino Alves da Silva Júnior. Um grande homem, amigo e camarada.

Meu agradecimento especial

Agradecimentos

Ao Professor Dr. Celestino Alves da Silva Júnior pela competente orientação durante a elaboração deste trabalho.

Ao Professor Dr. Cândido Giraldez Vieitez e à Professora Drª Neusa Dal Ri pela criteriosa avaliação e importantes sugestões no Exame de Qualificação.

Aos Colegas e amigos do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa pelo apoio recebido durante meu afastamento das atividades profissionais.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa pelo apoio institucional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Campus de Marília) por ter proporcionado a oportunidade de aprofundar meus estudos contribuindo para minha qualificação profissional e acadêmica.

À CAPES/Programa PICDT pelo suporte financeiro e institucional.

À Diretoria do CPERS/Sindicato Gestão 1999/2002 que proporcionou amplas condições para coleta dos dados.

# RESUMO

A temática desta pesquisa versa sobre as relações entre o movimento sindical do magistério público e a discussão e formulação de políticas educacionais tomando como objeto de estudo o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/Sindicato. O problema da pesquisa é refletir sobre as propostas e ações que o CPERS/Sindicato vêm desenvolvendo com o objetivo de contrapor-se à degradação do ensino, da escola pública e dos profissionais que nela atuam representadas a partir de uma política educacional diferente daquela que as instâncias superiores do sistema educacional formulam. Desenvolvo uma reflexão sobre os fundamentos teóricos das diversas modalidades de atuação sindical, buscando uma aproximação com as experiências vividas pelas entidades do magistério, para, logo em seguida, abordar de forma crítica a emergência do movimento sindical entre os professores e professoras das escolas públicas. Em um outro momento do trabalho resgato a histórias das lutas empreendidas pelo magistério gaúcho a partir das ações do CPERS/Sindicato, destacando as lutas mais econômicas e corporativas da entidade. Finalmente, analiso as ações empreendidas pelo CPERS/Sindicato no sentido de promover o debate, a formulação e proposição de uma nova política educacional. Neste sentido, relato as discussões havidas nos Encontros e Congressos Estaduais realizados nas últimas duas décadas.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

# ABSTRACT

The thematic one of this research turns on the relations between the syndical movement of the public teaching and the quarrel and formulation of educational politics taking as study object the Center of the Professors of the State of the Rio Grande do Sul – CPERS. The problem of the research is to reflect on the proposals and actions that the CPERS come developing with the objective to oppose it the degradation of education, of the public school and of the professionals who in act represented from one different educational politics of that the higher stages of appeal of the educational system formulate. I develop a reflection on the theoretical beddings of the diverse modalities of syndical performance, searching an approach with the experiences lived for the entities of the teaching, for, then after that, to approach of critical form the emergency of the syndical movement between the professors and teachers of the public schools. In one another moment of the work I rescue histories of the fights undertaken for the teaching from the actions of the CPERS, detaching the fights most economic and corporative of the entity. Finally, I analyze the actions undertaken for the CPERS in the direction to promote the debate, the formulation and proposal of a new educational politics. In this direction, carried through story the quarrels had in the Congresses in last the two decades.

unesp

# RÉSUMÉ

Le thématique de cette recherche allume les relations entre le mouvement syndical de l'enseignement de public et de la querelle et du formularization de la politique éducative prenant pendant que l'objet d'étude le centre des professeurs de l'état de Rio Grande do Sul – CPERS. Le problème de la recherche est de réfléchir sur les propositions et les actions que les CPERS viennent se développant avec l'objectif pour s'opposer à lui la dégradation de l'éducation, de l'école d'Etat et des professionnels que dans l'acte représenté de l'une politique éducative différente de cela les étapes plus élevées de l'appel du système d'éducation formulent. Je développe une réflexion sur les literies théoriques des modalités diverses de l'exécution syndical, recherchant une approche avec les expériences ai vécu pour les entités de l'enseignement, pour, puis après cela, à l'approche de la forme critique l'urgence du mouvement syndical entre les professeurs et les professeurs des écoles d'Etat. Dans un un autre moment du travail je sauve des histoires des combats entrepris pour le des actions du CPERS, détachement des combats les plus économiques et corporatifs de l'entité. En conclusion, j'analyse les actions entreprises pour le CPERS dans la direction pour favoriser la discussion, le formularization et la proposition d'une nouvelle politique éducative. Dans cette direction, exécutée l'histoire les querelles ont eu dans les congrès de réunion et d'état dans le bout les deux décennies.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

# SUMÁRIO


**DEDICATÓRIA** v

**AGRADECIMENTOS** vi

**RESUMO** vii

**ABSTRACT** viii

**RÉSUMÉ** ix

**LISTA DE ABREVIATURAS** x

**INTRODUÇÃO** 11

**1 Uma reflexão sobre os fundamentos do sindicalismo** 22

Introdução 22
Teorias Clássicas do Sindicalismo 24
Esboçando aproximações com o sindicalismo do magistério 32

**2 A emergência do movimento sindical no magistério** 45

Introdução 45
A organização coletiva do magistério e os desafios da crise do sindicalismo 46

**3 Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul** 66

Introdução 66
Estrutura organizacional do CPERS/Sindicato 67
Histórico da entidade e suas principais lutas 71
O CPERS/Sindicato e a possibilidade de concretizar as lutas do passado 92

**4 A atuação do CPERS/Sindicato na discussão, elaboração e proposição de uma nova política educacional** 105

Introdução 105
O CPERS/Sindicato e o debate da política educacional dos anos oitenta 107
O CPERS/Sindicato e o debate da política educacional dos anos noventa 124
O CPERS/Sindicato e a possibilidade real de mudança 138

**CONCLUSÃO** 146

**BIBLIOGRAFIA** 156

# LISTA DE ABREVIATURAS

ADERGS – Associação dos Dirigentes de Escola do Rio Grande do Sul
AGPTEA – Associação dos Professores de Técnicas Agrícolas
ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
AOERGS – Associação dos Orientadores do Estado do Rio Grande do Sul
APEF – Associação dos Professores de Educação Física
APEOESP – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APMERGS – Associação dos Professores do Ensino Médio do Rio Grande do Sul
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASSERS – Associação dos Supervisores Escolares do Rio Grande do Sul
CEA – Confederação de Educadores Americanos
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMOPE – Confederação Mundial das Organizações de Profissionais do Ensino)
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAFEP – Coordenação Nacional de Servidores do Ensino Público
CONCLAT – Confederação da Classe Trabalhadora
CPB – Confederação dos Professores do Brasil
CPP – Centro do Professorado Paulista
CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil)
CPPE – Centro dos Professores Primários Estaduais
CPPERGS – Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul
CPERS/SINDICATO – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FASUBRA – Federação Nacional das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras
FEMARS – Federação do Magistério do Rio Grande do Sul
FENASE – Federação Nacional de Supervisores de Ensino
FENOE – Federação Nacional de Orientadores Educacionais
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MPR – Movimento dos Professores Radicais
MPS – Movimento dos Professores Socialistas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNE – União Nacional dos Estudantes
UTE-MG – União dos Trabalhadores do Ensino do Estado de Minas Gerais

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

# INTRODUÇÃO

O movimento sindical vive hoje sua maior crise, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Independente da abrangência desta crise ela se reflete nos aspectos objetivos e subjetivos das organizações de trabalhadores.

A partir, principalmente, da década de oitenta tem início uma série de modificações na organização do trabalho que afetam diretamente a forma de ser e de encarar a realidade das classes trabalhadoras. Essas transformações no trabalho levaram a uma gradativa desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas, gerando um prejuízo de direitos e conquistas históricas.

As transformações ocorridas na estrutura e organização do trabalho acarretaram para os sindicatos dos trabalhadores, dificuldades quase intransponíveis para assimilar e incorporar essa classe trabalhadora mais segmentada e fracionada. Deve-se, também, acrescer a este fenômeno a relação direta existente entre o elevado contingente de desempregados e o retrocesso da ação sindical, que passa de um sindicalismo combativo para uma modalidade mais subserviente aos interesses do capital.

Para Antunes (1997, p.62), o aumento do abismo social criado no interior da própria classe trabalhadora reduz fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores estáveis e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários ou precários. A conseqüência mais direta é o desmoronamento do sindicalismo vertical vinculado à categoria profissional, ou seja, mais corporativo. Por outro lado, a crise vivida pelos

unesp

sindicatos os impossibilita de atuar de uma maneira horizontal, com abrangência maior a fim de aglutinar o conjunto dos trabalhadores desde os estáveis até os precários.

Para o autor em questão ainda permanecem em aberto algumas questões apontadas por ele próprio a partir dos seus diversos estudos já realizados (1997a, 1997b, 1999) sobre a crise dos sindicatos: Serão capazes de reunir trabalhadores estáveis e precários? Resistirão a uma nova modalidade de corporativismo que elege apenas o trabalhador estável como centro dos interesses do sindicato? Serão capazes de elaborar uma nova forma de atuação sindical que supere as deficiências das modalidades anteriores? Romperão a barreira que se estabeleceu entre a luta sindical e a luta parlamentar, entre luta econômica e luta política?

Estas questões propostas, pela sua abrangência, também podem ser direcionadas para o campo de debate do sindicalismo do magistério, principalmente pela proximidade da desestruturação do trabalho que vem ocorrendo com os professores.

Especificamente no tocante ao movimento sindical do magistério – é o ramo do setor público que apresenta as maiores taxas de sindicalização e, ainda que em menor grau, na década de 90, como o sindicato que promoveu as maiores mobilizações – o seu ingresso na CUT foi muito importante, pois pode tomar contato com um debate mais intenso sobre o sindicalismo de outras categorias. Muito provavelmente, o ingresso dos sindicatos do magistério na CUT está relacionado a uma maior identidade com o sindicalismo reivindicativo e de

unesp

luta, em função das suas condições econômicas e salariais muito próximas das demais categorias de trabalhadores.

Neste sentido, a experiência adquirida no contato com outras possibilidades de luta, além daquelas tradicionalmente adotadas no passado, e a influência dos partidos de esquerda e suas diversas facções ideológicas no interior do sindicato, foram elementos que contribuíram para o amadurecimento das entidades sindicais do magistério (ainda que em alguns momentos turvassem as análises do sindicato a respeito das formas mais adequadas para conduzir suas ações), fazendo com que se tornasse imperativo à categoria, combinar uma dupla questão: a primeira seria a luta pela melhoria das suas condições de trabalho e salário por negociação ampla e transparente, viabilizando formas de participação nas políticas e na gestão do Estado; e a segunda, estaria relacionada com uma luta mais ampla pela transformação do Estado favorecendo o conjunto das classes trabalhadoras.

Descobrir novas orientações para sua prática sindical constitui-se como uma tarefa urgente para o movimento sindical do magistério, porque o conjunto mais mobilizado da categoria encontra-se entre o desencantamento e a busca de outras alternativas para a sua atividade de professor da escola pública. E entre as possíveis novas orientações que a categoria deve imprimir ao seu movimento sindical está a relação das entidades do magistério com o debate das políticas educacionais, buscando superar as ações meramente econômicas e corporativas da categoria.

unesp

Esta é a idéia central desta pesquisa, ou seja, o envolvimento dos sindicatos do magistério no debate e proposição de uma nova política educacional. Entretanto, no tocante a esta idéia, tratarei especificamente das ações de uma entidade sindical do magistério público, neste caso o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/Sindicato dos Trabalhadores em Educação – CPERS/Sindicato.

Mas antes de justificar a escolha do CPERS/Sindicato e a forma como conduzi a pesquisa, apresentarei a tese que norteia o estudo e que fundamenta o problema a ser investigado, bem como os objetivos e as hipóteses que balizarão minhas reflexões.

A tese que buscarei sustentar no transcorrer da pesquisa é a seguinte: É possível que sindicatos do magistério não apenas discutam e reflitam sobre a educação formulando propostas alternativas às práticas educacionais vigentes, mas que as tornem concretas sob a forma de uma nova política educacional.

A partir desta tese, formulo o problema que me proponho investigar: Quais as propostas e ações que o CPERS/Sindicato desenvolve no sentido de formular e propor uma política educacional que se diferencie das vigentes?

Os objetivos que motivam a condução da pesquisa são os seguintes:

a) Resgatar a história de lutas construída pelo CPERS/Sindicato em defesa dos interesses econômico-corporativos do magistério gaúcho;

b) Analisar as ações do CPERS a partir dos Encontros Estaduais de Educação e dos Congressos Estaduais no tocante à formulação, discussão e proposição de uma nova política educacional;

A partir da explicitação da tese que conduzirá esta pesquisa e da formulação do problema conjuntamente com os objetivos, apresento a seguir as hipóteses – algumas mais gerais e outras mais específicas – que balizarão a investigação.

a) Além da crise generalizada do movimento sindical, a atuação marcadamente corporativa, assistencialista e economicista das entidades do magistério contribui para o estabelecimento de uma crise no movimento sindical do magistério.

b) O amadurecimento de uma visão mais crítica do movimento sindical do magistério contribui para a formulação de políticas educacionais mais democráticas e direcionadas para os interesses das classes trabalhadoras.

c) O CPERS/Sindicato não possui uma concepção própria de política educacional, reproduzindo em seus discursos formulações elaboradas em outras instâncias, como por exemplo, as universidades, as estruturas governamentais e as instâncias superiores do próprio movimento sindical.

d) A presença de governos caracterizados como "populares e de esquerda" garante um envolvimento maior dos sindicatos no que tange à discussão das políticas educacionais.

A explicitação da tese que me proponho sustentar, a forma como elaborei o problema da pesquisa, os objetivos e as hipóteses de estudo estão

firmemente enraizados na crença de que se faz necessário expandir o debate sobre as políticas educacionais com um maior envolvimento dos trabalhadores da escola pública. E na minha opinião, uma das formas mais adequadas de se ampliar esse envolvimento poderia ser através do próprio sindicato. Que esse deixasse de ser apenas um defensor da categoria nas questões referentes aos salários, e se tornasse um canal de análise crítica das condições em que os integrantes do magistério desenvolvem seu trabalho, da forma que recebem sua formação acadêmica e, acima de tudo, das políticas educacionais formuladas pelo Estado.

Ao passar neste momento para uma definição mais detida dos procedimentos metodológicos adotados, não tenho por intenção desenterrar o conhecido embate entre qualitativo e quantitativo, muito menos citar autores que trataram desta disputa para avalizar minhas escolhas metodológicas. Direi apenas que qualitativo e quantitativo se completam mutuamente, e é minha intenção que isto ocorra ao desenvolver esta pesquisa. Evidentemente que meu desejo é proporcionar uma ênfase mais qualitativa ao problema e aos objetivos propostos, mas não dispensarei o uso do fator quantidade no momento em que for necessário e imprescindível para um adequado entendimento do tema.

A forma como conduzi a pesquisa a torna próxima de um estudo de caso de tipo etnográfico principalmente pelas técnicas utilizadas: observação participante, entrevistas e análise de documentos.

Segundo André (1995), "a observação é chamada participante porque parte do princípio de que o pesquisado tem sempre um grau de interação com a situação estudada (...). As entrevistas têm a finalidade de aprofundar as

unesp

questões e esclarecer os problemas observados. Os documentos são usados no sentido de contextualizar o fenômeno, explicitar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através de outras fontes". (1995, p.28)

Os procedimentos que adotei para coleta das informações e dados referentes ao conteúdo da pesquisa foram os seguintes: entrevistas semi-estruturadas, relatos de história oral de antigos dirigentes e análise documental (fundamentalmente os Jornais A Sineta, Magister e notas publicadas na imprensa, além de boletins de greve e paralisações).

Também busquei informações a partir de uma série de visitas à sede da entidade em Porto Alegre e em alguns Núcleos da Grande Porto Alegre, onde pude conversar – também informalmente – com diretores e integrantes da diretoria do CPERS. Um outro local onde fiz observações e extraí informações de grande valor para a pesquisa foram em algumas Assembléias Gerais, em audiências da Assembléia Legislativa do Estado, bem como na segunda e terceira edição dos Congressos Estaduais. Também a partir do Fórum Mundial da Educação e das duas edições do Fórum Mundial Social pude coletar e organizar dados muito relevantes para o estudo.

De grande valia foram as informações prestadas pelo setor de arquivo do CPERS e pelo bibliotecário responsável pela organização de materiais bibliográficos que jamais haviam sido consultados para pesquisa, mesmo por aqueles pesquisadores que tiveram o CPERS como objeto de estudo em outras oportunidades.

unesp

O conjunto desse material foi devidamente organizado tendo como diretrizes de análise o problema proposto para a investigação e os objetivos delimitadores da pesquisa. Assim, elaborei o presente texto que se encontra estruturado em quatro capítulos.

A escolha do CPERS/Sindicato na totalidade das entidades representativas do magistério deve-se a alguns fatores importantes. O primeiro deles por se tratar de uma entidade altamente representativa no conjunto das filiadas à CNTE, sendo a segunda maior em número de associados. Um segundo elemento refere-se à própria história de lutas do CPERS que tem servido como exemplo para outras entidades do magistério. E neste conjunto das lutas da entidade merece destaque – além das questões econômicas – o seu envolvimento no debate e proposição de políticas educacionais alternativas às vigentes, tendo participado ativamente da Assembléia Nacional Constituinte, da Constituinte Estadual, do debate em torno da LDBEN e do Plano Nacional de Educação.

Um terceiro elemento refere-se ao fato de o CPERS/Sindicato encontrar-se diante de uma situação ímpar em relação a outras entidades do magistério, que é a presença de um governo "popular de esquerda" liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Tal conjuntura apresenta uma nova situação para ser analisada: como se comporta uma entidade do magistério com uma larga história de lutas e de propostas para uma nova política educacional diante da primeira oportunidade histórica de relacionar-se com um governo identificado com as aspirações populares.

unesp

Talvez outras justificativas poderiam ser relacionadas para justificar a escolha do CPERS/Sindicato como objeto de estudo desta pesquisa, mas acredito que as apresentadas sejam suficientes devido à representatividade e respeito que a entidade goza no cenário educacional brasileiro e internacional.

No primeiro capítulo elaboro uma reflexão sobre os fundamentos do sindicalismo. Apresento as teorias clássicas do movimento sindical a partir da emergência da grande indústria e da expansão do capitalismo. Essas teorias atuaram como base de sustentação ideológica de uma parcela considerável do sindicalismo emergente do século XIX, interferindo diretamente na forma como os trabalhadores conduziam as suas associações e sindicatos.

Ao aproximar os fundamentos teóricos do sindicalismo com as práticas associativas embrionárias do magistério não é minha intenção "colar" a experiência vivida pelas entidades dos professores em teorias previamente existentes, e construídas por outro segmento de trabalhadores.

Minha intenção é mostrar a proximidade muito estreita das práticas e discursos das entidades do magistério com aquelas desenvolvidas nos primórdios do capitalismo do século XIX.

No capítulo seguinte, o segundo, abordo a emergência do movimento sindical no magistério, destacando o caminho percorrido pelos professores na luta pela sua organização objetivando a defesa e ampliação dos seus interesses mais econômicos e corporativos. Este é um momento importante pois representa a passagem para uma fase de amadurecimento político e de ampliação dos horizontes da própria categoria, percebendo que a luta de um

unesp

sindicato não pode constituir-se apenas pelas reivindicações econômicas e corporativas de interesse mais imediato.

É o momento de uma longa e dura aprendizagem. A passagem de uma fase meramente corporativa e econômica, que acabará afetando o próprio sindicalismo do magistério que se retraí em suas manifestações e envolvimento no debate das questões educacionais.

Neste capítulo também analiso a influência dos debates educacionais ocorridos nas décadas de setenta e oitenta sob a reorganização das entidades do magistério em sindicatos e associações mais combativas e críticas da sociedade capitalista e do sistema educacional.

Os capítulos seguintes – o terceiro e o quarto – tratam especificamente da entidade escolhida como objeto de estudo.

No terceiro capítulo abordo a constituição do CPERS/Sindicato e a história das suas lutas mais econômicas e corporativas. Apresento as principais reivindicações, conquistas e perdas, manifestações, paralisações e greves do magistério gaúcho.

O capítulo quatro por sua vez é constituído pela atuação do CPERS/Sindicato na discussão, elaboração e proposição de uma nova política educacional. Os pontos de partida são os Encontros Estaduais de Educação e, posteriormente, os Congressos Estaduais entendidos como o local apropriado para o debate da política educacional.

Entretanto, não foi minha intenção separar as lutas econômicas e corporativas do magistério gaúcho do debate e proposição de políticas

unesp

educacionais. Esses dois momentos da pesquisa constituem um todo, que deve ser entendido de forma encadeada, ao mesmo tempo em que o CPERS promove as lutas econômicas, dedica-se ao debate educacional, não existindo uma separação entre economia e política. Ainda é neste dois capítulos que abordo o complexo relacionamento do CPERS com o governo Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores. Desta forma, procedi pela redação em dois capítulos distintos para auxiliar na leitura evitando que houvesse um capítulo extremamente longo, além do mais, como trato da construção de uma entidade sindical a partir das suas lutas econômicas e políticas, optei pela exposição cronológica do texto.

Finalmente, apresento algumas conclusões em relação à temática abordada, encaminhando algumas possíveis respostas ao problema e às hipóteses formuladas, bem como retornado à tese que defini para esta pesquisa.

Em última análise busco com esta pesquisa qualificar o movimento do magistério gaúcho, conduzido pelo CPERS/Sindicato, como plenamente capaz de produzir políticas educacionais consistentes e coletivamente discutidas e planejadas. Todavia não podemos descuidar da sobreposição dos interesses mais econômicos (que são de fundamental importância) sobre aqueles diretamente relacionados não apenas com os interesses da categoria, mas com a sociedade como um todo.

unesp

# 1

## UMA REFLEXÃO SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SINDICALISMO

### Introdução

Nesse primeiro capítulo enfatizarei as diversas modalidades de atuação que os trabalhadores imprimiram às suas entidades de organização coletiva e de defesa dos seus interesses econômicos mais imediatos.

Apresentarei os vários formatos existentes ao longo da história do sindicalismo, assim como os fundamentos teóricos que garantem a sua sustentação. É importante lembrar que não se trata de uma tipologia dos sindicatos criada para emoldurar a prática sindical de qualquer categoria que seja. O que será apresentado nesse capítulo é a expressão do movimento sindical em uma dada conjuntura, expressão essa profundamente marcada pela visão de mundo, homem e sociedade que os trabalhadores e suas lideranças sindicais possuíam naquele momento específico da sua atuação em categoria coletivamente organizada.

Como a intenção é apresentar essas formas, mecanismos de ação, comportamentos e discursos adotados pelos sindicatos é de fundamental relevância o estabelecimento do momento histórico a partir do qual recairão as reflexões empreendidas nesse capítulo.

Assim, é importante esclarecer que o movimento sindical da forma como conhecemos não existiu em nenhum momento da história das sociedades anterior ao século XIX. É praticamente opinião comum na bibliografia que trata do assunto que as organizações de trabalhadores, sob a forma de

unesp

sindicatos ou associações profissionais, são coincidentes com o apogeu da grande indústria e com a expansão do comércio e dos primeiros agrupamentos estritamente financeiros, e sem dúvida, expande-se com o surgimento de um regime social que tem como principal fundamento a exploração de imensas massas de trabalhadores[1]. Isto significa dizer que é possível assegurar o desenvolvimento do movimento coletivo do operariado simultaneamente, e na mesma intensidade, ao sistema capitalista de produção.

Na maioria dos países onde o capitalismo obteve sucesso e se expandiu, a reação de resistência e oposição dos operários que se configurou no movimento sindical teve sua origem inicialmente em frentes de solidariedade e autodefesa, e em um sentimento de revolta contra o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa[2]. Esta dupla origem representa duas tendências que são anteriores à própria formação dos sindicatos da forma como os entendemos atualmente: o sentimento de solidariedade e de defesa dos operários levou à constituição das sociedades de mútua ajuda e das ligas de resistência, e a indignação com a sociedade capitalista e seu modo de produção material consubstanciou-se na sabotagem da produção na fábrica e na luta pelos direitos

[1] É importante salientar que na literatura sobre as organizações de trabalhadores consta que os primeiros conflitos entre integrantes do povo e aqueles que os oprimiam tiveram um caráter estritamente espontaneísta (aproximadamente a partir do século XI), e que a partir destes embates surgiram as primeiras corporações de ofício, não sendo correto afirmar que o surgimento dos sindicatos foi uma possível evolução destas corporações, pois aqueles defendiam os interesses dos trabalhadores assalariados que não detinham os meios de produção, diferentemente dos integrantes das corporações de ofício. Quanto a este tema a obra de René Garmy publicada em 1938, "Orígenes Del Capitalismo y de los Sindicatos", é muito interessante, pois analisa profundamente as diferenças existentes entre as formas embrionárias de organização dos trabalhadores e aquelas que surgem com a emergência do sistema capitalista de produção de mercadorias.

[2] Os três volumes da obra de Thompson (1987) "A Formação da Classe Operária Inglesa" é uma referência indispensável para compreender os mecanismos e comportamentos adotados pelos trabalhadores ingleses a fim de construir suas corporações com o objetivo de proteger a si mesmos em termos econômicos e seus ofícios do avanço do capitalismo.

unesp

políticos. Estas duas tendências – a solidarista, que introduz na grande indústria valores de origem camponesa que ainda estão muito presentes na classe operária, e a revolucionária e anárquica, que vê no sindicalismo o instrumento de abolição do trabalho assalariado – tinham como objetivo comum a criação de cooperativas de produção geridas pelos próprios operários.

A forma como se encontra organizado o sindicalismo no século XIX espelha bem a estrutura produtiva dos primórdios do sistema capitalista de produção de mercadorias. De um lado tem-se uma série de pequenas empresas associado ao fato da classe operária apresentar uma grande mobilidade territorial em busca de trabalho e, de outro, muito mais forte que ações contratuais dos operários com as empresas tem-se uma clara orientação das organizações de trabalhadores para uma ação mais política. Sendo que, na maioria das vezes, as ações são repentinas, violentas e sempre consideradas ilegais pelos capitalistas e seu aparato repressor.

**Teorias Clássicas do Sindicalismo**

A interpretação das teorias clássicas do sindicalismo, desde o seu surgimento, ocorreu de maneira extremamente desigual. O que têm de comum é que se tratam de teorias de caráter geral, entretanto, por terem sua origem em apenas uma ou outra tendência do movimento sindical de um dado país e época, passaram a ser consideradas auto-interpretativas. Estas teorias são analíticas e doutrinárias simultaneamente, como por exemplo, o são as vertentes marxista e

soreliana representante do sindicalismo europeu e as vertentes de Perlman e Webb que se referem ao sindicalismo anglo-saxão.

Não é porque Marx desenvolve uma profunda análise do capitalismo que encontraremos em suas obras um tratamento especial ao movimento sindical dos operários, mesmo porque o tema foi pouco explorado em seu extenso trabalho, e neste sentido não se pode falar de uma teoria marxista do sindicalismo. O movimento de associação de operários só pode ser analisado em Marx se levarmos em consideração toda a sua elaboração teórica sobre a sociedade capitalista, a exploração de trabalhadores e os seus mecanismos de luta contra a opressão do capital. E neste sentido, as análises de Marx e seus seguidores sobre o sindicalismo são mais abrangentes e profundas que outras vertentes teóricas, pois marcam o lugar onde se origina e desenvolve as lutas sindicais dos trabalhadores, ou seja, a sociedade capitalista.

Outro elemento importante que deve ser considerado na vertente marxista é que o movimento sindical dos operários das fábricas capitalistas tem um objetivo maior que apenas resolver problemas imediatos relacionados às suas condições de trabalho, e sim ampliar a idéia de uma transformação social em busca de uma nova ordem econômica, social e política. Assim, coloca-se uma questão importante para a vertente marxista e que marcou intensos debates no seu interior. Qual é o lugar específico da organização sindical e das lutas sindicais na perspectiva de transformação de uma ordem social em outra que não seja opressora da classe trabalhadora? Como a classe trabalhadora não consegue sequer reduzir a deterioração das suas condições de trabalho através, entre outros

unesp

mecanismos, da organização sindical, resta-lhe uma outra luta: a abolição do trabalho assalariado.

É exatamente a partir deste outro elemento da luta dos operários contra o capital que advém as controvérsias, entre outras tantas existentes, na corrente marxista, surgindo daí dois grupos: a) os defensores da importância da fábrica e das lutas econômicas e, b) os defensores das lutas políticas contra o Estado. Com a vitória da revolução bolchevique haverá um redirecionamento da ação sindical (trade-unions) para uma atuação política contra o Estado capitalista. A partir desta perspectiva a teoria do sindicato passa a ter fundamental importância para as ações do movimento operário e seus partidos representativos.

Sorel, oriundo da matriz marxista, foi o fundador teórico do sindicalismo revolucionário. Em sua tese o autor busca sustentação na autonomia operária presente nos sindicatos para defender a idéia de uma "sociedade total" que se contraporia à sociedade burguesa (com outra economia, organização e cultura). A partir desta tese o sindicato assumiria o "monopólio das aspirações populares". Como movimento real a tese de Sorel foi breve, mas como corrente de pensamento é uma das teses mais citadas nas associações sindicais de trabalhadores que se encontram sob o jugo do capital. É o sonho de todo sindicato de trabalhadores a sua emancipação revolucionária, considerando como seus inimigos não apenas o capitalista, mas o Estado em sua totalidade, colocando-se em contato direto com os partidos políticos, e estabelecendo como verdade o sindicato único representante do trabalhador assalariado.

unesp

Todavia, essa concepção possui uma visão esquemática da estrutura da sociedade baseada na divisão em duas classes, e um dos elementos que reforçaria essa cisão seria a greve geral. Ao apresentar a classe operária européia como hegemônica e capaz de enfrentar todos os problemas da sociedade capitalista (assim como os marxistas) além da fábrica e do mercado de trabalho acaba expondo a sua visão simplificada das instituições políticas.

Um olhar sob o sindicalismo anglo-saxão nos permite verificar que não houve interesse na apresentação e defesa de uma proposta que objetivasse à transformação da sociedade de maneira revolucionária. Seu interesse foi o de refletir sobre a função do sindicato no interior da sociedade capitalista, e não se preocupar com as questões relacionadas à mudança social. É compreensível este tipo de escolha já que os cônjuges Webb (teóricos do trade-unionism inglês) pautam-se em uma abordagem de tipo funcionalista. Para estes autores os sindicatos são entendidos como um meio para atingir fins limitados num duplo sentido: defesa dos operários da ação do mercado e compatibilidade das suas ações com a funcionalidade do sistema (capitalista, obviamente). Entendem como legítimo para a classe operária o sindicato capaz de se compatibilizar com as exigências da fábrica capitalista buscando tornar a sociedade mais democrática.

No caso específico da sociedade norte-americana, Selig Perlman, apesar de desenvolver uma análise voltada somente para o "business unionism americano" introduz uma discussão diferenciada sobre os sindicatos dos operários fabris contrapondo à reflexão da importância do movimento sindical para atenuar a ação do sistema capitalista sob os trabalhadores, a idéia de se pensar sobre quais

unesp

seriam as necessidades dos trabalhadores como um grupo autônomo. A estas duas correntes (sindicalismo inglês e sindicalismo norte-americano) correspondem duas tendências concretas da organização dos trabalhadores: a) integrá-los na sociedade por intermédio do sindicato valorizando uma ação política destinada à reformulação da ordem vigente; b) auferir o máximo de vantagens econômicas para os trabalhadores independentemente de uma preocupação com a sociedade vigente quiçá transformá-la, não havendo uma perspectiva revolucionária.

A vertente teórica de Perlman encontra-se estruturada numa suposta mentalidade sindical dos participantes do sindicato oposta à mentalidade do intelectual cuja atuação no movimento sindical visa imprimir-lhe idéias e objetivos que se contraponham ao sistema capitalista. De acordo com o autor importa mais aos trabalhadores ter consciência das reduzidas oportunidades no sistema econômico capitalista, ou seja, postos de trabalho. Assim, consubstancia-se a figura do sindicalismo maduro na visão de Perlman que nada mais é que uma associação de trabalhadores cujo objetivo é obter a propriedade coletiva dos postos de trabalho disponíveis para distribuí-los entre os membros segundo as regras da organização sindical, renunciando à idéia de profundas reformas além, também, de rejeitar a ação política das massas.

Essa postura menospreza as dinâmicas internas do sindicato sob a forma de organização, no sentido de negar a sua potencialidade no encaminhamento de certas estratégias teóricas e práticas, deixando-nos subtendido que o operário aceita como naturais as condições impostas pelo capitalismo na organização do trabalho e da sociedade.

unesp

Por outro lado, os autores de origem marxista consideram o sindicalismo como um movimento social antagônico à sociedade capitalista, assim como toda a luta dos trabalhadores, entretanto descuidam-se de que o conflito tem um andamento descontínuo e que o movimento sindical apresenta diferenças entre épocas e lugares, não explicando quais os fatores e processos inerentes à sociedade que determinam efetivamente este andamento e estas diferenças, uma vez que a história do sindicalismo nos ensina que há momentos de intensa atividade sindical seguidos de épocas de baixa organização e reivindicação. Uma possível interpretação para o impasse deixado pelo marxismo refere-se ao comportamento da classe dominante, isto é, a capacidade de atender reivindicações de caráter econômico, e conseguir a participação dos trabalhadores no encaminhamento político dado pelos sindicatos, ou seja, minimizar o enfrentamento.

O que não podemos aceitar é que o movimento sindical dos trabalhadores seja entendido apenas como uma resposta mecânica aos estímulos externos. Como afirma Mazzeo, "a transcendência da condição de estar alienado e o desenvolver a consciência da alienação, como o primeiro momento impulsionador destinado à sua crítica e superação, não se realiza espontaneamente, ou seja, não resulta das manifestações espontâneas da consciência produzida pela imediaticidade da práxis cotidiana", não ocorrendo uma "tomada de consciência do tipo conseqüêncial-mecanicista" (1999, p.11).

Tendo as vertentes teóricas brevemente apresentadas como ponto de referência é possível estabelecer uma extensa classificação dos sindicatos.

unesp

Ricardo Antunes[3] elaborou uma síntese das principais vertentes presentes na história do sindicalismo, que segundo o próprio autor afirma cumpre apenas um caráter didático a fim de organizar a forma que alguns sindicatos desenvolveram ao longo de sua história, mas que de uma certa maneira contribui para concluir essas reflexões preliminares que teci acerca do sindicalismo.

O autor sugere sete formas de atuação que marcaram os sindicatos a partir da sua emergência com o advento do capitalismo e da grande indústria. O sindicalismo trade-unionista inglês de reivindicação econômica; o revolucionário – precursor do anarquismo – que não acreditava na transformação da sociedade através de reformas, elegendo a greve geral como o único caminho possível para as mudanças radicais que beneficiariam os trabalhadores; o

---

[3] Existem outras classificações que de uma maneira bem geral acabam por se complementar entre si, como é o caso, por exemplo da apresentada pelo Dicionário de Política, Dicionário do Pensamento Marxista e Dicionário Crítico do Trabalho e Tecnologia.
O Dicionário de Política apresenta uma classificação dos sindicatos em dois grandes grupos. No primeiro agrupamento estão os sindicatos organizados segundo as áreas de recrutamento dos trabalhadores, e que são os sindicatos de profissão (congregando trabalhadores com uma mesma especialização profissional), os de indústria (reunindo operários sem qualificação) e os sindicatos gerais que integrariam diversas categorias de trabalhadores. O segundo grupo de sindicatos na verdade complementa o primeiro, uma vez que define a amplitude dos interesses representados tanto nos sindicatos de profissão quanto nos de indústria e nos sindicatos gerais. Assim, tem-se os sindicatos associativos (cujas ações estão voltadas apenas para os associados) e os sindicatos de classe (direcionando suas ações inclusive para os não associados). Como já afirmei anteriormente, em síntese, os sindicatos de profissão tendem a ser associativos e os sindicatos de indústria tendem a ser de classe.
A classificação promovida pelo Dicionário de Trabalho e Tecnologia inclui três tipos de sindicalismos: reivindicação e oposição (crítico do sistema capitalista de produção e com uma prática sindical vinculada à ação dos partidos operários), reivindicação e participação (mais pragmático que o anterior aceitando o envolvimento dos trabalhadores no sistema produtivo) e o sindicalismo de negócios (de ações corporativas visando a defesa dos interesses imediatos dos associados deixando de lado, muitas vezes, o combate à sociedade capitalista).
No Dicionário do Pensamento Marxista encontramos aqueles sindicatos que aceitam o sistema capitalista de produção como o campo propício para sua atuação (sindicato do tipo "puro e simples" e o de orientação católica); os sindicatos que se orientam por ações revolucionárias visando o fim do capitalismo e a construção de uma nova sociedade baseada em um outro sistema de produção (anarco-sindicalismo); e, o sindicalismo que não aceita a separação entre lutas econômicas e lutas políticas elegendo o partido como interlocutor entre o campo econômico e o político (sindicalismo marxista-revolucionário).

unesp

sindicalismo-anarquista, que não aceita as lutas políticas e defende o sindicato como o único instrumento capaz de conter o avanço do capitalismo e levá-lo à derrota; a modalidade reformista norte-americana que nega a luta de classes, estimula o corporativismo e o economicismo reivindicatório, além de negar as ações políticas e os atos violentos; o sindicalismo cristão e o do tipo corporativista além de possuírem uma concepção reformista da sociedade, rejeitam a luta de classes defendendo a colaboração social entre trabalhadores e capitalistas; e, finalmente, o sindicalismo comunista defensor da tese de que o sindicato deve se posicionar entre o partido e o estado promovendo a educação política do proletariado.

É importante salientar que a classificação apontada por Antunes não se trata de modelos teóricos a serem seguidos pelos sindicatos. Foram – e alguns ainda são – formas concretas desenvolvidas pelos trabalhadores e suas entidades associativas em determinados lugares e épocas. Trata-se de uma forma de responder coletivamente ao avanço do capitalismo e a sua forma de organizar a sociedade.

Isto não significa que os sindicatos devam adotar alguma dessas formas. Mas também não pode deixar de analisar os seus fundamentos e procedimentos na condução das lutas da classe trabalhadora. É de fundamental importância uma compreensão das práticas sindicais do passado a fim de construir uma nova concepção de sindicato que alie lutas econômicas com outras mais abrangentes e de caráter mais estrutural visando a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

unesp

Por esse motivo, na seqüência dessa exposição, abordarei a maneira como as entidades do magistério se aproximaram das várias formas de atuação sindical das demais categorias de trabalhadores ao longo de sua história, e de que forma conduziu a construção da prática sindical do magistério.

**Esboçando aproximações com o sindicalismo do magistério**

Uma aproximação das entidades do magistério com as classificações apresentadas permite-nos algumas conjecturas. Por exemplo, a especialização profissional, o elevado índice de associação (nas décadas de 70 e 80), a participação e o envolvimento direto dos associados e a baixa burocratização presentes nos sindicatos de profissão. Também é possível encontrar elementos muito próximos dos sindicatos de indústria, mas numa fase em que as entidades do magistério passam a constituir-se em grandes aparatos sindicais com elevada burocratização, centralização e excessivo número de funções administrativas em suas estrutura, além de haver o predomínio dos aspectos organizacionais em detrimento da própria categoria conduzindo a uma atenuação das suas ações (meados dos anos 90 em diante).

Em relação à amplitude dos interesses das entidades do magistério é possível afirmar que as entidades sindicais dos professores que trabalham na rede particular de ensino aproximam-se muito mais do tipo associativo (ações voltadas para os interesses dos associados, utilização do contrato coletivo e articulação a partir dos locais de trabalho). Evidentemente, algumas entidades do magistério público também praticam estas ações, exceto o

unesp

contrato coletivo de trabalho pela própria característica em que se dá a sua contratação pelo Poder Público. A preocupação com os interesses dos não-associados também está presente nas organizações docentes, inclusive adotando um novo direcionamento em suas ações políticas (principalmente a partir dos anos setenta).

Os sindicatos do magistério da forma como se encontram atualmente organizados agem no âmbito da reivindicação de elementos economicistas propriamente ditos e aspectos relacionados à organização do trabalho escolar, aliado a uma crítica aguda da sociedade capitalista. Se a forma adotada para encaminhar suas lutas, reivindicações e críticas não se dá a partir de um vínculo mais orgânico com os partidos representantes dos interesses dos trabalhadores, pelo menos as diversas facções ideológicas que compõem estes partidos estão representadas no interior do movimento sindical do magistério. Isto ocorre porque uma parcela considerável das diretorias das entidades, além de serem filiados a estes partidos políticos, atuam em seu interior ativamente.

Por vezes, dependendo da conjuntura em que as lutas dos professores estão inseridas, o tipo de comportamento sindical, mesmo não deixando de ser reivindicativo, pauta-se pela aceitação de um maior envolvimento da categoria na maneira como o Poder Público encaminha as políticas educacionais, mas sem diminuir o tom de suas críticas à sociedade capitalista. Um exemplo concreto desta situação pode ser verificado a partir das relações do sindicato que será objeto de estudo desta pesquisa e o governo estadual. Neste caso específico estou me referindo ao CPERS que apesar das dificuldades

unesp

encontradas nos primeiros meses para relacionar-se com o novo governo do Rio Grande do Sul, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, adota no momento um comportamento do tipo reivindicativo e de participação (mesmo porque a atual secretária da educação licenciou-se da presidência do CPERS para assumir a função).

O movimento sindical do magistério atua ora como reivindicativo e opositor ora como reivindicativo e participacionista, e também, pode comportar-se segundo as características do sindicalismo de negócios. Age assim quando se empenha na defesa dos interesses imediatos dos seus associados, a tal ponto de descuidar-se do combate à sociedade capitalista e suas conseqüências para o conjunto da classe trabalhadora. Porém, é possível encontrarmos sindicatos do magistério que pelo menos em um determinado momento de sua história tenham atuado segundo as características dos sindicatos de orientação marxista, mas não tão revolucionária como esta se propõe.

Também é preciso lembrar que mesmo as primeiras associações ou agremiações de professores que se caracterizavam por um tipo "puro e simples" de sindicalismo e/ou de orientação católica, apesar de não enfrentar diretamente os governantes da época tinham uma preocupação com alguns elementos próprios do trabalho escolar, ainda que não houvesse uma ênfase nos aspecto material (salarial). Por outro lado não encontraremos na história do sindicalismo docente nenhuma que tenha proposto o fim do capitalismo por intermédio da ação sindical. É certo que as críticas a este sistema produtivo são

unesp

categóricas e contundentes por parte das entidades do magistério, mas não se tem notícia de que propunham a sua destruição.

Especificamente em relação ao magistério Moacir Gadotti constrói uma classificação, segundo o próprio autor afirma, a partir da "observação e leitura de farta documentação, colecionada durante os últimos 20 anos (1977-1996), como boletins, recortes de jornais, revistas, livros, artigos, panfletos, bem como entrevistas com sindicalistas e assessores sindicais" (2000, p.125), concluindo pela existência de três formas de atuação dos sindicatos do magistério público: sindicalismo de contestação (ou de confronto político), sindicalismo reivindicativo e sindicalismo autônomo (ou crítico).

Entretanto, apesar do autor afirmar que a fonte utilizada para esboçar uma classificação das entidades do magistério sustenta-se em um conjunto de informações reunidas nos últimos anos, pode-se verificar a proximidade com aquelas já apresentadas e descritas neste capítulo. Não que levante dúvidas quanto ao fato do autor ter ou não reunido esses materiais e a partir deles construído uma classificação inerentemente docente, muito pelo contrário. Tanto que a análise do material reunido pelo autor é parte integrante de uma pesquisa de grande alcance realizada em âmbito nacional. O que estou querendo afirmar é o fato de que a experiência sindical do magistério tem como fonte inspiradora a própria prática vivida pelas demais categorias de trabalhadores e suas entidades representativas, de modo que as ações coletivas engendradas pelos professores apresentam não apenas quase as mesmas características –

unesp

ressalvadas algumas raras diferenças – assim como têm por fundamentos políticos e ideológicos as mesmas matrizes teóricas das demais entidades sindicais.

Procedendo-se a uma análise comparativa dos tipos de ação sindical de Gadotti com a classificação que apresentei é possível tecer alguns comentários de caráter geral.

O sindicalismo de contestação ou de confronto político luta por liberdades políticas opondo-se a uma situação vigente e negando-se a participar de uma dada realidade. Com os defensores desta modalidade de ação sindical é impossível qualquer negociação devido ao confronto de interesses tornando-se impraticável a abertura de canais de diálogo nem áreas de tangência, revelando um alto grau de dependência em relação aos partidos políticos. Esta modalidade de sindicalismo aproxima-se do "sindicalismo de reivindicação e de oposição" que também pauta sua atuação a partir de uma permanente crítica ao capitalismo e vinculação aos partidos políticos. Poderia também ser aproximado – pelo menos em tese – ao anarco-sindicalismo em função da irredutibilidade para o diálogo.

Esta é uma característica de muitas entidades sindicais do magistério atualmente. A intransigência na discussão de uma extensa pauta de reivindicações leva a uma dificuldade no estabelecimento do diálogo, o que de uma certa forma permite governos autoritários enrijecerem com o movimento. Esta dificuldade de diálogo faz com que as reivindicações da categoria se tornem mais extensas e de difícil solução. No caso desta modalidade de atuação sindical, a presença do partido político – como sugere a teoria – não garante uma maior

abertura para o diálogo com os órgãos do governo, aguçando ainda mais o conflito e a insolubilidade das questões.

O sindicalismo reivindicativo, por sua vez, é mais corporativo em suas relações com as autoridades pautando suas lutas no economicismo. Está mais preocupado com as questões específicas da categoria, não se sentindo tão responsável pelos destinos do país, da educação e da qualidade do ensino (apresentam listagens de reivindicações da categoria e medem seu êxito pelo atendimento ou não). Suas ações se resumem na melhoria dos salários e das condições de trabalho. Muito próximo do "sindicalismo de negócios" que volta seu interesse para os interesses imediatos dos associados em detrimento de uma crítica mais aguda ao capitalismo. A característica reivindicativa deste tipo de sindicalismo permite também aproximá-lo das formas de atuação do movimento sindical reformista que enfatiza o economicismo reivindicatório, em detrimento das lutas políticas. Simboliza em parte as ações dos sindicatos dos professores que trabalham na rede particular de ensino, mas também pode ser encontrada entre entidades sindicais do magistério oficial, notadamente aquela de supervisores, orientadores e diretores – nas localidades em que existem estas entidades.

Finalmente, o sindicalismo autônomo ou crítico. Esta vertente mantém uma certa margem de dependência tanto em relação aos partidos quanto ao Estado. É um sindicalismo crítico, porque mesmo não fazendo oposição sistemática ao Estado, confronta-se com ele, dialoga e está disposto a dividir responsabilidade do enfrentamento dos desafios educacionais. Além de reivindicar

e contestar, também é propositivo (o chamado sindicato cidadão – proposta do CPERS – é uma das suas expressões).

A partir das considerações acerca da classificação elaborada por Moacir Gadotti reforço aquela crítica anterior que o autor, na verdade, não propõe uma "tipologia" que tem sua gênese no seio do movimento sindical docente. O autor nada mais faz que ilustrar a forma como o magistério conduz o seu comportamento sindical a partir de um referencial que se encontra enraizado na história do movimento operário em geral. Tenho clareza que de uma certa forma procedi da mesma maneira. Teci alguns comentários sobre as entidades dos professores a partir daquele referencial. Entretanto, explicitei a origem destes referenciais teóricos sem ter que recorrer a uma suposta documentação que teria em seu conjunto a sugestiva classificação de Gadotti, bastando ao pesquisador extraí-la e torná-la pública.

No transcorrer da existência do movimento sindical dos professores públicos o que se percebe claramente é uma reprodução de algumas práticas sindicais dos demais trabalhadores, fato que pode ter contribuído para a crise que se estabeleceu no sindicalismo docente na década de noventa, uma vez que a entidade e suas diretorias não conseguem dar as respostas que a categoria exige em função das próprias mudanças ocorridas no seu trabalho, bem como aquelas estritamente salariais.

Discutindo a diversidade política e ideológica presente nas entidades dos funcionários públicos – e considero esta uma classificação mais próxima da realidade vivida pelas entidades do magistério, pois parte de uma

reflexão sobre as orientações das centrais sindicais para suas entidades filiadas, ou seja, designam as formas de encaminhamento das lutas políticas e econômicas – Nogueira (1999) sugere três situações nas quais é possível localizar as associações dos servidores do Estado: o modelo pautado no "novo sindicalismo", o chamado sindicalismo em transição e uma ação sindical com ênfase no associativismo e com um formato menos politizado.

O "novo sindicalismo" origina-se a partir da reorientação das entidades representativas do funcionalismo no final da década de setenta, sendo dirigido na maioria das vezes por lideranças de esquerda que defendiam propostas políticas socializantes, pautando suas ações a partir de um oposicionismo políticos aos governos. Geralmente são entidades ou sindicatos filiados à CUT, definindo-se como sindicato classista e democrático buscando estabelecer suas raízes nas bases e nos locais de trabalho. Sua organização orienta-se pela modalidade de sindicatos gerais, setoriais ou por categoria, também defendendo o sindicalismo por ramo de atividade. Entre as entidades do magistério é possível localizar a UTE-MG e a APEOESP, nesta modalidade de atuação sindical.

A forma de ação sindical que Nogueira (1999) denomina de "em transição" possui um caráter mais corporativo e, na maioria das vezes, não é filiado à CUT. São entidades que se mobilizam quase exclusivamente para a defesa dos interesses econômicos e sociais das próprias categorias que representa. É um sindicalismo que se origina das associações assistenciais e corporativas dos anos trinta em diante, mas que se encontram em uma fase transitória – o que justifica aquela denominação – para posições mais combativas nos aspectos

econômicos e no que diz respeito a uma maior politização de seus representados. Um exemplo de entidade da área educacional que atuaria segundo esses princípios é a UDEMO e o SINESP.

Há ainda uma terceira classificação na qual podemos encontrar o CPP (Centro do Professorado Paulista). É o sindicalismo associativo e apolítico. Este tipo de comportamento de base mais conservadora está voltado apenas para os interesses das categorias que representa. Possuem grandes patrimônios acumulados durante muitos anos e pautam sua ação nos moldes do "velho" sindicalismo do setor privado que tinham na estrutura sindical celetista a sua plataforma de atuação.

Apesar da complexidade dos estudos elaborados sobre o sindicalismo, ainda permanece pendente uma questão muito importante: em que condições um sindicato escolherá uma certa alternativa de ação em vez de outra? Nesta situação convém ter sempre presente que o movimento sindical de qualquer categoria de trabalhadores, independente do setor da economia em que atua, deve ser analisado no contexto da sociedade em que se situa, reconhecendo-se a influência de diversos fatores e processos próprios da sociedade e do período histórico em que uma certa forma de atuação sindical se desenvolve.

Nesse caso, são relevantes as críticas que Boito Jr. (1999) elabora ao modelo de sindicalismo propositivo que a CUT dissemina entre suas entidades filiadas, que na sua opinião surge como uma resposta ao sindicalismo de oposição e/ou de participação que esteve muito presente na década de oitenta,

unesp

principalmente entre entidades de servidores públicos (do magistério em sua maioria).

Em sua análise Boito Jr. defende que toda forma propositiva de ação advinda das entidades sindicais seja do setor público ou privado, nada mais é que uma forma de apaziguamento e de entendimento com o neoliberalismo, uma vez que estas propostas, na sua maioria, são vazias de um conteúdo que vise a transformação profunda da situação vigente objeto de mudanças. Estas políticas propositivas apresentam apenas elementos passíveis de negociação com os governos neoliberais. O autor vai além, afirmando que esta forma de comportamento dos sindicatos desestimula e desvaloriza a mobilização e a as lutas mais coletivas dos trabalhadores. Em suma, o autor quer dizer o seguinte: a ilusão de um sindicalismo propositivo – tenha a denominação que tiver na década de noventa (sindicato cidadão, por exemplo) – é acreditar ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo.

Entretanto, apesar da relevância das idéias expostas pelo autor, é preciso ponderar alguns elementos das suas colocações. Primeiramente deve-se ter muito cuidado ao afirmar que o sindicalismo propositivo surge como um movimento de contraposição às formas de atuação sindicais que direcionam suas ações a partir de um movimento opositor e/ou com um cunho mais participacionista do que algumas formas sindicais de épocas anteriores. A generalização perpetrada por Boito Jr. engessa a discussão na medida em que uma forma não exclui a outra, muito pelo contrário, só pode ser propositivo (e neste sentido realmente independe a forma que assuma, se "cidadão" por exemplo) um

unesp

sindicato que desenvolva práticas de ampla participação dos seus integrantes e que realmente estabeleça parâmetros de oposição a fim de que possa "propor" algo que seja diferente e inovador em relação a esse elemento oposto. Para que seja "propositor" é necessário que se faça a seguinte pergunta: propositor em relação à quê?

Outro elemento que merece mais atenção é o fato do autor insistir no esvaziamento da ação sindical da entidade que pauta sua ação por mecanismos propositivos ao afirmar que apenas reforça uma dada realidade desestimulando a participação. Analiso esta questão de outra forma.

A tese de Boito Jr. pode até estar correta se o sindicato estiver alinhado com as diretrizes vigentes em uma dada realidade social, mas se equivoca se for lançado um olhar para entidades sindicais que têm em suas teses propositivas um arcabouço crítico que visa realmente a superação de um quadro social vigente, e apresenta um conjunto de propostas que visem a sua transformação. Antecipo aqui, como exemplo, a própria prática sindical do CPERS/Sindicato, entidade representativa de uma fração de trabalhadores integrantes do serviço público que é o magistério gaúcho, que baliza suas reflexões e ações a partir de uma prática propositiva (no sentido de propor uma outra política educacional não apenas para o Rio Grande do Sul, mas para o conjunto da sociedade brasileira) e altamente reinvidicativa, politizada e opositora a um governo que tem na sua condução uma Frente Popular liderada por um partido político que se apresenta como representativo dos trabalhadores. E é importantíssimo destacar que não apenas a participação da categoria aumentou

unesp

(isto pode ser percebido pela participação nos eventos promovidos pela entidade), mas também a taxa de filiação. Elementos que por si só conduzem a um possível descarte da análise elaborada por Boito Jr, pelo menos para a entidade objeto de estudo desta pesquisa.

Concluindo, e tendo como referência a emergência e consolidação do movimento sindical de professores e professoras das escolas públicas brasileiras, creio que esta categoria de empregados do Estado se organiza coletivamente, primeiramente, para impedir que os seus salários atinjam um patamar tão baixo que não possam proporcionar sua subsistência e de seus familiares, mas também, buscam uma forma coletiva de reagir aos mandos e desmandos dos diversos governos que se apropriaram historicamente do Estado brasileiro, e que paulatinamente vêm desestruturando o trabalho pedagógico desenvolvido por estes profissionais, assim como a própria estrutura material das instituições escolares públicas. O magistério se organiza em sindicatos para lutar por um salário melhor, por uma profissão mais digna de ser exercida e por uma maior liberdade para ensinar. E a história recente das entidades do magistério tem mostrado que o encaminhamento das suas lutas continua sendo direcionado por estes princípios. Porém, é fundamental que sejam analisados criticamente a partir de uma realidade que se diferencia daquela vigente à época das suas primeiras ações coletivas.

No capítulo seguinte abordarei alguns elementos relacionados à emergência e consolidação do sindicalismo no magistério, assim como elaboro algumas questões acerca da crise que se estabelece nas suas entidades, marcadas

unesp

por um momento de transição do próprio sindicalismo em geral. Momento de impasse entre superar as "velhas" práticas corporativas e economicistas, e uma "nova" forma de conduzir a organização dos seus filiados tendo como foco de suas análises não apenas salário, condições de trabalho, carreira, mas principalmente as políticas educacionais como um elemento capaz de produzir transformações concretas e duradouras contribuindo para a concretização das reivindicações econômicas da categoria.

# 2

## A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO SINDICAL NO MAGISTÉRIO

**Introdução**

Nesse segundo capítulo abordarei o caminho percorrido pelo magistério na luta pela organização da categoria a fim de defender e ampliar seus interesses mais econômicos e corporativos, passando por uma fase de amadurecimento político levando à ampliação dos seus horizontes de análise.

Observaremos o quanto foi lento o processo de organização da categoria, confirmando o que Pucci, Oliveira & Sguissardi registraram em um artigo do início da década de noventa quando esses autores sustentam a idéia de que além de lento, a mobilização do magistério é profundamente marcada por "avanços e recuos e se caracteriza por inúmeras ambigüidades" (1991, p.103).

Esses avanços e recuos têm a ver com o seu próprio movimento, considerando que o sindicalismo atualmente passa uma séria crise tanto a nível internacional como nacional. Segundo Batista e Codo (1999) "a introdução de novas tecnologias e formas de organizar o trabalho no setor produtivo e nos serviços desmantelaram a tradicional estrutura ocupacional, racionalizando mão-de-obra e elevando as taxas de desemprego existentes a níveis impensáveis", contribuindo o arcabouço conjuntural que nos permite "compreender o enfraquecimento das organizações sindicais" (p.303).

Essa situação de crise e de pouca visibilidade dos trabalhadores em geral para encaminhar novas formas de combate às suas associações sindicais,

unesp

se agrava com o elevado desequilíbrio na correlação de forças favoravelmente ao capital, de forma que a ofensiva neoliberal ocasiona um refluxo dos movimentos coletivos organizados pelos trabalhadores, gerando uma série de derrotas inclusive a perda de conquistas históricas. Nessa conjuntura o funcionalismo público vem sofrendo duramente por ter sido escolhido alvo dos ataques dos discursos neoliberais em relação ao papel exercido pelo Estado na atual sociedade capitalista. Para agravar ainda mais essa crise, o sindicalismo brasileiro que já conta com seus históricos problemas percebe sua situação estagnar-se, devido às suas divisões internas em torno de diversas concepções sindicais que se traduzem na presença das Centrais Sindicais que ao contrário de unir, acabam dividindo os trabalhadores.

**A organização coletiva do magistério e os desafios da crise do sindicalismo**

O auge do sindicalismo no serviço público ocorre a partir do movimento grevista dos integrantes do magistério paulista[1] em 1978[2].

[1] Anteriormente a 1978 as entidades representativas de segmentos integrantes do funcionalismo público – nesse caso, o magistério – já atuavam na denúncia das más condições de trabalho e remuneração. O final da década de setenta marca o auge do movimento, o seu amadurecimento político propriamente dito, em função da própria conjuntura política e social da época – a ditadura militar. Vivia-se uma ebulição nos movimentos sociais que emergiam da clandestinidade e se apresentavam à sociedade representando e defendendo as mais diversas bandeiras de luta.

[2] O ano de 1978 representou a emergência do "novo sindicalismo". Os autores que trataram do assunto afirmam que o novo sindicalismo significou para algumas entidades representativas de trabalhadores uma nova fase em relação às ações anteriores muito mais direcionadas pelas práticas populistas, propostas reformistas pautadas na colaboração entre as classes sociais e pelo peleguismo. Evidentemente que passado esse momento de efervescência política e desejo de transformação da sociedade, passa-se a viver uma fase mais acomodada, como se a passagem para um governo civil, a vitória da oposição em alguns estados e a conquista de alguns benefícios em prol dos trabalhadores significasse o fim de um ciclo marcado pela repressão e arrochos econômicos. Os "velhos" problemas retornam, e ainda com mais força. O que era "novo" no novo sindicalismo acaba mostrando que foi uma ação de momento, meramente conjuntural pois não houve uma profunda transformação do sindicalismo brasileiro; pelo menos a partir de 1978. Sobre

unesp

Durante a emergência do movimento sindical no funcionalismo público "os professores atuaram como uma espécie de 'vanguarda' do movimento dos servidores públicos e das classes médias em geral, semelhante ao papel desempenhado pelos metalúrgicos do ABC e da Oposição Metalúrgica de São Paulo em relação ao conjunto do movimento operário e sindical" (Nogueira, 1999, p.53). Tanto que logo em seguida começa a ocorrer uma seqüência de paralisações do magistério em outros Estados, assim como entre outros integrantes do serviço público, principalmente o pessoal da saúde (médicos, notadamente) e professores das universidades públicas.

É possível localizar na história do movimento sindical do funcionalismo público três momentos distintos: o primeiro, de 1930 a 1978, marcado pela presença de associações de caráter mais assistencialista do que propriamente uma crítica de superação de uma dada realidade; o segundo, de 1978 a 1988, onde se destacam a passagem das associações assistencialistas do período anterior para uma atuação mais crítica e próxima do sindicalismo dos demais trabalhadores, e finalmente, um terceiro momento (após 1988) em que ocorre a legalização da sindicalização dos funcionários públicos.

No período compreendido entre 1930 até 1978 as ações de funcionários públicos não passavam das ações meramente assistencialistas principalmente aquelas relacionadas ao lazer, um bom exemplo são as conhecidas 'colônias de férias', e à prestação de algum tipo de serviço, o atendimento médico,

---

o "novo sindicalismo" Batista e Codo afirmam que essa era uma nova forma construída pelos trabalhadores e suas lideranças a fim de contestar "o modelo sindical tradicional de atrelamento dos sindicatos ao Estado" defendendo "a necessidade de liberdade e autonomia sindical (1999, p.304) Esse é um momento histórico em que "o movimento sindical recuperou espaço público e teve início a prática da negociação coletiva" (p.304).

unesp

odontológico e psicológico seria um deles. Não havia entre os servidos púbicos e suas associações uma idéia formada sobre a mobilização de toda a categoria e/ou de suas respectivas frações havendo, muito pelo contrário, uma certa aceitação tácita de sua condição de trabalho e de vida assim como a idéia de colaborar com o Estado patrão.

Evidentemente não é minha intenção generalizar que todas as ações tenham sido somente de caráter assistencialista, pois podemos encontrar na história de algumas entidades de servidores públicos práticas de denúncia das más condições de trabalho e da baixas remunerações já nos primórdios da sua existência, inclusive organizando manifestações públicas.

O ano de 1978 representou a passagem dessas associações para uma prática de maior reflexão e enfrentamento das suas já precárias condições de trabalho e sustento material. Aquele ano foi eleito como um marco no movimento sindical tanto no setor privado como no público pela emergência de uma nova concepção de sindicalismo que já vinha sendo forjada na prática por grupos dissidentes das antigas associações e sindicatos[3].

Um aspecto importante que deve ser considerado em qualquer análise da emergência do movimento sindical entre os funcionários públicos é a passagem de uma concepção pequeno-burguesa típica das categorias de trabalhadores historicamente identificadas com uma classe intermediária – a

[3] No setor privado o destaque ficou por conta da greve que eclodiu na Scania com a tática "Braços Cruzados e Máquinas Paradas", que lança definitivamente no cenário político e sindical brasileiro o surgimento da concepção de um Novo Sindicalismo que tem nos metalúrgicos do ABC paulista sua principal referência e expressão. Já no setor público as ações ficam por conta do magistério, como por exemplo, a greve do magistério paulista conduzida por um comando de greve externo à diretoria vigente na APEOESP que não concordava com a deflagração do movimento.

unesp

classe média[4], posicionada entre os proprietários dos meios de produção e o proletariado em geral – para uma concepção mais crítica e realista das suas condições de trabalho e sobrevivência, além da crescente pauperização a que vinha sendo submetida ao longo de décadas.

Segundo Souza (s/d, p. 3), "é no bojo do processo de transição que emerge uma nova classe média urbana, de profundo significado conjuntural como sujeito político, distinto do proletariado e da burguesia industrial". É no seio dessa "nova classe média" que se localizam os professores. Uma categoria que gradativamente começa a se aproximar da situação de pauperização econômica vivida pelos demais trabalhadores e que busca a sua identidade.

A busca de uma nova identidade enquanto empregado assalariado do setor público[5] e a conseqüente inserção nos intrincados mecanismos do mercado de trabalho mais amplo, onde encontraríamos uma massa maior de trabalhadores assalariados e onde também está presente historicamente o movimento operário propriamente dito, seriam alguns dos fatores que contribuíram para um melhor entendimento pelos servidores do Estado por um movimento coletivo organizado, ainda que parcelarizado em função dos diversos segmentos de trabalhadores que atuam no serviço público.

---

[4] Não é minha intenção nesse trabalho analisar a presença e a importância das classes médias no interior do funcionalismo público. Neste sentido, Ridenti (1995) faz um minucioso estudo acerca dos setores médios da sociedade no interior do emergente movimento de cunho sindical dos servidores públicos.

[5] Entretanto, convém chamar a atenção para a diferenciação existente no processo de trabalho desenvolvido pelo funcionalismo público e aquele propriamente da massa de assalariados que se materializa na produção de mercadorias e valores. O debate sobre os parâmetros constitutivos do caráter econômico do trabalho dos funcionários do estado também está repleto de posições as mais diversas possíveis, onde podemos encontrar, no caso do magistério público, a interessante e polêmica discussão acerca da produtividade ou não da atividade laboral empreendida pelas professoras e pelos professores das escolas públicas.

unesp

Se a busca desta nova identidade sindical e de trabalhador é importante para a transformação da concepção do funcionário público sobre o seu trabalho como empregado de um estado que historicamente está identificado com interesses dos setores privilegiados econômica e politicamente, é a situação de crise econômica e de transição política da ditadura à democracia que determina nos funcionários públicos a busca pelas formas clássicas de associação e organização sindical e também de novas identidades de classe com os demais trabalhadores. Esses fatores associaram-se à combinação da crise econômica, crise do Estado e transição política que provocou o arrocho salarial e a deterioração das condições de trabalho dos funcionários públicos e, sem dúvida, dos integrantes do magistério.

Também devemos considerar com cuidado uma forma equivocada de se acreditar que os servidores públicos buscavam apenas a liberdade sindical estabelecida em lei (que acabou se concretizando em 1988 com a nova Constituição), uma vez que não se pode reduzir o movimento dos servidores públicos à luta pelo direito de sindicalização pois já está bem claro que o sentido da liberdade sindical no Estado e da garantia da atividade sindical é bem mais complexo e abrangente.

Neste sentido, é possível concordar com Nogueira (1999, p.54) quando o autor sustenta a idéia de que as transições – servidor-trabalhador e associação tradicional-associação sindical – encontram explicação em um complexo de questões: a dimensão objetiva da crise econômica e crescimento do Estado, que implicou em deterioração dos salários e das condições de trabalho dos

unesp

trabalhadores públicos, e a dimensão subjetiva, por meio da formação e/ou reorganização das suas entidades de classe, da reorganização do movimento trabalhista e sindical e da luta pelas liberdades democráticas em geral.

A partir das lutas travadas pelo magistério em busca de melhorias nas suas condições de trabalho e de remuneração, assim como do seu envolvimento nas mobilizações mais gerais dos trabalhadores, a categoria vai forjando sua identidade própria, isto é, o esforço coletivo empreendido pelos trabalhadores da educação conduz inevitavelmente a uma identidade que é fundamentalmente política.

Esse amadurecimento da categoria a faz refletir sobre o seu enquadramento não mais a uma fração de classe tida como burguesa, e sim a uma outra posição que é o pertencimento a um conjunto de pessoas que vivenciam situações semelhantes.

Na análise de Mascarenhas (2000) essa construção de uma nova visão de pertencimento a um outro lugar da sociedade e que tem relação com a sua constituição enquanto classe trabalhadora, constitui-se "como produto do acúmulo de experiências vividas por sujeitos sociais que compartilham situações estruturais dadas, mantêm interesses comuns e elaboram uma representação da situação vivida" (p. 34).

Existe uma opinião comum, em uma considerável parcela dos estudos que tratam da emergência do sindicalismo no magistério público, em torno da idéia de que professoras e professores se organizam coletivamente em associações não-sindicais (anterior a 1988) e em sindicatos propriamente ditos (a

unesp

partir de 1989) em função dos seguintes motivos: degradação das suas condições de trabalho nas escolas, gradativa depreciação salarial e descaso do Estado em relação ao sistema público de ensino em detrimento da constante privatização do ensino.

Na minha opinião estes três elementos conjugados são fundamentais para, juntamente com a luta pela democratização do país e o ressurgimento de uma nova prática sindical no conjunto da classe trabalhadora (principalmente entre os metalúrgicos do ABC paulista), impulsionar uma reorganização dos integrantes do magistério público em associações e posteriormente sindicatos mais combativos, críticos e envolvidos no debate das políticas educacionais. Também a crise do sistema educacional público e o processo de modernização ao qual vem sendo submetido o Estado brasileiro podem ser considerados dois importantes fatores que atuam fortemente sob o movimento sindical do magistério e que marcam substantivamente as suas formas de atuação e enfrentamento dos problemas vividos pela categoria.

Uma passagem pela história dos primeiros movimentos dos educadores visando a constituição de um campo organizativo que lhe fosse peculiar, nos leva à sua própria reorganização enquanto movimento que representava interesses dos integrantes do magistério, principalmente em função do impacto da ação dos sindicalistas "autênticos" no meio operário.

É possível afirmar que a passagem de um tipo de representação da categoria docente baseada apenas na defesa de aspectos relacionados à profissão propriamente dita, para um novo tipo de ação que avançava na discussão

unesp

dos elementos constituintes da profissão, onde se inclui a questão salarial, as condições de trabalho e o direito de intervir na formulação de um projeto educacional popular, é profundamente influenciada – não apenas pelas formas embrionárias de organização que já buscavam um maior espaço no meio educacional – pelos encontros patrocinados por entidades que não possuíam um caráter sindical. É a participação dos integrantes do magistério nestes eventos – nos encontros nacionais do magistério – que muito provavelmente contribuirá para o encaminhamento de novas entidades associativas ou remodelação das existentes, assim como possibilitar até mesmo uma transformação nos discurso e práticas sindicais vigentes.

Apesar do intenso debate da década de 50 somente a partir dos anos sessenta foi possível criar uma entidade nacional de educadores, e isto em 1960, no IV Congresso Nacional de Alfabetização, realizado em Recife, oportunidade em que é fundada CPPB (Confederação dos Professores Primários do Brasil). Desde o ano de sua criação até 1972 pode-se dizer que foi um período de organização e consolidação da entidade em nível não apenas nacional, mas buscando articulações fora do país. Neste período, além de promover o estímulo à criação de entidades do magistério estaduais, filia-se em 1962 à CMOPE (Confederação Mundial das Organizações de Profissionais do Ensino) com sede na Suíça – filiação que contribuiu sobremaneira para a sua melhoria em termos financeiros. O período de 1973 a 1978 é marcado pela ampliação da entidade, inclusive promovendo a modificação da sua nomenclatura passando a chamar apenas CPB (isto lhe proporcionou um aumento no número de associados advindo

de outras áreas do magistério) e representando professores de outros níveis de ensino além do primário. Entre 1979 e 1980 – anos de crise e transição para a democratização da entidade – passa a ter como diretores os presidentes das entidades estaduais filiadas.

A partir de 1978 com os movimentos reivindicativos do magistério a CPB passa a adotar um comportamento mais combativo, na medida em que se posiciona contra a política educacional do governo e a política econômica concentradora de renda e, também, pelo fim do regime autoritário implantado no Brasil em 1964. Passa, a partir deste momento, a adotar o mecanismo de pressões políticas por intermédio de congressos, greves e unificação dos movimentos da categoria do magistério. Esta mudança de comportamento pode ser verificável ao compararmos a temática central do Congresso de 1974 – "O Professor como Agente da Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus" – e os que lhes seguiram, como por exemplo o tema do Congresso de 1978 que foi "Aspectos da Problemática Educacional Brasileira" e, em 1981 "Educação e Democracia".

O que se percebe é a passagem de temas específicos para outros cada vez mais amplos e com um forte teor político e de contestação à situação da sociedade brasileira, das políticas públicas, das políticas educacionais e da situação do magistério.

Na ampliação do seu arcabouço temático é possível identificar uma ênfase na necessidade da educação atender aos interesses da maioria da população, dos governos destinarem maiores recursos para a educação, na

valorização do ensino público e gratuito e a defesa de uma maior participação da categoria docente nas decisões educacionais (dentre elas a eleição dos diretores e a representação nos Conselhos Federal e Estaduais de Educação).

Todavia, a sua crise interna aumenta com a elevação das greves do magistério, uma vez que a CPB começa a vacilar em acompanhar estes movimentos, criando a oportunidade para o surgimento de articulações de associações não filiadas que desejavam criar uma outra entidade, mais combativa e empenhada com a totalidade da categoria. A conseqüência mais direta é a sua transformação na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) [6] em 1979 – no XXII Congresso Nacional da CPB em Campinas – com a unificação da CPB com outras três entidades nacionais de educadores: FENASE (Federação Nacional de Supervisores de Ensino), FENOE (Federação Nacional de Orientadores Educacionais) e a (CONAFEP) Coordenação Nacional de Servidores do Ensino Público.

Além do debate em torno da transformação da CPB em CNTE, as propostas para a nova Lei de Diretrizes e Bases praticamente dominaram o temário das questões educacionais sugerindo a realização de um fórum de cunho nacional que congregasse entidades como CNTE, ANDES, UNE, UBES, FASUBRA, entre outras capazes de elaborarem sugestões ao Congresso Nacional.

---

[6] A CNTE é filiada a CUT desde 1988. Possui sede em Brasília, 32 entidades filiadas e mais de 2 milhões de representados. É integrada por professores, funcionários de administração escolar, supervisores e orientadores educacionais das redes públicas estaduais e municipais de 1° e 2° graus. A CNTE além de filiada à CUT também o é à Confederação de Educadores Americanos (CEA) e à Confederação Mundial das Organizações Profissionais da Educação (CMOPE). Na avaliação de João Antônio Cabral de Monlevade, passou por três momentos: 1) de 1965 a 1980 (ainda como CPB) atuou como uma caixa de ressonância; b) de 1980 a 1987 serviu como palco de debates e, c) de 1987 em diante vem conquistando espaço e reconhecimento como produtora e defensora de propostas.

unesp

Também foi aprovado um Plano Nacional de Educação que privilegie, entre outras questões, a autonomia curricular das escolas, um plano de carreira para o magistério, uma posição contrária à municipalização do ensino, além da defesa intransigente da escola pública.

A discussão dos temas sindicais também marcou o Congresso e esteve envolto por muita polêmica, pois debateu-se – e ratificou-se por ampla maioria – a filiação da CNTE à CUT.

A CNTE surge com uma proposta de organizar os trabalhadores em educação por suas reivindicações imediatas e históricas: plano de carreira, piso salarial nacional unificado, autonomia curricular das escolas e uma LDBEN de conteúdo popular e democrático. Tudo isso articulado à perspectiva histórica dos trabalhadores de transformação da sociedade brasileira.

Assim, a recém criada CNTE – sem esquecer-se das lutas do passado conduzidas pela CPPB e depois CPB – passa a enfrentar o desafio de encaminhar concomitantemente a discussão e formulação das propostas educacionais e a luta reivindicatória, pois a instabilidade das políticas salariais do governo tem levado as lideranças a centrarem suas forças para a garantia das conquistas.

A partir de então a CNTE passaria a enfrentar três grandes desafios. O primeiro seria a reorganização da luta reivindicatória nacional do magistério em outro patamar, isto é, transformar em lei federal o piso salarial e o plano de carreira unificado, conquistados na Constituição Federal. Em depoimento publicado no Jornal Magister (p.10) – publicação do CPERS/Sindicato – Mariza

Abreu lembra que uma parcela significativa das propostas do magistério tem sido definida em nível nacional, todavia, o seu encaminhamento ocorre somente em nível estadual.

O segundo desafio a ser enfrentado pela CNTE seria o debate sobre a transformação das entidades representativas do magistério em sindicatos propriamente ditos. O terceiro, a elaboração das propostas dos trabalhadores em educação para a nova LDB, Plano Nacional de Educação, Constituintes Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios.

Consolidada a unificação, e a partir de então, a criação da CNTE, é constituído o "Fórum de Unificação dos Trabalhadores em Educação" e, através desse Fórum em 1990, realiza-se o Congresso Nacional de Unificação dos Trabalhadores em Educação sendo que a partir deste evento as lideranças sindicais passam a promover a unificação das entidades estaduais. A organização do "Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública" em março de 1987 foi uma data marcante para a mudança de rumos no movimento sindical docente que transita de uma fase crítica para uma mais orgânica.

Para Luis Antônio Cunha, um elemento que influenciou fortemente para a emergência e atuação das entidades representativas do magistério, a partir da década de setenta, foi a própria reforma do ensino de 1° e 2° graus de 1971 promovida pelo regime militar com a Lei 5692. Na avaliação do autor esta lei propiciou condições legais para a emergência de uma nova fase da organização dos professores, ao determinar que cada sistema de ensino (inclusive no nível municipal) estruturasse a carreira docente em um estatuto do magistério.

unesp

Dentre os elementos novos que essa carreira deveria contar estava a remuneração conforme qualificação obtida em cursos e estágios, sem distinção dos graus escolares nos quais os professores estariam atuando. Em decorrência, aumentou a demanda por estudos adicionais para os professores já em atividade. Deste modo o próprio governo fornecia a esta categoria uma base legal para contestar os padrões vigentes de remuneração, seleção e promoção (Cunha, 1991, p.74). Acresce-se ainda que a situação desigual e declinante da remuneração do magistério constituiu a base objetiva de atuação das entidades sindicais e para-sindicais que foram criadas ou reorientadas ao fim da década de setenta.

Moacir Gadotti (1994) garante que a emergência das entidades representativas do magistério deu-se como uma conseqüência das profundas mudanças sofridas pela sociedade civil e que afetaram suas entidades de representação que passaram a reagir à situação em que se encontravam. Neste sentido, sindicatos vêm se posicionando contrariamente à ordem estabelecida e dando início a uma série de focos de conflito, que presentemente, centram suas críticas no caráter excludente do modelo neoliberal adotado pelos últimos governos brasileiros. Na sua opinião, a participação dos educadores com autonomia na elaboração da política educacional é uma antiga reivindicação decorrente do centralismo, e conseqüente burocratismo e dogmatismo que caracterizaram a política educacional do regime militar e da autodenominada Nova República. Essa vontade política supera o estreito âmbito dos partidos

políticos e das entidades, tornando-se reivindicação da sociedade civil como um todo (Gadotti, 1994, p.58).

Há muitas classificações para os momentos vivenciados pelo magistério durante a sua organização como uma categoria integrante das classes trabalhadoras. Uma delas é a de Monlevade (1992), onde o autor aponta uma mudança gradual na postura do movimento sindical da área da educação em relação à temática educacional, indicando três grandes momentos: o primeiro (1965 a 1980) em que a categoria não passa de uma "caixa de ressonância", o segundo (1980 a 1987) quando passa a sofrer as influências de um grande "palco de debates" na qual se transformou a sociedade brasileira, e por fim, um terceiro momento que se inicia em 1987 onde as entidades sindicais começam a redimensionar suas práticas e discursos tornando-se, se não "produtores e defensores de propostas" pelo menos estimulando o debate e a reflexão a partir da coordenação de eventos junto à totalidade da categoria. Passa-se de uma linha mais propositiva e não meramente reivindicatória calcada apenas nos interesses econômicos e corporativos do magistério.

Após uma fase de repressão e outra de relativa abertura, depois de 1985 pode-se perceber uma fase de consolidação das entidades e de organização dos trabalhadores em educação. Há uma nítida passagem de uma etapa que sustentava apenas nas formulações mais críticas com intensas mobilizações, greves e manifestações públicas, passando para uma fase mais orgânica pautada pela apresentação de propostas, participando na elaboração de políticas públicas em todos os níveis, particularmente na elaboração do Capítulo

da Educação na Constituição de 1988 e depois na elaboração da nova LDB. Esta idéia é reforçada por Maria Luisa Santos Ribeiro (1995), que o desafio maior se colocou para uma mudança na consciência dos integrantes do magistério tem sua raiz na necessidade de se dar conta da questão do ensino público. Em conseqüência desse desafio surgem novas preocupações para a categoria: a organização escolar, a função de transmissora de bens culturais que a escola tem, e o professor. Particularmente acrescentaria mais um nível de preocupação: as políticas públicas educacionais.

Porém, esta é uma situação que permanecerá pouco presente no movimento sindical do magistério público. A década de noventa apresenta desafios quase intransponíveis para a categoria. Desafios que têm relação direta com o movimento sindical dos trabalhadores em geral e que, por parte do magistério, não receberam uma análise mais acurada das transformações que estavam ocorrendo no cenário neoliberal mundial. Percebe-se nitidamente um engessamento dos sindicatos docentes que de uma fase de grandes debates, mobilizações, lutas e algumas conquistas no plano material, passam para uma etapa de estagnação e esvaziamento do conteúdo político e pedagógico do seu discurso.

No caso da educação, apesar de um certo distanciamento entre o lugar ocupado pelos trabalhadores em geral e os integrantes do magistério, a crise que se estabeleceu no movimento sindical daquelas categorias dos setores produtivos também se reflete nas organizações sindicais do magistério.

unesp

Ricardo Antunes (1997) apresenta uma profunda análise sobre as transformações no trabalho e as suas conseqüências na forma de "ser da classe trabalhadora" ao torna-lá mais "heterogênea, fragmentada e complexificada", e também a forma como repercute nas organizações representativas da classe trabalhadora. A partir destas reflexões aponta algumas características que atuam na crise do movimento sindical: a diminuição das taxas de sindicalização; o distanciamento entre trabalhadores "estáveis" e "precarizados"; a aparente incompatibilidade entre trabalhadores manuais e não-manuais (apesar destes seguirem as formas de luta daqueles); as questões de gênero, a intensificação entre algumas categorias de uma tendência "neocorporativa" (que privilegia os trabalhadores estáveis).

No tocante a esta crise vivida pelos trabalhadores – e neste sentido por que não também os funcionários do Estado, e aí estão os integrantes do magistério – o horizonte vislumbrado por Antunes não é promissor e apresenta aos trabalhadores e suas organizações representativas grandes desafios que implicam a ruptura com práticas sindicais que não mais atendem aos anseios da classe trabalhadora, e que assumam posições mais enérgicas e concretas em relação ao desmantelamento do trabalho e das suas condições de vida.

Especificamente quanto aos possíveis elementos que poderiam estar contribuindo para o agravamento da crise nas entidades sindicais do magistério é possível identificar, a partir da análise de Antunes, alguns elementos concretos. A fragmentação do magistério é visível na medida em que um grande número de professores da rede pública tem a sua atividade profissional

regulamentada pela CLT, o que já cria um forte componente desmobilizador para o conjunto da categoria se pensarmos a possibilidade de perda do emprego.

Além destes, outros elementos se associam para tornar a visibilidade do professor da rede pública ainda mais reduzida, e tem a ver com as questões relacionadas ao gênero, à profissionalização, à proletarização e ao ideário missionário do magistério entre outros temas que ainda continuam em aberto no debate acadêmico, consubstanciando-se na crise também teórica do magistério e das suas entidades sindicais.

Acredito que a crise do movimento sindical do magistério pode ser localizada em sua forma mais aguda na década de 90 devido ao declínio no número de mobilizações da categoria, pelo distanciamento do movimento em relação aos usuários da escola, divergências internas nas entidades e também pela dificuldade de diálogo das diretorias e a base da categoria marcada por um crescente distanciamento entre ambas as partes.

A literatura que trata da crise do sindicalismo em outras categorias de trabalhadores também aponta fatores semelhantes a estes presentes no magistério (Antunes, 1997a, 1997b; Boito Jr., 1999 e Bernardo, 1987, 1998, 2000). Leôncio Martins Rodrigues (1999), apesar de desenvolver uma análise periférica à sociedade capitalista[7], também identifica – juntamente com os autores

[7] Apesar da importância que Leôncio Martins Rodrigues representa para o levantamento da história do movimento operário brasileiro, o autor não analisa questões estruturais da sociedade capitalista que interferem na organização dos trabalhadores, preferindo pautar suas análises muito mais nos dados quantitativos referentes aos níveis de sindicalização, às modificações na legislação que orienta os sistemas de relações de trabalho (sem penetrar nos elementos que atuariam na elaboração desta legislação), bem como exagerar nas correlações internacionais quanto à crise sindical sem precisar os elementos específicos de cada contexto em que as entidades dos trabalhadores atuam. Este vazio nas comparações elaboradas por Rodrigues pode ser preenchido com as análises internacionais do sindicalismo elaboradas por Ricardo Antunes, quando o autor

citados – o declínio das mobilizações e das taxas de sindicalização, as constantes disputas internas pelo controle do sindicato, o isolamento das diretorias em relação ao restante das categorias e a ausência de diálogo legível para as bases como fatores preponderantes no agravamento da crise do sindicalismo internacional.

Em recente estudo Vianna (1999) aponta um outro elemento que pode estar influenciando na crise do movimento sindical do magistério: a "ausência da construção de um 'nós'". Assim, tentando contribuir com o aprimoramento do conhecimento sobre o tema a autora conduz seu estudo a partir da exploração de duas idéias centrais: a definição das condições que configuram a crise do movimento coletivo do magistério e as possibilidades e limites para a constituição da identidade coletiva (que na sua opinião deve ir além da ação estritamente sindical).

Para Vianna (1999, p.15) a crise pode ser indicação de possíveis transformações ao sugerir que as mudanças da ação coletiva e dos modelos de engajamento poderiam caminhar em algumas direções, uma delas relacionando o declínio do agir coletivo docente à frágil identidade da categoria, que uniria suas diversas posições apenas em momentos de oposição ao Estado, como greves e mobilizações. Assim, a organização docente poderia não passar de uma resposta coletiva à crise da educação.

---

além de apontar os elementos estruturais que interferem na organização dos trabalhadores em sindicatos, também identifica as especificidades de cada país e as situações que devem ser enfrentadas pela classe trabalhadora nos seus respectivos territórios; e, mesmo com conclusões desalentadoras quanto aos rumos do sindicalismo mundial e brasileiro, Antunes aponta perspectivas de análise.

unesp

Indicar a presença de uma crise como possibilitadora da superação dos problemas enfrentados pelo sindicalismo do magistério é uma concepção correta, e perceptível à medida que lançamos um olhar sobre o movimento docente, e notamos a passagem evidente de uma forma menos contundente (ainda que crítica de uma dada conjuntura) para mecanismos de atuação mais consistentes amparados por grandes mobilizações com outras categorias de trabalhadores, um elevado número de greves, pautas reivindicatórias mais consistentes e justificadas e a ampliação de uma visão mais economicista, para outra de maior abrangência com a evidente intenção de entendimento e superação de uma conjuntura econômica, social e política que tem sido hostil aos trabalhadores em geral.

Concluindo, é possível afirmar que houve uma mudança gradual no movimento sindical do magistério, que recebeu toda a influência do sindicalismo das demais categorias de trabalhadores e as reproduziu, até o momento em que passou a perceber a necessidade de criar formas específicas de reivindicação e luta.

O entendimento de que necessitava forjar uma nova maneira de conduzir a luta da categoria no setor educacional advém, sem dúvidas, de toda a experiência acumulada durante anos de enfrentamento das situações adversas, assim como, do amplo debate que a categoria promoveu em conjunto com outros segmentos da sociedade, a fim de buscar elementos que subsidiassem novas propostas para o equacionamento dos históricos problemas presentes na educação brasileira.

unesp

No capítulo seguinte começo a tratar especificamente do CPERS/Sindicato, entidade que é o objeto de estudo desta pesquisa, desde a sua fundação, passando pelas suas mobilizações em defesa da categoria, os avanços e recuos do movimento até chegar aos dias atuais em que a categoria se encontra diante da primeira possibilidade real de concretizar suas reivindicações e a sua proposta de uma nova política educacional.

Se isto ocorreu é o que veremos nos dois próximos capítulos, no terceiro as lutas e mobilizações, e no quarto, a produção do debate educacional e de uma nova política para a educação.

unesp

# 3

## CPERS/SINDICATO

## CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### Introdução

Com 56 anos de existência o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS-Sindicato dos Trabalhadores em Educação) representa os integrantes do quadro de carreira do magistério gaúcho, além dos professores contratados em regime de CLT e dos funcionários de escola (estes últimos a partir de 1990). Compõe-se de 42 Núcleos Regionais registrando até dezembro de 2000 o número de 84.401 associados entre ativos e aposentados, sendo 74.110 professores (37.778 ativos e 36.332 aposentados) e 10.291 funcionários (9.491 ativos e 800 aposentados)[1].

A história do CPERS/Sindicato é uma história de lutas, resistências e conquistas. É a história de grandes manifestações, greves, passeatas, caravanas e acampamentos sempre em defesa não apenas dos interesses específicos da categoria (ainda que em alguns momentos tenha priorizado as questões econômicas), mas principalmente, a defesa da escola pública e de um ensino de qualidade. Desse modo, os interesses econômicos da categoria e a defesa intransigente de uma escola pública de excelente qualidade sempre

---

[1] O CPERS/Sindicato é atualmente, no quadro geral das entidades filiadas à CNTE, o segundo sindicato em número de associados, contando com uma base de 120 mil professores. (Cadastro da CNTE/CUT de 2001)

unesp

estiveram presentes nas pautas de reivindicações da entidade, como vários autores[2] que estudaram sua constituição histórica assim comprovaram.

Nesse capítulo a minha intenção é apresentar a entidade objeto de estudo dessa pesquisa. O material bibliográfico utilizado foi em grande parte estudos já realizados por outros autores, complementados no período não coberto da história da entidade por informações coletadas no próprio CPERS/Sindicato, sejam materiais impressos como revistas, panfletos e jornais, sejam entrevistas ou conversas informais com integrantes da diretoria, assim como impressões produzidas a partir das observações realizadas nas visitas ao Sindicato.

A forma de apresentação do conteúdo do capítulo segue uma ordem cronológica dos principais momentos vividos pela entidade e pelo magistério gaúcho, buscando sempre que possível relação com os conteúdos dos capítulos anteriores e subseqüentes da pesquisa.

**Estrutura organizacional do CPERS/Sindicato**

O CPERS-Sindicato possui atualmente uma estrutura que poderíamos chamar de amplamente democrática. O ponto de partida é a unidade escolar onde estão presentes os representantes da categoria, passando logo a

---

[2] Sobre o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul localizei os seguintes trabalhos: BULHÕES, Maria da Graça Pinto. Movimento dos Professores Gaúchos – 1972/1991: a difícil trajetória da questão democrática; DRESCH, Márcia. O discurso do CPERS-Sindicato: uma abordagem discursiva.; PACHECO, Eliezer Moreira. Sindicato e Projeto Pedagógico: a organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul de 1945 a 1991; BULHÕES, Maria da Graça e ABREU, Mariza. A luta dos professores gaúchos – 1979/1991: o difícil aprendizado da democracia; BROILO, Cecília Luiza. Dimensão pedagógica da prática social do movimento grevista do magistério público estadual do Rio Grande do Sul; ALBANO, Alzira Fortini. A ideologia do professor estadual do Rio Grande do Sul face aos seus movimentos grevistas de 1979 e de 1980. O CPERS/Sindicato também é citado em um outro estudo: PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. Movimentação Grevista no Rio Grande do Sul: 1980-1983.

unesp

seguir para a representação municipal, os Conselhos de Núcleos, as Diretorias de Núcleos, o Conselho Geral e a Diretoria Central que em momentos de greve sofre uma "dilatação" e se transforma em "comando de greve". A instância maior é a Assembléia Geral.

A gestão administrativa do CPERS-Sindicato é conduzida por profissionais especializados nas diversas áreas que compõem a estrutura técnico-burocrática do Centro – denominadas Supervisões. Assim, as atividades diretamente relacionadas ao propósito sindical foram sistematizadas naquilo que passou a ser denominado "processos". São cinco diretorias de processos constituintes do trabalho sindical no CPERS: Processo de Formação Sindical, Processo de Cultura, Processo de Educação, Processo de Economia e Política Salarial e o Processo de Organização e Núcleos.

A atribuição do *Processo de Formação Sindical* é contribuir com a formação e qualificação das lideranças sindicais através da elaboração e oferecimento de seminários, cursos e atividades que possam proporcionar maior preparo para as lideranças. Uma outra tarefa desempenhada por este Processo é a participação nas atividades sindicais e populares e a articulação com outros sindicatos de trabalhadores, além disso, também é responsável pelo incentivo às Cooperativas Habitacionais Autogestionárias.

O *Processo de Cultura* tem como função principal proporcionar atividades culturais não apenas aos trabalhadores do magistério, mas também a todas as camadas sociais que não têm acesso à cultura.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

O *Processo de Educação* é um espaço de debate e de construção de propostas que possam contribuir para uma nova idéia de educação, de escola pública e também como propositor de uma concepção mais crítica de trabalhador da educação. Este setor do sindicato também tem buscado proporcionar uma maior consistência aos encontros, seminários e simpósios promovidos com a intenção de contribuir para a formação de uma consciência mais crítica da comunidade escolar.

É do *Processo de Economia e Política Salarial* – que inclui uma subseção do DIEESE - que parte a assessoria direta à Diretoria quando da necessidade de conduzir um processo de negociação salarial com o governo. Este é o local em que são produzidos estudos, análise e pesquisas sobre a dimensão econômica do setor público que por suas vez são repassadas para o conjunto da categoria com o intuito de mantê-la informada.

Por fim, no *Processo de Organização e Núcleos* se dá a organização política e administrativa, propriamente dita, dos 42 núcleos que integram o CPERS. Cumpre o papel de ser o elo entre a Direção Central e as demais Diretorias do interior do Estado. Suas principais atividades consistem na manutenção atualizada das informações referentes ao quadro de associados, realização de campanhas de sindicalização, organização de caravanas e distribuição de vagas para os eventos promovidos pelo Sindicato.

Também existem outras instâncias na organização da entidade destacando-se a *Supervisão de Comunicação & Marketing* (responsável pela publicação do boletim "A Sineta", do "Jornal Magister", dos panfletos, cartazes e

folders que são os principais instrumentos de comunicação do Sindicato com a categoria); a *Supervisão de Serviços* (responsável pela manutenção e limpeza da Sede do CPERS, expedição de material para os Núcleos, gerenciamento da biblioteca e controle de hóspedes para o alojamento); a *Supervisão Financeira* (que administra todos os assuntos relacionados às finanças da Sede e dos Núcleos, desde a arrecadação passando pela preservação do patrimônio até a melhor forma de investimentos financeiros); a *Assessoria Jurídica* (composta por um escritório de advocacia especialmente contratado para tratar das questões pertinentes à área); a *Supervisão de Recursos Humanos* (com a tarefa de administrar as questões trabalhistas referentes à equipe de funcionários que desenvolvem as mais diversas atividades no CPERS); por fim, há o *Departamento de Assuntos Funcionais* (que presta aos associados esclarecimentos e orientações quanto à sua situação funcional no quadro do magistério estadual. (Folheto Informativo do CPERS, 1996).

A entidade construiu uma organização estruturada em todo o Estado: 42 Núcleos, distribuídos em todas as regiões educacionais do Rio Grande do Sul; um Conselho de Representantes de escolas em cada Núcleo e um Conselho geral, constituído pelos diretores de Núcleo, por representantes dos Núcleos eleitos proporcionalmente ao número de sócios de cada Núcleo (um representante para cada mil sócios), um representante estadual dos aposentados e a diretoria do CPERS/Sindicato, composta de treze membros, escolhida em eleição direta em todo o Estado. Os Conselhos dos Núcleos e o Conselho Geral do

CPERS, que é hoje composto por aproximadamente cento e dez membros, reúnem-se ordinariamente todos os meses. (BULHÕES & ABREU, 1992)

O elevado índice de sindicalização e a estrutura organizativa em todo o Estado fazem com que o CPERS se torne uma entidade diferenciada, no aspecto organizacional, do conjunto do sindicalismo brasileiro.

**Histórico da entidade e suas principais lutas**

O Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul (CPPERGS)[3] foi fundado em 21 de abril de 1945[4], tendo como primeiras aspirações o ingresso das professoras normalistas nas Faculdades de Filosofia e reajustes salariais.

As críticas de setores mais conservadores da sociedade gaúcha, que não aceitavam a idéia de professoras primárias fundarem uma entidade para reclamar seus direitos[5], não tardaram muito para acusar o grupo de professoras fundadoras do CPPE de comunistas e agitadoras da ordem social.

Ainda no ano de 1945, no fim da ditadura Vargas, a entidade começa a discutir o seu Estatuto, luta por aumentos qüinqüenais e uma carreira

---

[3] O magistério gaúcho não estava organizado como sindicato, pois a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) decretada por Getúlio Vargas em 1943 em seu artigo 566 dizia o seguinte: "Não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições para-estatais".

[4] A data 21 de abril para fundação do Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE) foi escolhida em consideração à data comemorativa à morte de "Tiradentes" (Boletim "Sineta", nº 286 de abril de 1998)

[5] Essa é uma concepção profundamente calcada na idéia de magistério como sacerdócio, vocação ou missão em que o professorado é visto como um elemento que deve relevar as questões financeiras, pois o seu trabalho é uma tarefa nobre que transcende qualquer forma de pagamento. Também está presente uma concepção de que todo movimento contestatório só pode ser obra engendrada por comunistas.

unesp

única. Também compõe a sua pauta de reivindicações a proposta de gratificação de 1/3 mais a contagem em dobro do tempo de serviço para aquelas professoras que atuassem diretamente com a alfabetização de adultos. Data desse período a doação de um terreno por parte da Prefeitura de Porto Alegre para a construção da sede da entidade, que posteriormente será devolvido por entender que se tratava de uma primeira manobra para cooptar e desmobilizar o recém criado CPPE.

A luta do magistério gaúcho contra os cortes do governo estadual nas gratificações e abonos da categoria é a marca das mobilizações e ações entre 1950 e 1955, além da luta pela aposentadoria aos 25 anos de serviço. É neste período que se dá a definição do Quadro Único do Magistério. Em 1956 a categoria, ainda com seu quadro de associados em expansão, promove uma manifestação pública em frente ao Palácio do Governo discutindo pela primeira vez a possibilidade de realização de uma paralisação grevista.

Era um momento em que o país vivia o fim da era Vargas e passava a ingressar em uma nova fase marcada pela intensa industrialização da economia nacional. No âmbito estadual se repetia o projeto nacional de industrialização à todo custo, ainda que se alternassem no poder gaúcho o PSD e o PTB ambos criados por Getúlio Vargas.

Entre 1961 e 1970 as reivindicações por melhoria salarial, com a categoria se manifestando nas ruas, tomam como valor de referência o salário mínimo. Entretanto, no período de 1971 a 1975 as manifestações, lutas e reivindicações do magistério gaúcho sofrem um refluxo devido à violência por parte dos aparelhos repressores do Estado, havendo inclusive uma aproximação

das diretorias que estiveram no comando da categoria naquele momento com instâncias governamentais. Todavia, apesar das dificuldades encontradas no encaminhamento das suas ações o magistério gaúcho obtém uma vitória com a aprovação do seu Estatuto e Plano de Carreira, bem como o Plano de Pagamento para o Magistério. Porém, conforme registram Bulhões & Abreu (1992) até meados da década de setenta eram os professores do ensino médio que encaminhavam as lutas do magistério organizados na Federação do Magistério do Rio Grande do Sul (FEMARS). Naquela época o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul congregava apenas os professores que atuavam no ensino primário. Esta situação de representatividade somente será alterada em 1972 com a Reforma do Ensino e, conseqüentemente, com a modificação dos Estatutos do CPERS[6] que passa a receber como associados os professores do ensino médio.

A metade da década de setenta em diante é marcada pelo agravamento da crise econômica brasileira e conseqüentemente pela falência do modelo desenvolvimentista adotado pelo governo federal e reproduzido no âmbito estadual. É um momento realmente de crise com a queda do PIB, altas taxas inflacionárias e a expansão da dívida externa. Os resultados catastróficos são diretamente verificados na crise que se estabelece no Estado. Vive-se toda a intensidade dos governos militares: repressão, torturas, desaparecimentos, prisão de lideranças e fechamento de entidades de trabalhadores.

---

[6] Em 1973 promove a unificação dos professores do ensino primário com o médio e passa a chamar-se Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

As conseqüências para as classes trabalhadoras (incluindo-se aí o magistério empregado pelo Estado) recaíram na queda do seu poder aquisitivo agravando-se ainda mais nos anos posteriores. A deteriorização salarial provoca uma insatisfação entre os trabalhadores levando a uma crescente mobilização (por vezes acompanhada de greves) em defesa primeiramente dos salários, mas acompanhada de uma contestação em relação à política econômica que gerava sérios prejuízos para a sociedade.

O ano de 1976 é muito importante para a categoria, pois é a época em que são retomadas as discussões em torno das reivindicações do magistério que passam a ser discutidas publicamente através de notas na imprensa e contatos com outras categorias de trabalhadores e setores da sociedade. É nesse ano que começava a se construir as bases para as lutas que marcarão o perfil de atuação do CPERS a partir do final da década de setenta e durante toda a década de oitenta, ou seja, uma entidade que passa a perceber que as suas lutas precisam ser discutidas com a sociedade em sua totalidade, não se restringindo às suas assembléias. Esse é um momento marcado pela greve de 1979 (o magistério gaúcho é uma das primeiras categorias de trabalhadores a deflagrar uma greve no Estado) que duraria 11 dias.

Esta greve representou na avaliação de Petersen (1984), Bulhões (1983), Pacheco (1993) e Dresch (1994) uma ruptura pública com a imagem do magistério como um sacerdócio[7], pois é a partir deste momento que a categoria se

[7] Segundo Hypolito (1997) é Kreutz (1985) quem melhor nos informa a emergência da concepção do magistério como um sacerdócio ou vocação. Na opinião desse autor as raízes dessa forma de conceber o trabalho do professor remonta ao século XVI – época em que se criam as primeiras

mostra como integrante de um conjunto maior de trabalhadores que exigem melhores salários e condições adequadas para executar seu trabalho[8].

Além disso, para Dresch (1994, p. 41) esse "movimento representou um marco pelo seu caráter de oposição ao regime e por apontar uma clara opção da entidade pela luta por melhores condições de ensino". Nesse período ocorre um processo de priorização das reivindicações da categoria. Muito provavelmente devido a esta nova fase vivida pelo magistério gaúcho, a partir de 1976 (e isto vai até 1984) ocorre um elevado crescimento no número de associados. Em 1977 eram 25.843 sócios, chegando a 78.979 em 1991 e contando atualmente com mais de 84 mil associados.

O debate acerca do magistério como um sacerdócio, vocação ou missão é extenso. São muitos estudos que tratam da temática ora enfatizando elementos que possam contribuir para uma maior profissionalização do professor, ora apontando fatores que vem contribuindo ao longo de décadas para a proletarização do magistério[9].

---

escolas elementares para os estratos populares da sociedade – e fundamenta-se a partir de pressupostos político-religiosos conservadores e autoritários.

[8] Em levantamento realizado por Pacheco (1993), à época da deflagração da paralisação de 1979 ainda havia várias entidades representativas dos professores e especialistas. O autor lembra, inclusive, que o Comando de Greve foi composto também por estas entidades: Federação do Magistério do Rio Grande do Sul – FEMARS (fundada logo após a greve dos professores do ensino médio em 1964), Associação dos Dirigentes de Escola do RS – ADERGS (fundada em 21/06/1973), Associação dos Orientadores – AOERGS (fundada em 09/03/1966), Associação dos Professores Licenciados e, Associação dos Professores do Ensino Médio do RS – APMERGS. Com a consolidação do CPERS a partir de 1979, estas entidades ou deixaram de existir ou perderam sua representatividade. Bulhões e Abreu (1992) completam esta lista com a Associação dos Professores de Educação Física (APEF) fundada em 20/12/1945; Associação dos Professores de Técnicas Agrícolas (AGPTEA) fundada em 20/07/1969; Associação dos Supervisores (ASSERS) fundada em 22/08/1972.

[9] Além da ampla literatura existente sobre o tema, é importante destacar a contribuição da Revista Teoria & Educação editada em 1991 que apresentou um dossiê sobre o assunto chamado

unesp

Entretanto, é Hypolito (1997) – na minha avaliação – quem melhor reorganiza os diversos posicionamentos teóricos sobre a polêmica posição ocupada pelo magistério na atual estrutura social.

Segundo esse autor "à medida que a categoria profissional aumenta quantitativamente, tornando-se assalariada, empregada pelo Estado e tendo sua profissão regulamentada, reduz-se seu prestígio social, sua autonomia e o controle sobre seu próprio trabalho" (Hypolito, 1997, p.21).

Este é um quadro que se configura não apenas no magistério gaúcho, mas com toda a categoria no território nacional que passa a conviver com uma série de ambigüidades relacionadas às mudanças que se operam no trabalho docente, e que afetam o imaginário que possuem acerca da sua profissão.

Ainda em concordância com Hypolito, quanto "mais os docentes se organizam e buscam um estatuto profissional, mais vão rejeitar as atividades não-docentes e mais vão lutar por restringir suas atividades às ações técnico-profissionais" (1997, p. 24). Desse modo, essa concepção mais profissional construída pelo magistério devido ao seu posicionamento enquanto empregado do Estado, e vendo-se inclusive em situação semelhantes aos demais trabalhadores de outros setores, vai se tornando mais distante do ideário do magistério como sacerdócio, vocação ou missão. Todavia, enquanto almeja e esboça nas suas ações a construção de um maior profissionalismo, vai sendo forjado um novo espírito no interior do magistério – o corporativismo, muito presente na teoria das profissões.

---

"Interpretando o trabalho docente". Nesta publicação os diversos autores que trataram do assunto analisaram elementos que atuam sobre a degradação do trabalho do professor no sentido de uma crescente fragmentação do processo de trabalho pedagógico, o que estaria conduzindo à sua proletarização.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Creio que uma concepção do magistério como um sacerdócio, vocação ou missão interfere fortemente na maneira como uma categoria encara o seu trabalho e as suas entidades representativas. Muito provavelmente a forma pouco combativa de algumas entidades do magistério em seus primórdios esteja relacionada a essa forma de encarar o trabalho do professor. Com o CPERS não foi diferente. Passa de uma entidade pouco combativa e que buscava a defesa dos interesses mais imediatos das professoras primárias, para um sindicato com grande poder de mobilização e luta e com uma visão mais ampla da sua ação representativa e da própria especificidade do trabalho desenvolvido pelo magistério. Atualmente, o CPERS/Sindicato luta conjuntamente com alguns segmentos da categoria para ultrapassar os limites do corporativismo econômico, buscando tornar-se uma entidade e uma categoria com maior poder de envolvimento com outros segmentos da sociedade, inclusive interferindo no debate e proposição de políticas públicas alternativas às implementadas pelos governos atrelados ao modelo neoliberal.

Os fatores que contribuem para essa mudança de atitude certamente são o aprofundamento das péssimas condições de trabalho, dos baixos salários, do descaso e da forma truculenta com que os governos tratam a categoria e a educação em geral. São elementos que atuam no alargamento da visão que o magistério tinha do seu próprio trabalho, passa-se de uma visão mais ingênua do magistério para uma outra, pautada na exigência de um maior profissionalismo. Esses elementos conjugados interferem na condução das entidades que representam os professores passando-se para um comportamento mais crítico e

unesp

combativo. Evidentemente que se soma a este processo todo um contexto político que alterna governos autoritários com outros mais democráticos.

Retomando a exposição do palco de lutas do magistério gaúcho, é possível afirmar que seguindo nessa sua forma mais crítica de encarar a realidade educacional do Estado e das suas condições de trabalho e remuneração, a partir de 1980 o número de dias em greve aumenta – nesse mesmo ano foram 21 dias de paralisação – e as conquistas também: percentuais de reajustes salariais; 2,5 salários mínimos de base a partir de janeiro de 1982; 25% do orçamento estadual destinado para a educação; admissão no quadro do magistério somente mediante concurso público; o compromisso do Governo de junto com o CPERS estabelecer critérios para a escolha dos diretores escolares e a conquista de participação no Conselho Estadual de Educação.

Finalmente, o CPERS conquista sua mais antiga reivindicação: a aposentadoria aos 25 anos de serviço. Isto ocorre entre 1981 e 1984, período também em que o Centro atua ativamente em fóruns nacionais da classe trabalhadora e na luta pelas "Diretas Já". Por outro lado, este período também é marcado pelas lutas da categoria em fazer valer o acordo firmado com o Governo na greve de 1980, sendo por este motivo deflagrada em 1982 a terceira greve do magistério gaúcho em repúdio ao não-cumprimento do acordo pelo governo, inclusive a questão dos 2,5 salários mínimos como salário-base.

É neste ano que o CPERS sofre a ameaça de intervenção, repressão e punições pelo Governo Estadual. O comportamento adotado pelo Governo leva a um refluxo na mobilização da categoria e o retorno às aulas,



inclusive aceitando as eleições para diretores através de lista tríplice. Apesar do quadro adverso Bulhões (1983, p.151) registra que nessa fase "as parcelas mais conscientes da categoria mantiveram-se mobilizadas em função, principalmente, do debate das questões educacionais, através de encontros e seminários realizados pelo CPERS em diferentes regiões do Estado" [10].

O ano de 1982 também foi marcado por um amplo debate sobre a construção de uma educação democrática, culminando com a realização (em julho) do Seminário Estadual de Avaliação e Perspectivas do Movimento do Magistério Público Estadual indicando "a necessidade de uma análise mais profunda do movimento da categoria". A organização deste Seminário trouxe à tona o debate de um ponto fundamental para o movimento e sua entidade: a questão da democracia, em dois aspectos – a representatividade da maioria, em todos os níveis de decisão da entidade, e o papel de uma direção democrática (Bulhões, 1983, p.7).

Em 1985 foram sessenta dias em greve. A pauta consistia do pagamento de décimo terceiro salário, da implementação de eleições para diretores escolares, exigência de 35% da receita de impostos para a educação, conservação e construção de escolas, além de um salário base de 2,5 salários mínimos (que em verdade ainda era uma reivindicação de 1980).

Apesar da crise econômica que vem deteriorando os salários não apenas do magistério, mas da classe trabalhadora em geral, esse é um novo momento para a sociedade brasileira. Há um clima de ebulição política com a

[10] Esses encontros realizados pelo CPERS com o objetivo de discutir a política educacional nacional e estadual serão o centro da análise do próximo capítulo.

unesp

possibilidade de avanços democráticos, há uma ampliação das liberdades políticas e de expressão. É o momento da chamada "Nova república" e de um maior envolvimento dos trabalhadores, das diversas entidades representativas da sociedade e dos movimentos sociais organizados na discussão de propostas para a Assembléia Nacional Constituinte.

A maior greve do magistério estadual gaúcho ocorreu nesse período – em 1987 – tendo durado 96 dias. A participação chegou a 40 mil pessoas representativas dos mais diversos setores da sociedade gaúcha que se integraram à manifestação do magistério. Com esta greve a categoria conquistou a garantia do Plano de Carreira, não discriminação aos aposentados e garantia de emprego aos contratados até a promulgação da Constituição Federal (que previa estabilidade para esses professores).

Uma análise mais detida dessa greve e a situação posterior ao movimento mostram que ao contrário da categoria sair vitoriosa, o movimento sofreu uma grande derrota, não existindo acordo que pusesse fim à greve, agravando-se a situação quanto à reposição dos dias parados. Não podemos esquecer que o comportamento dos governantes não se alterava, mantendo as conhecidas estratégias de não reconhecimento da legitimidade dos movimentos, a ausência de negociação como um mecanismo de resolução dos conflitos e só cumprindo os acordos anteriormente firmados sob constante pressão, tendo sido inclusive muito resistentes em relação à democratização da educação.

Apesar da grande mobilização de 1987, no ano seguinte, o magistério novamente recorre à greve (foram nove dias) alcançando os seguintes



resultados: unidocência; 95% de reajuste salarial (70% em outubro e 26% em dezembro); aceleração do pagamento do difícil acesso; cronograma de regularização das promoções e a redução do período de reajustes da trimestralidade para bimestralidade. Também em 1988 o CPERS lançou a campanha "De Olho na Constituinte" – em consonância com as diretrizes gerais da CNTE para as entidades filiadas. É neste ano que o governo implementa o Quadro de Pessoal por Escola (QPE) a partir do qual redistribui os professores. Apesar de ser uma reivindicação do CPERS o mesmo foi encaminhado sem discussão com a categoria, e a forma como foi conduzida serviu para retirar lideranças das suas escolas.

Muitas das reivindicações continuam sendo as mesmas, inclusive algumas que em outras manifestações haviam sido conquistadas. Por isso o ano de 1989[11] foi marcado por 42 dias de greve onde se buscava 54% de reajuste salarial, publicação e pagamento das alterações de níveis, nomeação de 3 mil professores e agilização do pagamento da unidocência. Para Pacheco (1993, p.132) é uma das únicas greves (senão a única) em que há consenso entre todas as correntes, desde o momento da deflagração até o momento de terminá-la".

No que se refere às correntes políticas internas do CPERS é possível afirmar que apesar das disputas ideológicas e da forma diferenciada de

[11] Em 07 de outubro a Assembléia Geral dos Funcionários de Escola decide pela fusão da Associação dos Funcionários das Escolas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (AFEPERGS) com o CPERS, passando então a associar-se ao mesmo sindicato dos professores. Também em 1989 (08/12) ocorre a transformação do tipo jurídico da entidade – CPERS – de associação civil para sindicato e adoção da nova razão social: Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/Sindicato). Estas duas modificações encaminhadas pelo CPERS surgiram a partir do 1 Seminário Estadual de Formação Sindical do CPERS realizado em dezembro de 1988. (Cartilha sobre os Direitos dos Funcionários de Escola, Processo de Organização e Núcleos do CPERS/Sindicato, maio de 1999).

unesp

conduzir as lutas da categoria, podendo-se dizer que os integrantes das diversas diretorias que passaram pela entidade empenhadas na democratização da sociedade brasileira caracterizavam-se como forças políticas democráticas e progressistas. Segundo Bulhões e Abreu (1992), a "hegemonia do movimento era de lideranças liberais-progressistas oriundas do período anterior [anterior a 1979], favoráveis à nova fase do movimento e organizadas no MDB". Essas "lideranças contavam com o apoio das forças de esquerda que defendiam a política de 'bloco democrático' e tinham na oposição as forças de esquerda que defendiam a política de 'bloco de esquerda'." (1992, p.58)

É muito interessante observar que a partir de 1985 as disputas não eram mais entre as forças pró "bloco de esquerda" opositoras da diretoria e os integrantes das forças liberais-progressistas apoiadas pelos representantes da esquerda favoráveis ao "bloco democrático", passando para um debate e uma acirrada luta entre os próprios segmentos que se denominavam forças de esquerda..

Não apenas as várias eleições ocorridas no CPERS, mas o próprio debate sobre o encaminhamento que deveria ser dado quanto à filiação ou não da entidade à CUT ou à CONCLAT foi profundamente marcado pelas acirradas disputas dessas correntes políticas. Enquanto as forças de esquerda pró "bloco democrático" não aceitavam a filiação do CPERS em nenhuma das duas Centrais sindicais (grupos ligados ao PMDB, PCB, PSB, Pc do B), e sim propunham uma reunificação do sindicalismo brasileiro em apenas uma entidade nacional, os integrantes do "bloco de esquerda" defendiam acirradamente uma

filiação imediata da entidade do magistério gaúcho à CUT (grupos ligados, na sua maioria, ao PT). Posteriormente surgirá o grupo MPS (Movimento dos Professores Socialistas) composto por integrantes do PDT simpatizantes de Alceu Colares. Um outro grupo também se fará presente na disputa pelo seu espaço no CPERS: o MPR – Movimento dos Professores Radicais.

Quanto à possibilidade de filiação da entidade à CUT houve um intenso debate, inclusive com a realização de seminários com integrantes de ambas as Centrais Sindicais (CUT e CONCLAT), culminando com uma ampla rejeição da filiação à CUT em quase todos os Núcleos Regionais da entidade, corroborada por uma assembléia geral em 1985.

As conseqüências dessas disputas internas acabaram afetando a forma de conduzir os rumos da entidade, prejudicando o conjunto da categoria devido à intransigência não apenas dos governos estaduais, mas dos próprios integrantes da diretoria que não aceitavam nenhuma forma de negociação. Isto ocorre – mobilização sem negociação – entre os anos de 1985 e 1987, e se repetirá nos próximos anos de luta do CPERS.

É no período de 1985 a 1989 – de intensa movimentação em defesa dos interesses econômicos mais imediatos da categoria – que o CPERS direciona seu interesse para a elaboração de propostas que possam subsidiar o debate educacional para as Constituições Federal e Estadual bem como para a discussão em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases. Nesse debate dois temas

centrais sempre estiveram presentes na pauta de discussões da entidade: "Constituinte e Educação" e "Democratização da Escola"[12].

É um momento novo para o Brasil que passa a conviver com um amplo processo de consolidação democrática, como por exemplo, a promulgação da Constituição Federal em 1988, as novas Constituições de vários Estados a partir de 1989 e as Leis Orgânicas Municipais.

Em 1990 aumenta o número de dias que a categoria se mantém paralisada – são 58 dias de greve. As reivindicações continuam na mesma toada das lutas anteriores: aumento salarial de 105,42% e o compromisso de não enviar projeto de política salarial à Assembléia Legislativa sem prévia discussão da categoria.

A segunda maior greve dos professores gaúchos ocorreu em 1991. Foram 74 dias paralisados em um movimento que segundo Dresch (1994) quando iniciou não possuía pauta de reivindicações, obtendo as seguintes conquistas: a derrota da proposta de abono salarial encaminhada pelo Executivo Estadual, a não obediência de iniciar o ano letivo de acordo com o calendário da Secretaria da Educação e o surgimento da mobilização da comunidade em defesa do ensino. Há divergência quanto aos resultados do movimento. Para Dresch[13]

---

[12] Nesse ano os professores gaúchos haviam elegido pela primeira vez em sua história os diretores das escolas públicas, de modo que o debate em torno da democratização da escola tinha por objetivo aprofundar a reflexão sobre a questão, bem como promover um amadurecimento das eleições para diretores escolares.

[13] Segundo avaliação de Dresch a ARENA, PDS e PFL, partidos que ocuparam o governo do Estado entre 1979 e 1986, não possuíam em seu vocabulário político a palavra negociação, menos ainda os sentidos que dela possam advir. Quando aceitavam algum tipo de entendimento era muito mais em função da forte pressão exercida pelo movimento dos professores. "Os governos do PMDB (Pedro Simon e Sinval Guazelli – 1987/1990) oscilaram entre o enfrentamento e a negociação, sendo que em alguns momentos optaram mesmo pela repressão. 1988, 1989 e 1990

(1994, p.45) as "negociações fracassaram e os professores foram obrigados a voltar ao trabalho com um calendário de recuperação de aulas imposto pelo governo, sem qualquer política salarial, sem novos reajustes" e ainda sofrendo ofensivas autoritárias do Governo do Estado.

Esta situação remete ao ano seguinte – 1992 – que foi marcado pela acirrada luta do CPERS e da comunidade contra a proposta de calendário rotativo encaminhada pelo governo. Merece destaque a gestão 1990/1993, pois esta sofrera três anos de acirrados ataques e agressões do governo estadual[14] e apesar disto a entidade manteve-se coesa e constantemente mobilizada, inclusive incorporando mais oito mil novos associados (Pacheco, 1993, p.86).

No período de 1993 a 1995 consolida-se todo um processo de lutas que teve início a partir da greve de 1979 e que passou a ser chamado de "Resgate da Qualidade de Ensino" tendo como proposta central a articulação de alianças entre a comunidade escolar e outros setores da sociedade civil, todavia, também é o período em que ocorre uma retração no movimento sindical do magistério gaúcho. Fato relevante no final deste período (pelo menos para a maioria da categoria) foi a filiação à CUT decidida no Congresso Estadual realizado em janeiro de 1996 e aprovado em assembléia geral no mês de maio.

---

foram anos em que a negociação melhorou, mas sem que fossem estabelecidos compromissos sobre índices salariais. Se nos governos do PMDB se iniciou, por um lado, o processo de desvalorização dos salários, por outro, foi quando ocorreram vários avanços funcionais e em vista da democratização do ensino. Com o governo do PDT (Alceu Collares – 1991/1994), iniciou-se um período de grande enfrentamento e várias derrotas do movimento (...) terminou com a eleição de diretores, fechou Delegacias de Ensino, implementou o calendário rotativo, implantou o maior arrocho salarial da história da categoria" entre outras arbitrariedades (p.46).

[14] Inclusive tendo havido um acontecimento no mínimo curioso quando o "Governo do Estado tentou atrelar o Sindicato procurando interferir no processo eleitoral através de uma chapa organizada dentro da Secretaria de Educação e formada por ocupantes de cargos de confiança" que foi duramente rechaçada pela categoria (Pacheco, 1993, p.86).

unesp

Em relação à demora na filiação do CPERS/Sindicato à CUT (a entidade representativa do magistério maranhense e a dos gaúchos foram as últimas duas à se filiarem) é interessante ressaltar o que chamaria de um paradoxo vivido pela entidade. Enquanto a CNTE já se encontrava filiada à CUT, somente em 1996 o CPERS promove o debate final e a decisão pela filiação.

Na pesquisa realizada por Bulhões & Abreu (1992), as autoras partiram da elaboração de um complexo quadro político interno ao CPERS a partir das várias correntes (já tratadas nesse capítulo quando dos primeiros debates sobre as Centrais Sindicais) que disputam as eleições e os espaços na Diretoria Central e nos Núcleos Regionais. Assim, segundo as autoras, as diferenças se tornaram mais explícitas quando do debate de 1996 se o CPERS deveria ou não se filiar à CUT envolvendo as duas principais correntes que atuavam na entidade: "Unidade e Luta" e "Professores Cutistas".

Toda a discussão havida sobre essa questão de uma possível filiação a CUT refletia o próprio debate entre as diferentes concepções de sindicalismo.

Enquanto a articulação "Unidade e Luta" era favorável à unicidade do movimento sindical por acreditar que esse era um princípio básico para tornar a luta da classe trabalhadora mais fortalecida; os "Professores Cutistas" apostavam que a filiação à CUT tornaria o movimento dos trabalhadores da educação com as demais categorias profissionais filiadas àquela Central, mais consistente e coeso. Os integrantes dessa corrente sindical acreditavam que

somente a CUT poderia reunir coletivamente as frações mais combativas e críticas do sindicalismo brasileiro.

A discussão é tão acirrada sobre a filiação do CPERS à CUT que acaba interferindo nos próprios processos eleitorais para a composição da Diretoria Central e dos Núcleos Regionais. Cada grupo possuía a sua verdade a respeito do movimento sindical dos professores e as possíveis relações que deveria manter com o restante da classe trabalhadora. Evidentemente que essa forma de encarar o movimento sindical prejudica a organização do magistério em consonância com os demais trabalhadores.

Especificamente no caso do CPERS é ilustrativo lembrar que afora essa polêmica da filiação à CUT, a categoria sempre se organizou coletivamente em defesa dos interesses econômicos e das questões educacionais – desde as suas primeiras manifestações – tendo como contrapartida um amplo apoio da comunidade escolar e de diversos segmentos da sociedade.

As lições que podemos retirar dessa experiência vivida pelo magistério gaúcho (que culminou na sua filiação à CUT em 1996, sendo a penúltima entidade do magistério a se filiar) é que houve uma interferência negativa no conjunto do movimento. O debate contribuiu pouco para consolidar as lutas históricas da entidade criando rupturas internas ao movimento que se refletiam nas formas de conduzir as negociações com os governos estaduais e na ênfase quase que exclusiva nas pautas econômicas, sobrando pouco espaço para o debate educacional propriamente dito.

unesp

Mas o CPERS e o magistério gaúcho souberam responder a esse desafio. Se internamente ainda convive com grupos políticos atrelados aos mais diversos partidos políticos, no plano mais amplo do encaminhamento das suas questões econômicas e do debate educacional a categoria se manifesta nas assembléias gerais no sentido de desatrelar sua luta dos interesses do partido no governo (como é o caso inclusive atualmente com o PT), bem como, desvincular a sua imagem da atual Secretária de Educação que foi Presidente da entidade, tendo inclusive se afastado para assumir a função.

Mais uma vez retomando – após este comentário sobre a filiação do CPERS à CUT – a exposição anterior, o momento relatado agora é marcado pela presença de Antônio Britto (PMDB) – que derrotou em 1994 o candidato da oposição Olívio Dutra (PT) – alinhado com a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Segundo avaliação da atual Diretoria do CPERS, o governo Britto foi tão cruel e nocivo ao Rio Grande do Sul quanto o governo anterior de Alceu Collares, tratando-se de um momento muito difícil para uma parcela do magistério gaúcho, pois mais de vinte mil professores abandonaram o magistério nos últimos quatro anos em busca de atividades mais rentáveis.

Diante da atual situação vivida pelo Estado e pelo magistério gaúcho, e passados seis anos da última greve realizada pelo CPERS/Sindicato, a categoria retornou à luta realizando duas assembléias consideradas pela diretoria muito importantes, talvez as mais relevantes da sua história recente.

unesp

O motivo para a retomada do movimento deveu-se ao descumprimento da Lei Salarial[15] nº 10395 de dezembro de 1995. Analisando as causas que permitiram, em uma conjuntura extremamente difícil, os trabalhadores em educação realizarem intensas mobilizações a Diretoria acredita em três situações (Sineta nº 270 de maio/97): 1) o estabelecimento de uma estratégia previamente elaborada que buscava recuperar a confiança e a capacidade de luta da categoria; 2) o resgate do apoio dos pais, alunos e sociedade e, 3) a luta pela reorganização da categoria em sua base.

Foram necessárias a proposição de formas de enfrentamento diferenciadas das anteriormente utilizadas para que a categoria tivesse condições de reassumir e concretizar vitoriosamente a sua luta. Em síntese essas lutas foram as Caravanas em Defesa da Escola Pública, as Assembléias Gerais e os Atos Públicos, e que gradativamente resgataram a disposição da categoria para retomar a sua luta. Assim, a entidade buscava novos mecanismos de greve que fossem compatíveis com o atual nível de organização e mobilização da categoria. O resultado mais imediato dessa retomada do movimento dos professores, além do grande número de presentes nas assembléias promovidas, foram as centenas de novas filiações ao CPERS/Sindicato.

Agindo assim, os trabalhadores em educação derrotaram a estratégia do governo, ditando o ritmo da mobilização que culminou com duas manifestações no prazo de uma semana. Manifestações em todo Estado, passeatas e uma agenda de visitas – inclusive a famílias de alunos – garantiram o apoio da

[15] A Lei Salarial nº 10.395 de dezembro de 1995 previa os seguintes reajustes salariais: 10% de gatilho em jan/96; 10% de parcela de reposição jul/96; 1,96% de reajuste semestral jul/96; 9% de parcela de reposição dez/96; 34,48% de reajuste acumulado.

unesp

sociedade ao movimento e à deflagração da greve. O Governo reagiu apresentando propostas em dois tempos: um reajuste por faixas, sem indicar um índice e a criação de um fórum para indicar fontes de financiamento para as suas (do governo) mudanças estruturais definitivas, sem contemplar os funcionários de escola. A categoria rejeitou a proposta por unanimidade e estabelecendo o estado de greve e um calendário permanente de mobilização com greves de duas horas diárias em três dias alternados. Posteriormente, em Assembléia Geral a categoria suspende a greve e decide pela continuidade do movimento em Estado de Greve que se estenderá pelos próximos meses.

Para o ano de 1998 as atividades tiveram início com um ato público em frente à Secretaria da Educação no mês de março, que culmina com a Caravana em Defesa da Educação Pública que duraria dois meses passando por 300 municípios e visitando cerca de 900 escolas. Apesar de toda esta movimentação pelo Estado o governo Britto continua avançando contra a categoria e impõe a extinção do plano de carreira e regulamenta a municipalização do ensino e consolida a precarização do trabalho do educador.

Um balanço desse período do Governo Britto dá um indicativo da herança que restará ao próximo governante que será eleito na próxima eleição (Olívio Dutra/PT) e dos desafios que o CPERS terá pela frente: 8.571 servidores saíram do Estado no PDV (Plano de Demissão Voluntária) sendo que 4.746 eram integrantes do magistério, ou seja, 55% das adesões. Por conta da carência de servidores públicos cresce o número de contratos temporários, chegando a 6% do pessoal em atividade. Entre os servidores ativos do Estado 47% recebem até R$

unesp

600,00 e representam 21,76% da folha de pagamento. Por outro lado, os servidores que recebem acima de R$ 4.800,00 correspondem a 1,45% do pessoal e consomem 12,22% da folha. Por fim, enquanto o contracheque médio da Justiça chega a R$ 3.067,00 o dos professores está em R$ 533,77 (Dados coletados junto ao Processo de Economia e Política Salarial, subseção do DIEESE).

Presentemente, o movimento coletivo dos trabalhadores em educação representado pelo CPERS/Sindicato experimenta problemas muito mais complexos que aqueles vividos nas décadas anteriores. Os elevados índices de desemprego e recessão econômica afetam as formas tradicionais de comportamento do movimento sindical, fazendo com que as entidades busquem novas formas de lutar pela preservação dos seus direitos. O avanço da concepção neoliberal agravou ainda mais esse quadro devido à escassez de investimentos na área social e à ênfase na redução das funções outrora exercidas pelo Estado.

Diante desse quadro social, político e econômico desfavorável e excludente – e semelhantemente às experiências vividas pelos demais trabalhadores – o magistério gaúcho assume, a partir de meados da década de 90, agora com maior ênfase, o desafio de uma reflexão mais ampla da sociedade em que vive com o objetivo de sua superação a partir da formulação de propostas que sejam alternativas viáveis para o conjunto do magistério gaúcho, assim como para o sistema educacional gaúcho e nacional. O desafio se torna mais complexo ainda na medida em que precisa dividir suas responsabilidades sociais com um novo governo – ainda que no discurso – declaradamente popular, diferentemente dos

anos anteriores em que tinha como adversários governos alinhados com as determinações do Executivo Federal.

**O CPERS/Sindicato e a possibilidade de concretizar as lutas do passado**

Com a vitória de uma frente de partidos de oposição liderada pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições para o governo do Estado no final de 1998, é encaminhado um convite para que lideranças do CPERS ocupem funções no Governo. São convidados a atual presidente do CPERS/Sindicato Lúcia Camini (para a Secretaria da Educação), Eliezer Pacheco (para a Presidência do IPERGS) e Rosângela Soletti (para compor a equipe da Secretária da Educação). Neste momento a diretoria que assume o Sindicato declara que aposta na mudança dos rumos da discussão não apenas do próprio CPERS com o governo, mas também de outros movimentos sociais. O novo governo recebe em audiência, ainda em 1998, a Pauta de Reivindicações (aprovada em março de 1997) do CPERS.

Em relação ao novo governo que assume a administração do Estado o CPERS publica uma nota – em que faz um balanço político-sindical de 1998 – informando à categoria que vislumbra a possibilidade da construção de uma relação diferente da que havia tido com os governantes anteriores, apostando em um rico processo de discussão pautado no mútuo respeito e no atendimento das diversas reivindicações da categoria. Todavia, não acredita que seja um processo fácil, e sim em relações conflituosas e polêmicas (SINETA, nº 304, dez/98, p.4).

A experiência vivida pelo CPERS/Sindicato com um governo cuja proposta e comportamento político difere dos demais que estiveram à frente dos rumos do Estado nas últimas décadas é absolutamente nova para o conjunto da categoria.

O fato de ter sempre se relacionado com governos autoritários e alinhados com as diretrizes do governo central, cria uma grande expectativa em relação à ascensão de uma Frente Popular no governo estadual. Tão grande é a expectativa que por vezes o processo de negociação se vê prejudicado devido à falsa crença de que todos os problemas do Estado e, por conseguinte, do magistério, seriam rapidamente resolvidos.

Ocorre aqui a exemplificação concreta, especificamente no caso do magistério gaúcho, da dificuldade de se manter a complexa tese leninista de que o partido político de "novo tipo" atuaria como mediador da consciência social.

Parece que o CPERS/Sindicato se esquece de um princípio anterior a Lênin formulado por Marx de que não seria apenas suficiente uma interpretação da realidade vivida pelos trabalhadores, e sim, que além das classes populares estarem organizadas em um partido que as representasse e defendesse politicamente, seria fundamental a criação ou reativação de estruturas organizativas e políticas que superassem e fossem além das reivindicações economicistas e corporativas mais imediatas de qualquer categoria específica de trabalhadores.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

A realidade que o CPERS passará a enfrentar a partir da eleição de uma Frente Popular está muito mais próxima da proposta de Gramsci. Esse autor sustenta a tese de que o partido político organizador das "classes subalternas" assumiria a conduta de um "moderno príncipe", na medida em que se transmutaria no "*condottiere*" coletivo de uma proposta de sociedade que superasse àquela opressora das "classes subalternas" no sentido de construir uma nova sociedade.

Talvez Mazzeo[16] (1999), nesse momento, esteja mais correto em sua análise das relações de um partido de "novo tipo" com as organizações representativas dos trabalhadores ao afirmar que o partido político não atuaria somente como mediador entre a teoria e a prática, "mas principalmente o operacionalizador da mediação que a própria teoria revolucionária deve fazer entre a universalidade e a particularidade, entre a teoria social e sua aplicação objetiva". Em outras palavras o autor quer dizer que o partido político atuaria como um (entre vários) instrumento da classe trabalhadora (e das suas entidades representativas) que criaria as condições necessárias para dar respostas concretas às suas situações concretas (entendidas aqui como uma síntese de múltiplas determinações). Assim, o partido político de "novo tipo" (aquele que conduziria a realização da unidade entre a teoria e ação revolucionária esboçado por Gramsci)

---

[16] Ainda nessa mesma obra Mazzeo (1999) afirma que o partido político deve ser o responsável pelas respostas concretas aos problemas concretos, ou seja, que ao partido – de posse de uma teoria revolucionária – caberia a tarefa de mediar a consciência espontaneamente produzida pelas classes trabalhadoras em busca de um entendimento da "essencialidade das manifestações fenomênicas cotidianas". Essa concepção, na minha opinião, engessa qualquer tipo de atuação da classe trabalhadora em suas instâncias de organização coletiva. Isto é, não se pode mais pensar em um partido político salvador que resgatará os trabalhadores da situação em que se encontram, também não estou defendendo que o sindicato passe a fazê-lo.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

não pode ser resultante da vontade de indivíduos ou grupos de indivíduos ou entidades sindicais ou qualquer outro movimento social organizado que tenham por objetivo a idéia de transformação de uma realidade dada e concreta.

Talvez o CPERS/Sindicato tenha realizado uma interpretação equivocada das relações entre partidos de caráter popular e sindicatos, tendo apostado em uma transformação imediata da realidade da sociedade gaúcha e no atendimento de suas reivindicações com a emergência de um partido declaradamente popular e de "esquerda".

Estendendo um pouco mais essa reflexão cabe, ainda que breve, um comentário acerca das relações entre sindicato, partidos e governos e que tem a ver um pouco com a importância do sindicato como um instrumento das classes trabalhadoras (nesse caso específico, o magistério) capaz de enfrentar as situações concretas vividas pelo magistério na sociedade capitalista, com respostas também concretas advindas do próprio magistério. Não estou reduzindo a importância do sindicato na luta contra a opressão dos trabalhadores, mas é preciso ter bem claro que uma possível conscientização de qualquer categoria de trabalhadores, não virá apenas das crises econômicas vivenciadas e enfrentadas. Essa é uma idéia importante: o desenvolvimento e o aprimoramento de uma possível conscientização acerca da necessidade de transformações mais profundas na sociedade capitalista não emergirá apenas das lutas economicistas e corporativas.

Especificamente em relação ao magistério, esta retomada da consciência social e política está sendo estimulada a partir do momento em que a categoria se envolve concretamente na solução dos problemas que a afetam,

unesp

oriundos da forma como o Estado concebe o trabalhador das escolas públicas e a educação para as classes trabalhadoras.

A idéia é mostrar que os sindicatos do magistério público são capazes – e mostraram para a sociedade no transcorrer de suas histórias – de promover um amplo debate sobre a sociedade, sobre a categoria que representa e, principalmente, das políticas educacionais visando à modificação da forma como são elaboradas, redirecionando-as para o interior da escola pública, local de onde deve partir a sua transformação. Ao partido político cabe a tarefa da defesa dos interesses dos trabalhadores no âmbito parlamentar e da sociedade civil juntamente com suas entidades representativas, além evidentemente, de estando no poder, viabilizar as propostas que emergirem da sociedade.

Diante desse novo desafio o ano de 1999 começa com a expectativa das eleições para a nova diretoria que assumirá o CPERS/Sindicato para o período 1999/2002. Mas antes disso são aprovadas em Assembléia Geral as propostas que comporão a pauta de discussões com o novo governo do Estado: reafirmação da pauta de reivindicações já entregue ao Governador Olívio Dutra com o destaque para as questões salariais; Plano de Carreira; plano e cronograma de mobilizações; discussões sobre a Previdência Social; aprofundamento do debate sobre a Gestão Democrática com a garantia das eleições para diretores escolares e, o condicionamento da Constituinte Escolar à reabertura do debate em torno da questão salarial.

No plano nacional este é um momento tenso devido a uma crise que vem se tornando mais aguda e profunda. A desvalorização do Real e as

conseqüentes perdas da sociedade brasileira, principalmente os setores menos favorecidos já sentem os efeitos catastróficos da elevação dos índices inflacionários com conseqüências diretas nos seus ganhos salariais.

O momento mais tenso ocorre no mês de julho. Em Assembléia Geral a categoria definiu que os Trabalhadores em Educação não eram contrários à Constituinte Escolar, mas queriam discutir primeiramente a questão salarial. Por isso, a categoria condicionou a sua participação à apresentação de uma proposta salarial. Entretanto, a Secretária da Educação (ex-Presidente do CPERS) desejava implementar imediatamente o processo de Constituinte.

O trecho a seguir, entre vários, de declarações da nova presidente do CPERS[17], Juçara Dutra, extraídos de artigo publicado em Zero Hora e no Jornal do Comércio reflete este momento difícil para ambas as partes: "Exatamente por propor o debate entre todos os segmentos da comunidade escolar, o anúncio da Constituinte criou expectativas favoráveis nas escolas públicas estaduais (...) No entanto, por estar desvinculado das condições objetivas (salário compatível), não está sendo assumido pelos Trabalhadores em Educação. Embora muitas DE's utilizem a burocracia e se valham de apelos ideológicos ou emocionais para tentar reverter a firme posição da categoria, a Constituinte está se esvaziando".

[17] A diretoria eleita – e atual – é composta por 14 integrantes pertencentes ao Partido dos Trabalhadores e um do Partido Comunista Brasileiro. Entre esses integrantes sete pertencem ao Movimento de Esquerda Socialista (MÊS) – corrente interna do PT; cinco integrantes pertencem à Articulação Sindical (CUT), PT Amplo (PT) e Ação Democrática (PT); dois integrantes do Movimento de Construção Socialista (MCS)/PT e um do PCB.

unesp

A passagem a seguir refere-se à análise que a Diretora do Processo Educação fez a respeito da Constituinte Escolar em uma das visitas à sede do CPERS/Sindicato:

"Aqui no Rio Grande do Sul nos contrapomos ao projeto da Constituinte Escolar por entendermos que esse método vertical também já foi usado, mesmo com adesão voluntária, e o debate está sendo posto de cima para baixo. O que sempre foi condenado entre nós. A nossa proposta é de contribuir para que o debate educacional efetivamente se estabeleça dentro do Sindicato. Para isso, os nossos 42 Núcleos já possuem suas Comissões de Educação que em conjunto com a Comissão de Educação Central terá a responsabilidade de aprofundar a discussão sobre a educação e a escola publica de qualidade que defendemos. (...) Enfatizamos que a escola tem sua autonomia para dizer que tipo de projeto quer. Que ela não se sinta engessada pela cultura normativa que acaba criando dependência dos órgãos gestores" (Diretoria do Processo Educação, 2001).

Já se percebe uma certa decepção da Diretoria e da categoria em relação ao discurso do Governo Dutra que passa sistematicamente a repetir os mesmos argumentos de governos anteriores quando o assunto é salário e espaço para discussão de propostas educacionais.

A resposta do Governo do Estado à pauta de reivindicações da categoria não convence o CPERS. O documento dava respostas já conhecidas pela entidade no tocante à questão salarial, todavia (apesar do CPERS não entender assim) avançava nas questões funcionais, previdenciárias, educacionais, sindicais e sociais na medida em que se tornava mais visível a abertura de espaços para uma discussão pautada em propostas e contra-propostas efetivamente concretas. Em suas justificativas (no tocante ao salário) o governador reconhece como justas e legítimas as reivindicações do magistério e dos funcionários de escola em relação à questão salarial, reconhece as perdas salariais acumuladas nos últimos anos,

unesp

entretanto, não pode assumir compromissos no sentido de atender às correções salariais mesmo que emergencial, sob pena de irresponsabilidade política e administrativa, devido à grave crise financeira que vive o Estado resultante do governo anterior (Antônio Brito).

Não é a intenção nesse capítulo, mas se procedêssemos à uma comparação da pauta de reivindicações do CPERS enviada ao Governo Olívio Dutra com as respostas e compromissos assumidos pelo governador e secretária da educação, perceberíamos que o impasse permanece apenas na questão salarial, já que todos ou quase todos os itens da pauta são atendidos ou encaminham-se procedimentos para sua solução imediata. Mais uma vez o corporativismo economicista cria uma névoa nas relações do magistério com o governo e com a comunidade escolar.

O III Congresso Estadual do CPERS/Sindicato marca o início das atividades do ano de 2000 cujo tema central era "Unidos e Mobilizados Somos Fortes". Durante o Congresso a categoria optou por dar início à construção de uma forte mobilização cuja palavra de ordem era "Reajuste ou Greve". Ocorre uma intensa campanha de conscientização inclusive no litoral, pois se tratava de período de férias escolares.

Em seguida – mês de fevereiro – o Governo Estadual divulga sua proposta: reajuste de 10% (6% em março e 4% em julho). Reajuste de 20% no vale-refeição. Pagamento das promoções de 1994 a partir de janeiro de 2001, em 36 parcelas. Reunido na cidade de Santa Rosa o Conselho Geral do CPERS rejeita por unanimidade a proposta do governo e exige que o Executivo avance nos

unesp

índices e prazos. A conseqüência direta deste impasse foi o ano letivo não iniciar na data prevista (1º de março). A greve é deflagrada no dia seguinte com uma Assembléia geral constituída por mais de 18 mil pessoas que também corrobora a decisão do Conselho geral no tocante à proposta do Governo Olívio Dutra.

Somente em meados de março o Governo dá início às negociações mas a nova proposta só é apresentada no 19º dia da greve (21/03): 6% em março/2000; 4% em julho/2000; 4% em dezembro/2000; 20% no vale-refeição; pagamento das promoções/94 a partir de julho/2001 e fim da sobreposição de Níveis a partir de julho/2001. A proposta é rejeitada e a categoria encaminha uma contra-proposta composta de 8 itens elaborada pelo Comando de Greve da qual o Governo assume 2 itens: um é a imediata instalação da comissão para elaboração do Plano de Carreira dos Funcionários de Escola e, o outro é não aumentar a contribuição para o IPE e aposentadoria. Em 3 de abril uma nova Assembléia Geral agora com cerca de 5 mil participantes suspende a greve sob protesto. A opinião da Diretoria – após a decisão da Assembléia – presente no Jornal da Greve de abril/2000 é que este "é o resultado de uma avaliação responsável, que leva em conta os limites a que chega o movimento, a queda na adesão, as pressões de pais e alunos, a intransigência do governo e as discussões dos Núcleos: 20 decidem pela suspensão da greve, 16 votam pela manutenção e 6 aceitam a decisão da Assembléia". A greve termina com poucas vitórias no campo material e funcional, mas a categoria permanece atenta às ações do Governo Estadual no que diz respeito à obtenção concreta de maior aporte financeiro para o Estado.

A.T. 363

Por outro lado, enquanto a vitória na questão econômica não se concretiza, a entidade vem atuando firmemente no debate das questões relacionadas à política educacional, apesar das dificuldades encontradas na base da categoria que insiste na reposição integral das perdas salariais. Esse debate pode ser identificado – ao longo dos anos – nos diversos encontros realizados pelo CPERS, cuja intenção central é formular a partir de ampla participação da sociedade uma política educacional que encaminhe soluções para os quase "eternos" problemas da educação brasileira.

Apesar da presença de um governo popular na gestão do Estado e da Capital gaúcha, as dificuldades são praticamente as mesmas vigentes quando da presença dos governos anteriores que tinham por norma de conduta as diretrizes do Governo Federal, muito mais alinhado com propostas denominadas neoliberais do que com projetos mais populares.

Esse dilema vivenciado por um partido popular no Rio Grande do Sul reflete a incapacidade do partido para aglutinar os projetos da sociedade e dos movimentos sociais com seus próprios projetos. É o apego à velha crença de que ao partido cabe o vanguardismo das iniciativas políticas, esquecendo-se da potencialidade da sociedade e das suas entidades representativas de formular e encaminhar projetos e propostas que busquem dar conta dos problemas sociais.

Em relação ao processo histórico vivido pelo CPERS, Bulhões & Abreu (1992, p.17) apontam três momentos na trajetória de luta da entidade por uma escola mais democrática, de qualidade e um profissional valorizado e mais qualificado. O primeiro é 1979 e 1980 quando "a categoria intensificou sua

unesp

mobilização, aprendendo que a valorização profissional depende de sua luta, rompendo com a idéia do magistério como sacerdócio". O segundo momento, que abrange 1980 até 1987, é marcado pela luta na definição de um piso salarial que pudesse evitar constantes retomadas da discussão. Este desejo se concretizou e durou pouco tempo – conforme já relatado anteriormente na quebra de acordo por parte do governo em 1982 – perdendo o referencial em 1987. Por fim, o terceiro, e talvez tenha sido a aprendizagem mais difícil: ter percebido que a luta e a discussão devem ser permanentes, que o que se ganha hoje se perde amanhã.

Acrescentaria uma quarta fase, que se vislumbra com a escolha de um governo popular para a gestão do Estado, por acreditar que esse é um momento próspero para o CPERS conduzir um diálogo – pela primeira vez na sua história – aberto e direto para a solução dos problemas específicos da categoria e para o encaminhamento de uma política educacional diferenciada de governos anteriores, que pouco contribuíram para a educação pública no Estado.

A experiência vivida pelo magistério gaúcho é muito significativa servindo de exemplo a muitas categorias de trabalhadores na medida em que a analisamos numa conjuntura de aguda recessão da economia, elevação dos índices inflacionários, aumento dos níveis de desemprego e a crise salarial gerada pelo fracasso dos diversos Planos Econômicos do Governo Federal.

É relevante a luta da entidade pois mesmo quando as conquistas econômicas não foram suficientes para recompor o quadro salarial do magistério, ensinou que a luta por melhorias não apenas salariais e na própria carreira, mas

unesp

para a educação em sua totalidade, é uma luta lenta, gradual e marcada por antagonismos e conflitos internos e externos.

Conforme afirma Bulhões & Abreu (1992, p.85), o magistério "passou a desenvolver o aprendizado de que a luta salarial é constante e de que é preciso articular mobilização com negociação em uma conjuntura econômica que não lhe facilitou a aprendizagem".

O quadro a seguir permite uma visualização das paralisações e greves realizadas pelo CPERS.

**DIAS PARALISADOS PELO MAGISTÉRIO GAÚCHO ENTRE 1979 E 2000**

| Ano | Dias | Conquistas | Governo |
|---|---|---|---|
| 1979 | 13 | Nomeação de 20 mil professores e 70% parcelados | José A. de Souza ARENA |
| 1980 | 20 | Plano de reajustes para 81 e Projeto de eleição de diretores | José A. de Souza ARENA |
| 1982 | 03 | Não houve conquista econômica, retornando para evitar intervenção do CPERS | José A. de Souza ARENA |
| 1985 | 60 | Piso de 2,5 salários mínimos; 13° salário e 25% do Orçamento para a Educação | Jair Soares PDS |
| 1987 | 96 | Estabilidade no emprego para contratados | Pedro Simon PMDB |
| 1988 | 09 | 96% parcelados e gratificação de unidocência | Pedro Simon PMDB |
| 1989 | 42 | 54% parcelados e nomeação de 3 mil professores | Pedro Simon PMDB |
| 1990 | 58 | 105% parcelados e inflação do trimestre maio-julho | Pedro Simon PMDB |
| 1991 | 74 | 191% parcelados | Alceu Collares PDT |
| 1997 | 20 | Reajuste de 15% | Antônio Britto PMDB |
| 2000 | 32 | Reajuste de 14% parcelados; 20% de reajuste para o vale-refeição; pagamento das promoções/94 a partir de julho 2001 e fim da sobreposição de Níveis a partir de julho/2001 | Olívio Dutra PT |

Fonte: Sineta nº 327 – Março/2000 e Jornal da Greve – Abril/2000

Essa longa jornada de lutas alternando conquistas e perdas no campo salarial e pedagógico, alternando mobilizações com negociação e mobilizações sem negociação levam o CPERS ao final da década de oitenta e

início dos anos noventa – momento em que avança o ideário neoliberal no Brasil – à necessidade de um complexo aprendizado: a luta por melhorias salariais é incessante não podendo estabelecer que uma determinada greve é a última. Este é o momento de consolidação no seio da entidade da concepção que articula mobilizações e formas negociadas de atingir as pautas de reivindicações.

Assim, convivendo com avanços e recuos no movimento organizativo do magistério gaúcho, o CPERS teve uma difícil jornada durante esses anos – e tem sido o desafio de todo movimento social – que foi o de acompanhar o seu tempo, isto é, estar atento às principais mudanças que afetavam não apenas o magistério e a educação, mas a sociedade em seu conjunto. A história das suas lutas consolidou a entidade perante a sociedade e agora se apresenta para um novo desafio: transformar a política educacional a partir da interferência direta do magistério e da comunidade escolar. É isso que veremos no próximo capítulo. A construção de um espaço específico para a discussão da educação no Brasil e no Estado. Esse espaço consolida-se nos Encontros Estaduais de Educação e posteriormente nos Congressos Estaduais.

unesp

# 4

# A ATUAÇÃO DO CPERS/SINDICATO NA DISCUSSÃO, ELABORAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL

## Introdução

No capítulo anterior meu propósito foi destacar as lutas e algumas vitórias do CPERS, assim como as lições extraídas das derrotas em defesa dos seus interesses mais corporativos e economicistas. A idéia agora será mostrar como uma entidade encaminha a questão educacional propriamente dita, como analisa e reflete para a categoria em seu conjunto o debate sobre as políticas educacionais.

A ênfase na análise recairá sobre as ações investidas pelo CPERS/Sindicato nesse momento diferenciado que é relacionar-se com um partido popular que tem como sua base fundamental a ação coletiva dos trabalhadores em seus mais diversos movimentos sociais.

A idéia – no capítulo – é verificar como o CPERS encaminha a construção de um projeto político e pedagógico que atenda à totalidade da sociedade gaúcha. Um projeto que possui como idéia central a democracia, a ampla participação e a responsabilidade social coletiva como instrumentos capazes de promover a transformação da escola, do ensino e do professor. O espaço definido pela entidade para promover o debate da política educacional foi os Encontros Estaduais e, posteriormente, os Congressos Estaduais.

unesp

O CPERS/Sindicato realizou 18 Encontros Estaduais e três Congressos Estaduais por onde passaram vários pesquisadores, educadores, lideranças políticas e sindicais contribuindo com a sua parcela de reflexão no debate educacional promovido pelo magistério gaúcho.

Assim, a idéia central é identificar na ação específica do CPERS no âmbito estadual a sua capacidade de propor e articular com a sociedade civil organizada um outro conjunto de idéias que possa sustentar uma nova política educacional.

O procedimento adotado para analisar o envolvimento do CPERS no debate das políticas educacionais baseia-se na consulta das publicações da entidade posteriormente aos congressos e/ou encontros estaduais, por acreditar que este é o momento próprio para este debate, especificamente planejado e delineado para promover o contato da categoria com análises mais profundas acerca do tema, contribuindo desta forma para que a entidade desenvolva elementos teóricos e práticos suficientes para subsidiar a sua proposta de uma nova política educacional, ou pelo menos diferente da vigente, através da discussão aberta entre os reais interessados pela educação e as instâncias governamentais.

Evidentemente que os eventos, assembléias e reuniões promovidas pela entidade também são muito importantes no encaminhamento das ações coletivas da categoria, mas acredito que o momento crucial do debate educacional se dá mesmo nos encontros e congressos de âmbito mais ampliado que são os estaduais.

unesp

**O CPERS e o debate da política educacional dos anos oitenta**

Apesar do foco da análise ser o debate promovido pelo sindicato em estudo em torno das políticas educacionais, a partir do momento em que emerge no governo estadual uma nova configuração política com a eleição de um partido de esquerda e identificado com os movimentos sociais e populares, é extremamente relevante o resgate dos debates promovidos nos Encontros Estaduais anteriores ao período em questão.

Procedendo dessa forma não se corre o risco de supor que o debate sobre as políticas educacionais somente se torna possível após a ascensão de um governo de "esquerda", como é o caso do Partido dos Trabalhadores e o Governo Olívio Dutra. Essa visita ao passado é importante se levarmos em consideração uma breve referência ao escritor Octavio Paz (Prêmio Nobel de Literatura) quando afirma que "uma sociedade se define não só por sua atitude ante o futuro, mas também frente ao passado: suas recordações não são menos reveladoras do que seus projetos". Assim, justifica-se essa – ainda que breve – recordação de um passado recente de lutas do CPERS/Sindicato na tentativa de identificar as suas semelhanças e diferenças na trajetória das suas reflexões – enquanto categoria politicamente organizada – em torno das políticas educacionais.

A recorrência aos anos oitenta e noventa deve-se ao fato de ter sido um momento de grande ebulição política e de rearticulação do movimento sindical, haja vista os debates em torno da Assembléia Nacional Constituinte e a gênese da tramitação do projeto de LDBEN que percorreria o Congresso Nacional

unesp

até dezembro de 1996. Importante destacar que também é o momento da emergência de uma nova forma das entidades do magistério encararem suas ações, buscando ir além das lutas meramente econômicas.

Neste contexto de mudança ocorre uma ampliação do debate educacional promovido por estas entidades buscando, a partir de agora, influir na formulação de uma nova política educacional para a escola pública brasileira, estabelecendo-se um novo palco de debates que será gradativamente ocupado pelo magistério organizado.

Uma análise deste período nos mostra que a luta foi intensa, mas apesar de todo o envolvimento que houve da sociedade civil organizada em torno da Assembléia Nacional Constituinte, muitas das propostas encaminhadas não foram incorporadas no texto da Lei. Como a antiga CPB e as entidades do magistério não conseguiram – também – fazer valer as suas propostas no texto final da nova Constituição, estas mesmas questões estarão presentes, posteriormente, no debate das constituintes estaduais e muito provavelmente retornarão quando do encaminhamento da nova proposta de LDBEN e do Plano Nacional de Educação; no caso do CPERS, culminará com a instalação da Constituinte Escolar (já no governo do PT).

Por outro lado, mesmo fazendo de forma bem esquemática essa retrospectiva do envolvimento do CPERS no debate educacional nos anos oitenta, será muito útil para reafirmar a recorrência dos temas tratados mudando apenas o enfoque das análises, ou seja, a discussão dos problemas educacionais que ocorrem nos encontros estaduais da década de noventa já se arrastam há décadas,

unesp

confirmando algo que já sabemos e que diz respeito à quase insolubilidade das mazelas do ensino público e das condições de trabalho e remuneração do magistério da educação básica, o que por si só justifica a permanência das mesmas temáticas nos debates da década de noventa e nos anos posteriores promovidos pela entidade.

Entretanto, é preciso lançar um olhar mais crítico sobre este fenômeno. Enquanto os problemas da educação permanecem os mesmos, as temáticas dos encontros promovidos pelos sindicatos do magistério também continuam reproduzindo estas dificuldades, poucos avanços ocorreram a partir de proposições defendidas e sustentadas pelas entidades do magistério no debate das políticas educacionais. Se o debate avançou a partir de novos elementos de análise trazidos pelos diversos sujeitos que participaram destes eventos, o mesmo não ocorreu com os encaminhamentos de propostas que pudessem solucionar os principais problemas educacionais.

Infelizmente um dos fatores que atua negativamente nesse fenômeno está relacionado à ênfase que as entidades do magistério reservam aos elementos mais econômicos e corporativos da categoria. É difícil sustentar a tese de que o sindicato do magistério atuou e atua como propositor de mudanças para a instrução pública, pois uma vez concluída uma greve – conquistando ou não a pauta de reivindicações – as questões mais gerais do ensino e da educação são relegadas a um outro plano que não o da proposição e defesa de uma nova política educacional. É como se política salarial e valorização do trabalho do magistério não fossem elementos integrantes de uma política educacional.

unesp

No âmbito estadual darei destaque para os eventos promovidos pelo CPERS/Sindicato buscando identificar elementos que apontem para a análise e proposição de uma política educacional que se diferencie daquela vigente, elaborada de forma centralizada pelas instâncias burocráticas do sistema escolar. No âmbito federal é preciso esclarecer que as propostas do sindicato se consolidam em uma única proposição liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)[1] – na década de oitenta e início dos anos noventa este encaminhamento se dava pela CPB, já não fazendo sentido afirmar que esta ou aquela proposta incorporada na política educacional federal (caso tenha ocorrido) seja deste ou daquele sindicato (raciocínio válido para os Estados de sua abrangência). Por isso, a análise do envolvimento do sindicato na discussão das políticas educacionais no âmbito estadual percorre um caminho mais específico devido às idiossincrasias de cada realidade local.

É muito provável que algumas proposições encaminhadas para a Confederação reapareçam no debate estadual, na verdade, o seu nascedouro se dá no contexto regional mesmo. Ainda que possuam algumas diferenças muito específicas, em linhas gerais, é possível antecipar que estas propostas articulam-se em torno de alguns eixos comuns que são a valorização do profissional do magistério (planos de carreira e remuneração), financiamento da escola pública (verbas públicas para a rede pública de ensino), gestão democrática (eleições para diretores e conselhos escolares) entre outros de caráter mais pedagógico propriamente dito.

---

[1] A CNTE conta com 29 entidades filiadas totalizando 769.734 profissionais do ensino (Dados de 2001 fornecidos pela CNTE).

unesp

O debate conduzido pelo CPERS/Sindicato sempre teve como objetivo a reflexão e construção de um projeto político-pedagógico voltado aos interesses da maioria da população, tendo como idéia central a garantia de um padrão de qualidade para a escola pública, pautada em três eixos fundamentais: a valorização dos profissionais do ensino, a qualificação e a democratização da escola.

Segundo avaliação elaborada pela Diretoria do CPERS/Sindicato (1999/2002), uma análise das políticas públicas das últimas décadas no Estado revela dados surpreendentes em relação à desvalorização do ensino. Embora o Plano de Carreira do Magistério gaúcho de 1974, tenha incentivado a qualificação profissional, por outro lado a política salarial está marcada – historicamente – pela desvalorização constante dos salários. A conseqüência direta do achatamento salarial conduz a um processo inevitável de contínua desqualificação profissional influindo diretamente na qualidade do ensino e levando ao abandono da carreira.

Durante a década de oitenta a Comissão de Educação do CPERS organizou e publicou o "Caderno de Educação" cujo objetivo era promover o debate crítico da realidade social, política e econômica em que se insere a educação brasileira. O primeiro exemplar foi publicado em agosto de 1983 na gestão de Zilah Mattos Totta e serviu, principalmente, como divulgador e instrumento de preparação e avaliação dos Encontros Estaduais.

O primeiro Encontro foi realizado em 1980 e teve a mesma temática do segundo – realizado no ano seguinte – enfatizando "A realidade

brasileira", "A educação neste contexto" e "A entidade e o debate sobre a educação".

Os dois primeiros Encontros Estaduais não foram objeto de reflexão do Caderno de Educação recebendo apenas uma breve apresentação das suas temáticas. Entretanto, segundo depoimento de antigos diretores da entidade, o impacto positivo daqueles eventos contribuiu para promover junto ao magistério a necessidade de um maior aprofundamento dos problemas que afetavam a educação pública brasileira – e um espaço maior de divulgação – mas, agora com um novo elemento: a categoria reclamava o encaminhamento de soluções.

Neste contexto de anseio por mudanças realizou-se o III Encontro Estadual (1982) que se estruturou a partir dos seguintes eixos temáticos: "A comunidade, o estado e o ensino público e gratuito", "A política educacional brasileira e as propostas dos partidos políticos para a educação", "A participação popular na educação" e "A educação crítica: formação do professor e da mulher". Além dos painéis simultâneos denominados "Experiências de ensino crítico" e do painel "CPERS e a política educacional".

Já é possível perceber uma ampliação do espaço de debates ao verificar que enquanto nos dois primeiros Encontros o momento específico da reflexão pedagógica restringia-se a algumas áreas do currículo, no III Encontro esta discussão passa a abranger onze áreas e/ou disciplinas simultaneamente. É importante ressaltar que na Abertura do Encontro a Presidente do CPERS chama a atenção que o evento que está sendo realizado (em sua terceira edição) insere-se em um programa mais amplo de capacitação de recursos humanos para a

unesp

educação promovido pela Confederação de Professores do Brasil em todo o país, através de seminários locais, estaduais e regionais com a intenção de culminar no Congresso Nacional da CPB em 1983. Assim, o III Encontro reuniu mais de 1200 participantes e se propôs analisar e debate a educação brasileira e propor rumos para uma nova política educacional.

Após a realização do III Encontro a Comissão Central de Educação do CPERS publicou no Caderno de Educação nº 1 uma avaliação do evento indicando que os seus resultados apontavam para um redirecionamento das reflexões e ações da categoria, na qual era preciso buscar propostas para solucionar os principais problemas educacionais, e que tivessem como elemento direcionador três aspectos: a) um maior conhecimento da realidade concreta da educação e seus problemas; b) o conhecimento de experiências já realizadas no Brasil no âmbito administrativo e pedagógico e, c) o encaminhamento de uma discussão das condições de trabalho e remuneração do magistério paralelamente ao debate educacional mais amplo (Caderno de Educação, 1983, p.7).

Todavia, a partir de uma análise mais detida do conteúdo dos Cadernos de Educação, que reuniam as transcrições de algumas das palestras ministradas nos Encontro Estaduais, é possível afirmar que os problemas fundamentais que compõem o debate das políticas educacionais ou não são adequadamente abordados ou permanecem tangentes à reflexão educacional. Exemplo concreto são as palestras e conferências que deveriam subsidiar a discussão, mas não ultrapassavam o nível dos relatos pessoais, da indicação do autoritarismo do governo e do Ministério da Educação e de "como era boa a

unesp

escola pública do meu tempo...", limitando-se ao mero denuncismo e à sua isenção pelos problemas enfrentados pela escola pública.

Porém, gradativamente, à medida que a entidade vai adquirindo maior experiência com a elaboração e condução dos Encontros Estaduais, passa a trazer para reflexão conjuntamente com a categoria, profissionais mais empenhados em uma análise com um poder de crítica mais acentuado articulando novas possibilidades e caminhos na construção de políticas diferenciadas.

Apesar desse elemento negativo, a entidade conseguia encaminhar as suas conclusões e propunha o avanço do debate nas Assembléias Gerais conjuntamente com a categoria. É recorrente na análise das diversas diretorias de que a escola pública e o professorado foram sendo desmantelados gradativa e intencionalmente pelo autoritarismo, além da reafirmação das suas bandeiras de luta por mais verbas para a educação e pela sua justa distribuição, pela participação da comunidade nas decisões do sistema educacional, pela valorização dos profissionais da educação e pela construção coletiva de uma prática educativa crítica e libertadora. Posteriormente, parte desta plataforma será redimensionada passando a receber novas nomenclaturas: financiamento, eleições para diretores, salários dignos e gestão democrática; entretanto, o que não muda são as formas de analisar o fenômeno.

A quarta edição do Encontro Estadual ocorreu em outubro de 1983 e direcionou seus debates a partir do tema que seria discutido no ano seguinte no Congresso da CPB – "Política Educacional e Organização dos Professores". Assim, a temática abordada no encontro concentrou-se em quatro

unesp

eixos: 1) A realidade brasileira, 2) Principais problemas da educação no Brasil, 3) Propostas para uma educação democrática e para um ensino crítico nas diferentes áreas e disciplinas e, 4) A situação da categoria e o papel de sua entidade.

Neste Encontro a diretoria do CPERS reafirma as diretrizes que orientam as suas ações à frente do magistério gaúcho: a participação nos movimentos sindicais através da discussão das questões pertinentes ao salário do trabalhador, os protestos contra a dependência institucional e política do Brasil, os posicionamentos favoráveis pela ampla democratização e resgate das prerrogativas legais e dos postulados por uma educação crítica, por um ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis. Assim, o CPERS reforça a sua tese de que com a promoção dos Encontros Estaduais está proporcionando aos professores a oportunidade de ampliar suas perspectivas críticas, não permanecendo à margem do processo educativo.

No quinto Encontro Estadual de Educação (1984) é interessante notar que o tema escolhido para os debates deste ano teve como elemento gerador um documento emitido em março pela Secretaria de Estado da Educação, e que serviria de documento direcionador das atividades escolares para o ano letivo. O referido documento denominava-se "Linhas de uma Pedagogia" e tinha como matriz teórica a "Pedagogia do Consenso". Esta situação colocou para o CPERS a necessidade de um debate urgente sobre a temática, entretanto esta discussão mais crítica somente acabaria ocorrendo em novembro quando da realização do quinto Encontro.

unesp

Nesse Encontro o tema central foi "Educação e Transformação Social". No Caderno de Educação de 1985 a Presidência do CPERS assim manifesta sua concepção de que como deveria ser uma política educacional: "...estamos preocupados com uma política educacional voltada para as necessidades dos alunos, voltada para a realidade. (...) com uma política educacional que considere a realidade urbana e a realidade rural, atenta para uma prática pedagógica transformadora (...) preocupados com a nossa valorização profissional (...) com uma política educacional centrada na valorização do profissional da educação" (Cadernos de Educação nº 4 – Junho de 1985).

A concepção de política educacional defendida pela entidade refletia o próprio debate educacional desse período, presente nos meios acadêmicos cuja ênfase recaía na potencialidade transformadora das práticas pedagógicas, na necessidade de se articular o ensino com a realidade vivida pelas classes trabalhadoras, bem como a importância da formação profissional do professor.

Nesse Encontro o debate mais intenso ocorreu sobre a CUT e a CONCLAT e os rumos que o magistério gaúcho deveria tomar no sentido de filiar-se àquela ou esta entidade. Desta discussão foi possível retirar alguns elementos muito importantes, entre eles uma certa reserva que a categoria tinha de se filiar a uma das duas entidades a partir de um questionamento básico que era a defesa da unidade dos trabalhadores.

Naquela oportunidade um emergente líder sindical (Paulo Renato Paim) defendia uma Central forte, classista, combativa, independente do governo,

unesp

de partidos políticos, de credos religiosos, fazendo algumas críticas quanto a transformação do sindicato em organização partidária ou como um apêndice de partido afirmando que querem usar o sindicato para o partido político.

No ano em completava 40 anos (1985) o CPERS realizava o VI Encontro Estadual de Educação cujo tema central foi a Educação e o Processo Democrático; o Professor e a Constituinte. E neste sentido a Diretoria da entidade e o Conselho Geral posicionaram-se por uma Constituinte livre, soberana, exclusiva e democrática que priorizasse, no texto final da Constituição, a Educação de modo que independente do governo que assumisse esta seria prioritária em consonância com a Lei.

É o momento no âmbito nacional da convocação da Assembléia Nacional Constituinte e, ao mesmo tempo, das primeiras eleições diretas para diretores das escolas públicas do Estado.

Durante a realização deste VI Encontro foi possível perceber, através da análise dos Anais do evento, a grande dificuldade que permeava o avanço dos debates, ou seja, transcender as reivindicações corporativas e a filiação partidária a fim de promover a garantia do espaço da escola pública, gratuita e unitária para todos em todos os graus (níveis).

Como era de se esperar, em 1985 o CPERS passa a se preocupar de uma forma mais efetiva com o tema "Educação e Constituinte" e encaminha as suas primeiras propostas ao Congresso dos Professores realizada na capital da Paraíba em janeiro de 1986. Segundo o Departamento de Educação "hoje contamos com um conjunto de propostas que refletem a discussão realizada e as

posições assumidas, para ser enviado aos Constituintes e garantir uma Constituição" (Caderno de Educação nº 6, 1987, p.7). Ainda segundo o Departamento de Educação do CPERS, os Encontros Estaduais de Educação têm servido como um momento de convergência e debate de uma série de assuntos de interesse da categoria, atuando como um forte elemento para ações e reflexões futuras.

Em 1986, realizado às vésperas da eleição dos parlamentares constituintes e do Governo do Estado, o VII Encontro Estadual de Educação teve como tema 'Educação e Constituinte' e como principal objetivo a formulação de propostas concretas dos professores gaúchos para a Educação na nova Constituição Federal, ao mesmo tempo que inclui em sua programação o debate com os candidatos ao governo do Estado nas eleições de novembro.

O VII Encontro Estadual de Educação em sua abertura pelo 1º Vice-Presidente do CPERS é marcado por uma avaliação dos demais encontros já realizados em anos anteriores. O primeiro aspecto levantado é que estes Encontros existem porque se concretizou no CPERS um momento próprio para a reflexão conjunta dos problemas que afetam o magistério e a educação propriamente dita, com a clara intenção de encontrar novas alternativas e rumos diferentes daqueles até então trilhados.

A passagem a seguir elucida com muita clareza a forma como o CPERS, conjuntamente com a categoria, avalia esses encontros. São as palavras de Delmar Steffen (1º Vice-Presidente) extraídas do seu discurso de abertura ao VII Encontro Estadual de Educação.

unesp

"Se nos reportarmos a 1983, por exemplo, qual era a nossa grande preocupação? Era um momento em que nós passávamos a assumir uma nova postura de educadores, em que nós nos preocupávamos em sair mais efetivamente da escola, em assumir a nossa tarefa política, que é de intervir na realidade, na sua generalidade, na sua complexidade, buscando transformá-la. (...). Em 84, a grande questão a enfrentar era de ordem pedagógica, acrescida de um estágio de mobilização crescente do magistério [naquela oportunidade o debate se deu em torno da concepção de pedagogia do consenso da SEED e pedagogia do conflito defendida pelo CPERS]. Em 85 ... [foi] a questão da democratização da escola e a questão constituinte. E neste ano [1986] ... trazemos de volta a questão constituinte, mas em um outro universo. Não mais tentando buscar a consciência do professor, pois nós entendemos que já está suficientemente aguçada e o professor já está suficientemente acordado para essa questão. Hoje, tratamos das propostas, das nossas propostas, do que resultou da nossa reflexão, do que resultou da nossa preocupação em nos reunir nas nossas escolas, nos nossos núcleos, nas assembléias, etc." (Caderno de Educação nº 6, 1987, p.11-12).

O VIII Encontro Estadual de Educação foi mais uma etapa da tarefa empreendida pelo CPERS para refletir os problemas da sociedade brasileira de uma forma ampla, assim como impulsionar um debate específico da temática educacional porém de uma maneira melhor contextualizada.

Em 1987, além do tratamento privilegiado dado à temática da municipalização do ensino devido à propostas de ação da Secretaria de Educação do Estado, o VIII Encontro Estadual de Educação do CPERS – "Constituinte, Municipalização do Ensino e LDB" – se propõe a avaliar o capítulo da Educação no primeiro projeto de Constituição, elaborado pelos constituintes, e a introduzir o debate sobre a legislação a ser posteriormente elaborada, com uma palestra sobre a nova LDB.

O ano em que foi realizado o VIII Encontro – 1987 – foi muito difícil para o magistério gaúcho segundo análise elaborada pelo Departamento de Educação do CPERS.

"Foram-nos tirados o piso de 2,5 salários mínimos que tão duramente conquistáramos e o direito às alterações de nível que era reconhecido desde 1974. Atentou-se contra o Plano de Carreira, tentando prejudicar os professores aposentados. Ameaçaram-nos com a demissão dos professores contratados e com a abertura de sindicâncias contra direções de escola. Agravando esta situação de retrocesso, através da tentativa de municipalização, o governo Simon [Pedro Simon] simplesmente procura desobrigar-se da escola pública. (...)." (Caderno de Educação nº 7, 1988, p.5)

Com a promulgação da nova Constituição em 1988 – apesar de ter sido basicamente a expressão dos setores conservadores representados na Assembléia Nacional Constituinte através do grupo "Centrão" – os setores populares conseguiram, de forma articulada entre os diversos movimentos sociais, garantir alguns espaços que passariam a ser reforçados e ampliados no debate que se sucederia acerca das leis complementares que regulamentarão a aplicação dos preceitos estabelecidos na Constituição Federal.

Entre algumas conquistas especificamente relacionadas à educação pode-se citar as seguintes: gestão democrática do ensino público, ampliação dos recursos para a educação, descentralização das universidades públicas, plano nacional de educação, ingresso no magistério público exclusivamente por concurso público, piso salarial profissional, aposentadoria aos 25 anos de trabalho docente e plano de carreira para o magistério público.

Entretanto, não bastava que estas conquistas constassem no texto legal da Constituição. Era preciso aprofundar o debate e ampliar os espaços de discussão sobre os temas relacionados à política educacional, como é o caso do Plano Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases, do Processo Constituinte Estadual e das novas Leis Orgânicas Municipais. Foi preciso o

unesp

CPERS repensar as "velhas" ações e discursos de cunho meramente econômico-profissional-corporativo. Neste sentido, os Encontros Estaduais pareciam ser o local e o momento próprios para esta reflexão. Assim, o IX Encontro Estadual realizado em 1988 apresentou a seguinte programação: "A crise econômica e a nova ordem institucional"; "Sistemas de ensino: financiamento e competência administrativa"; "Gestão democrática do ensino público"; "Organização do ensino: objetivos e currículos"; "Plano de carreira do magistério público de 1º e 2º graus" e "A sindicalização dos serviços públicos".

Após a promulgação da Constituição em 1988, os integrantes do magistério conseguiram acumular uma diversidade de debates e proposições para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional provenientes de uma multiplicidade de profissionais e entidades ligadas ao setor educacional. Especificamente no Rio Grande do Sul, a luta por uma escola pública que atenda aos interesses da população vem ocorrendo, principalmente, por intermédio do CPERS. A participação da entidade no Fórum Nacional de Entidades em Defesa da Escola Pública proporcionou condições para o aprofundamento das questões relacionadas à educação e à sociedade brasileira no tocante às propostas para o debate da LDBEN.

Superada a fase de formulação de propostas para a Constituição Estadual e acompanhando o debate educacional que se realiza na sociedade civil organizada e no Congresso Nacional, o X Encontro Estadual de Educação, realizado em 1989, tem como tema "A Escola Pública e a LDB" e se propõe, além de introduzir o debate sobre o Plano Nacional de Educação, a subsidiar o

magistério gaúcho na formulação de propostas concretas para a nova lei da educação nacional, em defesa da escola pública, gratuita, democrática, unitária, laica e de qualidade para todos.

O Encontro representou mais um avanço nesse debate porque aprofundou a reflexão acerca do conteúdo mais adequado para uma nova Lei de Diretrizes e Bases no que diz respeito às relações entre trabalho e educação (na perspectiva da politecnia), à escola unitária, às competências na administração do ensino, à democratização da gestão da escola pública e ao financiamento da educação. Nesse Encontro, entre outros pesquisadores reconhecidos no meio acadêmico, estiveram presentes para debater "A crise brasileira e suas alternativas" os professores Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Os Encontros Estaduais de Educação, promovidos pelo CPERS/Sindicato anualmente desde 1980, têm se constituído em momentos fundamentais no debate e na formulação de propostas relativas à política educacional, inseridos em cronogramas de sucessivos seminários, encontros e reuniões, desde as escolas até os Núcleos da entidade. Por entender sua importância, a Diretoria do CPERS/Sindicato Gestão 90/93 empenhou-se em garantir a realização do XI Encontro Estadual de Educação em 1990, o primeiro após a transformação do CPERS de associação civil em sindicato e após a incorporação dos funcionários de escola em sua base social.

Desta forma, a nova Diretoria do CPERS/Sindicato, comprometida com a luta da categoria por uma educação democrática, propõe-se a dar continuidade não só a luta reivindicatória do magistério e dos funcionários

unesp

de escola, mas também a priorizar a luta em defesa da escola pública de qualidade para todos.

Concluindo, devemos recordar que os Encontros de Educação organizados pelo CPERS/Sindicato têm uma trajetória definida que merece ser lembrada. Eles iniciaram em 1980 tentando avaliar e entender a realidade brasileira, seus problemas e em especial avaliando a realidade educacional brasileira. Em seguida passaram a apreciar e divulgar propostas; experiências positivas realizadas na área da educação de nosso país. Passaram pela discussão e elaboração de propostas para as Constituições Federal e Estadual e para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Atualmente, além da contribuição em assuntos referentes à nova legislação, passa a discutir formas para garantir que os avanços conseguidos em termos legais sejam concretizados. São exemplos disso o repasse trimestral de verbas para as escolas e a eleição para diretores de escola[2].

Fazendo uma síntese das iniciativas do CPERS em relação ao debate das políticas educacionais nas últimas décadas é possível afirmar que é a partir da década de 70, em que a luta econômica do magistério gaúcho aumenta em intensidade, que a entidade passa a se preocupar mais diretamente com os temas educacionais. Entre 1980 e 1984 foram realizados cinco Encontros Estaduais que apesar das diferenças entre seus conteúdos apresentaram três preocupações fundamentais: a) uma análise ampla da educação brasileira e

[2] Em 1989 o magistério gaúcho obtém uma vitória importante ao conseguir incluir na Constituição Estadual o direito de eleger de forma direta os diretores das escolas estaduais. Todavia, em 1991, o governo do Estado (Alceu Collares) questiona a constitucionalidade da lei e obtém no STF liminar suspendendo as eleições para diretores.

unesp

especificamente no âmbito estadual buscando suas relações mais profundas com as questões sociais; b) a formulação e proposição coletivas de políticas educacionais de caráter amplamente democráticas e enraizadas na realidade concreta da sociedade e da história da educação a partir de experiências também democráticas vividas nos anos anteriores à ditadura militar e no momento em que ocorre uma ampliação do debate das temáticas sociais em meados da década de oitenta e, c) o debate pedagógico, propriamente dito, a partir de uma perspectiva crítica aproximando-o das lutas econômicas.

Os Encontros Estaduais realizados durante a década de oitenta tiveram como foco de suas atenções o debate e a formulação de políticas educacionais que acompanhasse o próprio o debate que ocorria simultaneamente na sociedade brasileira a partir de uma perspectiva democratizante. Como afirma ABREU (1990) "a luta pela democratização da sociedade brasileira superava a fase da resistência e passava a exigir a afirmação de propostas e a construção de um projeto político democrático e progressista" (Cadernos de Educação, p.8).

**O CPERS e o debate da política educacional dos anos noventa**

A década de noventa inicia-se com a realização do XI Encontro Estadual de Educação que tem como tema central "Escola Pública: A Luta pela Qualidade", por se entender que, uma vez formuladas as principais propostas para a nova LDB, é necessário retomar e aprofundar a questão pedagógica, enfatizando a luta pela qualidade do ensino na escola pública. Assim, a partir do debate sobre "A Consolidação da Democracia e a Crítica ao Neoliberalismo" e da retomada da

discussão sobre "A Luta pela Escola Pública no Brasil", o Encontro se propõe, em dois de seus turnos, a tratar da proposta pedagógica para a educação brasileira inserida no Projeto LDB em tramitação na Câmara Federal e, em sua última atividade, debater a Questão do Analfabetismo e as Políticas Públicas de Alfabetização.

Nesse período o CPERS/Sindicato consegue estabelecer um breve diálogo com o governo do Estado ao elaborar conjuntamente com a secretaria da educação e com setores da comunidade escolar, projetos de lei que regulariam as eleições para diretores e estabeleceriam a criação de Conselhos Escolares. Segundo Bulhões & Abreu (1992), em 1990 inicia-se o repasse trimestral de verbas para a manutenção das escolas públicas do Estado, havendo inclusive a participação da categoria na gestão do sistema de ensino, ainda que de forma apenas consultiva.

Entretanto, o esboço de um processo em que o CPERS passava a se relacionar de uma forma mais direta com o Governo do Estado foi sendo minado em sua base devido, principalmente, a incapacidade do Governo cumprir os acordos salariais. O não cumprimento das reivindicações econômicas passa a entravar as relações do CPERS com a secretaria da educação, aflorando o corporativismo economicista da categoria. Posteriormente algo semelhante ocorrerá no momento em que o Governo Olívio Dutra estabelece a criação da Constituinte Escolar, que não avança em sua concretização devido ao não cumprimento das pautas salariais.

unesp

Todavia, o mesmo governo – nesse caso o PMDB – que busca uma aproximação com a categoria promove o seu achatamento salarial gerando um impasse neste relacionamento. É nesse contexto que é realizado o XII Encontro Estadual de Educação, centrado na temática "Educação e Cidadania", em um momento de tensão entre o magistério gaúcho e o Governo do Estado, que vem gradativamente sufocando a categoria com o arrocho salarial, sindicâncias e intervenções no CPERS, investindo contra a ainda incipiente democracia brasileira e a gestão democrática da escola pública. Este é o primeiro Encontro Estadual realizado sem o abono do ponto dos professores participantes.

A temática abordada no XIII Encontro Estadual foi "Estado, Sociedade e Educação", destacando-se a importância de se discutir as relações entre os três conceitos em função das recentes transformações que se operam mundialmente (crise do modelo do Leste Europeu, ascensão de movimentos democráticos, tentativa de homogeneização intercontinental pelo neoliberalismo, aumento crescente da miséria, ideologias separatistas e guerras localizadas) que colocaram em xeque tanto as concepções do estado paternal quanto as do estado mínimo.

No Brasil, a adoção de certos preceitos do neoliberalismo revelam novamente a face perversa de setores da elite, que viram na total liberdade de mercado a possibilidade de aumentar seus lucros. Porém, a contrapartida foi o rebaixamento do padrão de vida das populações, onde se vê não apenas a degradação salarial, mas também uma enorme carência no que se refere aos serviços que deveriam ser oferecidos pelo estado. Neste aspecto, a crise

na educação não é isolada, posto que se insere num sistema sócio-econômico mais amplo tornando-se necessário portanto, o debate sobre as políticas públicas de educação existentes, tanto no Brasil quanto na América Latina, para que se construam alternativas de superação da crise.

O XIII Encontro Estadual de Educação se empenhou em auxiliar na discussão das diferentes concepções, numa tentativa de compreender as transformações e contribuir na busca de formas eficazes de atuação na realidade, apontando para a perspectiva de uma sociedade democrática.

O XIV Encontro Estadual de Educação é a culminância dos diversos encontros que ocorreram em todas as regiões do Rio Grande do Sul. Portanto, trata-se do resultado de todo um trabalho realizado no estado. Este encontro se reveste de uma importância ainda maior que os anteriores, em virtude de estar sendo realizado num período em que o país atravessa uma profunda crise política, econômica e social.

O CPERS, na sua proposta de Sindicato-cidadão, propõe-se a lutar pelas reivindicações específicas da categoria. Entretanto devemos ter o entendimento de que é preciso ir além das reivindicações da categoria e construir uma aliança com a sociedade. É de fundamental importância compreender que o Sindicato não pode ter uma visão estreita e corporativa, sendo fundamental a construção de uma aliança com as universidades, pais e estudantes a fim de discutir os grandes temas da atualidade como o papel do Estado, o orçamento, e a qualidade de ensino.

unesp

Essa idéia de um sindicato-cidadão adotada pelo CPERS na gestão 1993/1996 de Paulo Egon Wiederkehr é pautada por uma ação sindical capaz de ultrapassar o estágio reivindicativo e passar à formulação propostas na perspectiva de intervir e influir sobra as condições de vida da sociedade, ou seja, sem abandonar o seu papel tradicional, os sindicatos, de forma articulada, têm hoje que alargar suas funções e passar a ter um caráter propositivo, ampliando sua inserção na sociedade, extrapolando a tarefa de defesa dos interesses específicos da categoria.

A atual conjuntura marcada por governos alinhados com o ideário neoliberal impõe ao movimento sindical a necessidade de somar ao imediatismo da luta econômica e corporativa, uma outra forma de conduzir suas reivindicações e se inserir no debate educacional, através de um projeto coletivo ampliado que extrapole a própria questão educacional e vise à transformação da realidade vigente.

Desta forma, e os Encontros Estaduais promovidos pelo CPERS contribuem para esta investida, o sindicato deve transformar-se em um instrumento a serviço do processo de apropriação da cidadania e de politização da sociedade.

Segundo depoimento de Paulo Egon (1993/1996) a tarefa do sindicalismo, que se propõe a resgatar a cidadania, é trabalhar no sentido de romper com essa cultura e formar novas bases de solidariedade social, construindo alianças políticas com outros segmentos sociais com vistas à "desprivatização e democratização do Estado". Pensando desta forma, ex-diretor do CPERS acredita

unesp

que o sindicato-cidadão "deve inserir-se nas decisões mais gerais do conjunto da sociedade, através da cultura, das ciências, da política em todas as suas formas, da pesquisa, objetivando construir um novo projeto de sociedade, contrapondo-se à sociedade capitalista com seu discurso neoliberal". (Depoimento de Paulo Egon – gestão 1993/1996)

É a partir desta idéia de um sindicato-cidadão que o CPERS propõe a construção de uma nova concepção de escola – a escola-cidadã, que prepararia o aluno para o exercício da cidadania.

Convém um breve parêntese para um comentário acerca da proposta de uma escola-cidadã. É uma idéia que inspirou – e ainda inspira – muitos educadores e governos progressistas a partir da possibilidade concreta de se construir uma nova escola. O autor que melhor nos informa sobre a escola cidadã é Moacir Gadotti, não apenas por ter tratado especificamente sobre o tema em seu concurso para professor titular na USP ainda em 1992, mas por ter fundido em publicações posteriores as principais idéias e posicionamentos acerca do tema.

Não pretendo discorrer sobre o histórico e os fundamentos teóricos da proposta de uma Escola Cidadã, mas apenas citar as suas principais características a fim de compreendermos o ponto de partida do CPERS quando a entidade propõe e defende um sindicato-cidadão e uma escola-cidadã.

Assim, para Gadotti a Escola Cidadã teria como um dos pilares a relação direta entre Poder Público, escolas e comunidade (não necessariamente nesta ordem), de modo que, a partir desta perspectiva se buscaria a superação das formas tradicionais de relacionamento daquelas instâncias. A nova forma do

unesp

Poder Público, das escolas e da comunidade estabelecerem suas relações estaria pautada nos princípios da "gestão democrática", "comunicação direta", "autonomia da escola" e "avaliação permanente do desempenho escolar" (Gadotti, 2000, p.51).

Um olhar pela história de lutas do CPERS nos mostra que estes princípios quase sempre estiveram presentes em suas pautas reivindicativas. Entretanto, somente a partir do debate específico das questões educacionais – que se concretizam nos Encontros Estaduais de Educação e posteriormente nos Congresso Estaduais – é que estes temas são tratados com maior visibilidade pelo conjunto da categoria, pois não permaneciam sobrepostas pelas questões econômicas que recebiam maior ênfases nas reivindicações.

Prosseguindo o relato dos Encontros promovidos pelo CPERS, o XV Encontro Estadual de Educação e a I Jornada Latino-Americana de Políticas Pedagógicas (1994) – que ocorrem simultaneamente – discutiram o contexto sócio-econômico-político internacional, dando ênfase à realidade da educação latino-americana, onde se constata a ofensiva neoliberal. O avanço deste modelo implica num processo de aprofundamento da exclusão social, em contraposição emerge a discussão da cidadania como sendo outorgada, construída, conquistada.

Preocupado com isso, o CPERS/Sindicato, juntamente com entidades educacionais, traz para discussão nesse evento a relação entre cidadania, conhecimento e currículo, como forma de resgatar a escola Pública, que perdeu quase que totalmente sua autonomia, democracia e criatividade. Destacando que sem autonomia e democracia não há participação, esta deve ser entendida como

unesp

um processo identificado com a questão democrática e inserido num projeto político-pedagógico voltado para a construção de uma escola realmente pública e de qualidade.

Para tanto se faz necessário o engajamento efetivo dos trabalhadores em educação que extrapole o espaço escolar e estabeleça parcerias com o conjunto da sociedade através de seus órgãos e entidades representativas. A partir de agora propõe-se a discussão intensa de questões como: financiamento da educação, Plano Decenal de Educação, LDB, o atrelamento da escola à burocracia estatal, a falta de adaptação à realidade e o impedimento de ser um espaço de aprendizagem da democracia.

O XV Encontro Estadual de Educação foi organizado simultaneamente à discussão sobre os eixos de um projeto político-pedagógico para a educação que a Comissão de Educação do CPERS/Sindicato tem priorizado. Assim, pretende-se refletir sobre a escola cidadã, o fazer cotidiano dos seus trabalhadores e a participação do sindicato cidadão na construção de um projeto emancipador para a educação. A emancipação é uma busca continua de liberdade, de democracia, de vivência cidadã que não se limita e nem se esgota na escola. Contudo, este é um espaço privilegiado de práticas capazes de concorrer para a superação das desigualdades e das políticas sociais excludentes. Paralelamente, a realização da I Jornada Latino-Americana possibilita ampliar a discussão destas temáticas.

Dando continuidade às discussões regionais e ao Encontro anterior, o XVI Encontro Estadual de Educação e a II Jornada Latino-Americana

de Políticas Pedagógicas pretenderam ser, sobretudo, um investimento na construção de um "Projeto de Educação – em busca da Cidadania Plena".

Na concepção do CPERS (que representa a concepção média geral da categoria) a construção de um novo projeto para a educação deve possuir um caráter político-pedagógico, transformador, popular, democrático, integral e sistemático.

A esse respeito Pacheco (1993) nos informa que a proposta do CPERS está sustentada a partir de uma prática social que tem o conhecimento como objeto específico de seu trabalho cujo objetivo é fundamentalmente político, procurando "ser ao mesmo tempo uma forma renovada de fazer política e uma alternativa de fazer educação" (p.195).

Atuando desta forma o CPERS estabelece como seu princípio fundamental a transformação social a fim de construir uma nova sociedade voltada às aspirações populares, buscando romper com o sectarismo e o autoritarismo das práticas sociais e pedagógicas vigentes. Para Pacheco (1993) trata-se não apenas de popularizar a escola pública, fazer com que se torne popular.

No Encontro seguinte, o XVI Encontro Estadual de Educação e II Jornada Latino-Americana de Políticas Pedagógicas, o CPERS/Sindicato dá continuidade às suas proposições alargando a discussão com a sociedade gaúcha sobre Educação no contexto atual, buscando a partir de Conferências e Palestras, instrumentalizar professores, funcionários de escola, pais, alunos e trabalhadores de outras categorias sobre as transformações que estão ocorrendo no mundo do

unesp

trabalho, passando pela discussão do que seja o neoliberalismo enquanto projeto de sociedade e politicamente responsável pelo aumento da exclusão social e fim das conquistas sociais da classe trabalhadora.

A partir deste cenário que está posto, de forma globalizante, na estrutura do processo de produção e com reflexo no movimento sindical mundial, faz-se necessário que os trabalhadores em educação se apossem de informações que venham a contribuir na elaboração de estratégias para enfrentarmos projetos políticos desta natureza.

Com esta proposta é que neste Encontro Estadual de Educação estão pautados temas como a Educação e a Conjuntura Nacional, A Democratização da Escola, As Relações de Poder e o Cotidiano da Escola, O Conhecimento, O Currículo e o Trabalho Educativo, buscando através deles construir um projeto político-pedagógico visando a cidadania plena como referencial da sociedade que buscamos. Uma sociedade alicerçada na qualidade de vida do cidadão.

Em 1994, após uma longa discussão que passou pelas escolas, Núcleos e Conselho geral o magistério gaúcho decidiu e aprovou um conjunto de modificações estatutárias, entre elas as principais foram a criação do Congresso Estadual, a possibilidade de receber em sua base social o magistério das sedes municipais, o aumento da representatividade dos professores aposentados no Conselho Geral entre outras decisões também importantes.

Especificamente para este momento do capítulo merece destaque a criação do Congresso Estadual com realização de dois em dois anos, que

segundo a Diretoria (gestão 1993/1996) "vem com o objetivo de adequar o CPERS/Sindicato aos novos tempos, politizando, fortalecendo e qualificando a nossa categoria, preparando-a para as suas grandes demandas". (Diretoria do CPERS 1993/1996)

O I Congresso Estadual do CPERS/Sindicato (1996) aconteceu em um momento importante da conjuntura estadual, nacional e internacional. O neoliberalismo se expande com força e tem no Poder Executivo Central a figura de Fernando Henrique Cardoso como sua expressão, enquanto que no âmbito estadual tem-se uma reprodução por parte de Antônio Britto.

O Congresso se constituiu em um expressivo fórum de discussão sobre os rumos do movimento sindical, culminando com a deliberação indicativa de filiação do CPERS à CUT. Entre as seis teses[3] inscritas para o Congresso apenas uma era contrária à filiação.

Sobre o Congresso assim se manifestou Paulo Egon (Diretor do CPERS): "O Congresso é uma instância de discussão, qualificação do debate e estabelecimento de políticas do Sindicato (...) Aqui não tem adversário; nem inimigo, nosso inimigo está lá fora. Aqui temos mas de 1226 delegados, representantes dos trabalhadores em educação de todo o estado, dispostos a desenvolver um trabalho intenso (...). (Anais do I Congresso Estadual de Educação, 1996)

---

[3] As teses inscritas para o I Congresso Estadual do CPERS/Sindicato foram as seguintes: 1) Resgatando a dignidade profissional, 2) Projeto político-pedagógico: necessidade histórica do movimento sindical dos trabalhadores em educação, 3) Tese Florestan Fernandes: CPERS democrático e combativo na defesa dos direitos públicos, 4) Movimento dos professores pó-de-giz, 5) Pontos para reflexão, 6) Por um sindicato classista e de lutas. A tese vencedora foi a Tese 3 que, resumidamente, expressa a idéia de um movimento sindical conjunto, onde os trabalhadores em educação não formam uma categoria isolada em suas lutas.

unesp

O temário do Congresso teve abordagens sob o ângulo da conjuntura vivida pelo país e aprofundou a discussão dos aspectos políticos e sociais do neoliberalismo e suas conseqüências para toda a sociedade e com suas implicações para o movimento sindical. Além disto, promoveu debates enfocando a educação aprofundando a discussão das diferentes visões da educação, especialmente a disputa de novos paradigmas que, ou fortalecem o ideário capitalista neoliberal ou a ele se contrapõem sob um ideário democrático-popular, buscando contribuir na construção de uma sociedade justa, solidária e não-excludente.

Mesmo com a criação do Congresso Estadual o CPERS continuou promovendo os Encontros Estaduais por acreditar que este ainda é o local próprio para a discussão da política educacional e para a construção de um projeto político-pedagógico. Assim, em 1997 realizou-se o XVIII Encontro Estadual de Educação e a IV Jornada Latino-Americana de Educação que tiveram por objetivo discutir importantes questões relacionadas com a educação no País, procurando aprofundar as temáticas anteriormente debatidas e dando continuidade as idéias afloradas no I Congresso Estadual.

O II Congresso Estadual do CPERS com a temática "Educar, organizar e lutar para a transformação social" ocorreu em 1998, tendo sete teses inscritas[4].

[4] As teses do II Congresso foram as seguintes: 1) Tese da Articulação Sindical, 2) Resistência e luta para derrotar o neoliberalismo, 3) Contribuição ao debate do II Congresso Estadual de Professores, 4) Por um sindicato classista e de luta, 5) É necessário mudar a estratégia,6) Cresce no mundo a força do povo para derrotar o neoliberalismo, 7) A leitura do mundo pelo olhar dos diretos das crianças ou "Os meninos e o povo no poder". A tese 2 sagrou-se vendedora.

unesp

Neste Congresso, além do debate em torno do tema propriamente dito, houve uma análise crítica em relação às deliberações do I Congresso que não foram cumpridas, entre elas a construção de um projeto político-pedagógico (ainda que tenha havido muitas discussões sobre o tema), a expansão do Movimento Resgate da Qualidade do Ensino e a realização do Congresso do Movimento Sindical.

A marca do II Congresso foi a decisão de envolver a categoria no debate e na disputa de um projeto para a sociedade gaúcha, que se concretizou na vitória de um candidato de uma frente popular nas eleições para o governo do estado.

O mais importante nessa evolução do evento é que, paralelamente, houve um grande crescimento – qualitativo e quantitativo – de Encontros Regionais e Municipais de Educação, envolvendo, no seu conjunto, milhares de professores, funcionários de escola, estudantes, acadêmicos e, em muitos casos, inclusive pais. Esses Encontros têm acrescentado importantes contribuições teórico-metodológicas e político-pedagógicas ao debate desencadeado pelo CPERS/Sindicato, tornando-se um fórum privilegiado de discussão da educação no Rio Grande do Sul e no país.

Em janeiro de 2000 é realizado o III Congresso Estadual do CPERS "Unidos e Mobilizados somos Fortes" com a presença de oito teses[5].

---

[5] 1) Lutar para avançar e conquistar!, 2) Democracia e luta no CPERS, 3) Tese da Corrente Sindical Classista, 4) Fortalecer o CPERS resgatando a pluralidade, 5) Por um CPERS/Sindicato autônomo e democrático, 6) Por um sindicato classista e de lutas, 7) Novos rumos: para o CPERS e a categoria, 8) Esperança, luta e mobilização no CPERS. A tese 1 foi a vencedora.

unesp

Este Congresso evidenciou o acúmulo de discussão dos trabalhadores em educação expresso na luta contra o projeto neoliberal e o governo FHC, ao mesmo tempo em que abriu o debate sobre como se constrói uma alternativa para os trabalhadores que permita avançar nas conquistas. Fruto desta consciência foi a organização da histórica greve de 32 dias realizada pela categoria, para o qual o Congresso teve papel fundamental por se tratar de uma greve de trabalhadores na vigência de um governo de trabalhadores.

A conjuntura em que se realizou o III Congresso Estadual – ainda que seja a mesma no âmbito nacional – torna-se diferenciada, no âmbito estadual, por se tratar de um evento que passa a discutir os rumos da educação no exato momento em que enfrenta as dificuldades de relacionamento com um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores.

Paralelamente à realização dos Encontros e dos Congressos Estaduais ocorreram na capital do Estado outros eventos – que não foram coordenados pelo CPERS, mas que teve sua participação ativa – que de uma certa forma apresentaram para a sociedade e militantes políticos de outras nações a experiência de lutas do CPERS/Sindicato e as suas propostas para a educação. Estes eventos foram o III Congresso Nacional de Educação, a Conferência Estadual de Educação, o I Fórum Mundial de Educação e as duas edições do Fórum Mundial Social.

unesp

**O CPERS/Sindicato e a possibilidade real de mudança**

Talvez o subtítulo acima seja pretensioso demais diante da atual conjuntura em que vivem os trabalhadores em geral.

Enquanto no capítulo anterior tratei das lutas econômicas da categoria, e no presente capítulo do debate mais especificamente relacionado às questões educacionais a partir dos Encontros Estaduais de Educação e, mais recentemente, dos Congressos Estaduais do CPERS/Sindicato, nesta última parte do quarto capítulo pretendo mostrar que o subtítulo não se trata de exagerado otimismo político.

Realmente, e não se pode negar este fato na historia do Rio Grande do Sul, é a primeira vez que existe a concreta possibilidade de um sindicato não apenas apresentar suas propostas econômicas e educacionais, mas também promover a sua profunda discussão. Isto nunca aconteceu na história do magistério gaúcho. A emergência do Partido dos Trabalhadores na administração estadual parece garantir esta possibilidade. No terceiro capitulo mostro este fato em relação às questões mais econômicas e corporativas da categoria, e no quarto capítulo da mesma forma o faço no tocante às propostas educacionais.

Evidentemente que não se trata de uma relação menos conflituosa que as anteriores, mesmo porque há uma grande expectativa de mudança geral por parte de todos os setores ligados aos trabalhadores, da mesma forma que todos desejam garantir seu próprio espaço de conquistas. O elemento diferencial comparativamente aos governos anteriores é que não está presente o



autoritarismo de outrora, muito menos a repressão aos movimentos sociais. Existe um clima de liberdade, democracia e participação.

Não podemos confundir – como muitas vezes o faz o movimento sindical do magistério – a impossibilidade real de atender às reivindicações da categoria com autoritarismo ou intransigência. Este é um aprendizado que a categoria e sua entidade precisa amadurecer coletivamente. As relações entre o CPERS e o governo Olívio Dutra são extremamente conflituosas muito provavelmente devido a esta incapacidade de o magistério compreender que o funcionalismo público gaúcho não é composto apenas por professores e professoras. Estão presentes outras categorias com suas reivindicações próprias e específicas. É preciso estar atento a este fato.

Especificamente no tocante ao debate das políticas educacionais, onde se poderia supor um conflito menor devido aos princípios educacionais comuns entre a categoria, o sindicato, o partido, o governo e integrantes da comunidade escolar e universitária, é exatamente neste momento em que a discussão paralisa.

Isto ocorre no momento em que a secretaria da educação (cuja secretária havia sido diretora do CPERS à época das eleições para o governo do estado) conjuntamente com o governo estadual, encaminha para a categoria uma proposta de criação da Constituinte Escolar[6]. Naquela oportunidade a direção da

[6] A Constituinte Escolar, lançada em abril de 1999, caracteriza-se como um amplo movimento de participação popular na definição das políticas públicas de educação. Busca envolver a inclusão de pais, alunos, professores, funcionários de escola e movimentos sociais na discussão da educação pública. Em agosto de 2000 o governo do estado deu o primeiro passo com a realização da Conferência Estadual de Educação, onde começariam as primeiras discussões para uma mudança na política educacional do estado.

unesp

entidade reafirmou a posição dos trabalhadores em educação de não participar da Constituinte Escolar enquanto não houvesse uma contrapartida em relação às reivindicações salariais da categoria. Ocorre um processo extremamente perigoso e por muito tempo condenado pelas diversas diretorias do CPERS que é o atrelamento da pauta econômica à pauta educacional.

Vimos no capítulo anterior que permanecia um impasse em relação às questões salariais e que estas passaram a ser utilizadas como um pré-requisito para a concretização da Constituinte Escolar.

Em uma das entrevistas com Juçara Dutra, atual diretora do CPERS, a mesma insistia que esta era uma decisão da assembléia geral e que a diretoria central deveria acatar, mesmo sabendo dos prejuízos para o debate da política educacional. A diretora insistia em afirmar que de uma certa forma este comportamento do coletivo prejudicava todo um debate acumulado nos últimos vinte anos sobre as políticas educacionais e os projetos de transformação social.

Sem dúvida que se tratava de um retrocesso, pois este foi o momento mais esperado pelo magistério gaúcho: apresentar para a sociedade um projeto político-pedagógico voltado para os interesses dos trabalhadores.

Todavia, a Constituinte Escolar foi conduzida pela secretaria de educação apesar da decisão tomada pela categoria em Assembléia Geral. Entretanto, o elevado número de participantes nos coloca uma questão (que merecia uma reflexão em outro momento) acerca da representatividade das assembléias sindicais. Até que ponto representam o real posicionamento da totalidade da categoria?

unesp

Apesar da não participação do CPERS desde seu início, a secretaria de educação deu continuidade ao processo de instalação e consolidação da Constituinte Escolar, que se encontra dividida em cinco momentos[7].

O primeiro momento foi o lançamento da proposta propriamente dita explicitando-se a forma como seriam conduzidos os trabalhos da Constituinte Escolar, bem como procedendo-se à escolha das coordenações em cada escola e da coordenadoria regional. O segundo momento seria uma etapa de estudo sobre a realidade local e regional, além do resgate de práticas pedagógicas de escolas e organizações populares, onde seriam definidos temas que serviriam de referência para os estudos e debates da etapa seguinte.

O terceiro momento, então, foi o aprofundamento dos temas. Tratava-se de um período destinado ao estudo e leitura de referenciais teóricos que auxiliassem nos debates posteriores.

O quarto momento talvez tenha sido o mais intenso. Os Princípios e Diretrizes da proposta educacional foram elaborados e sistematizados. Foram 191 pré-conferências municipais ou microrregionais realizadas no mês de julho de 2000. Segundo a secretaria de educação mais de 60 mil pessoas se envolveram e aprofundaram o documento original "Princípios e Diretrizes" estabelecendo um texto-base que seria discutido e debatido no mês seguinte nas 31 Conferências Regionais. Na Conferência Estadual culminou a

[7] As informações sobre a Constituinte Escolar e suas diversas etapas para debate e construção de uma nova concepção de política educacional foram extraídos e apresentados de forma resumida a partir da publicação "Educação Pública dá Certo", de responsabilidade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, complementadas com informações mais específicas junto a integrantes da Secretaria de Estado da Educação.

unesp

elaboração final do chamado texto-base por parte de 3500 delegados representantes da comunidade escolar.

O quinto e último momento da Constituinte Escolar é a fase atual (outubro de 2001) do processo iniciado em 1999, com a implantação das decisões tomadas pela comunidade na reconstrução dos projetos político-pedagógicos das escolas, Coordenadorias Regionais de Educação e Secretaria Estadual de Educação.

Diante deste processo de Constituinte Escolar conduzido pela Secretaria da Educação, o CPERS (ainda que sua Diretoria Central entendesse esta questão de outra forma) publicou uma série notas na imprensa local e nos seus próprios jornais acerca desse impasse criado pelo conjunto da categoria ao condicionar a participação do magistério na Constituinte Escolar à uma contrapartida salarial por parte do governo do Estado.

Em uma destas notas à sociedade e à comunidade escolar a entidade formulou uma série de críticas ao processo conduzido pela Secretaria de Educação. Entre estas críticas estava o questionamento da própria legitimidade do processo uma vez que os trabalhadores em educação não participaram efetivamente da sua condução, e complementava indagando ao governo do Estado se o diagnóstico conduzido pela Secretaria acerca da educação no Rio Grande do Sul seria suficiente sem a participação dos professores.

Em várias destas notas à imprensa, o CPERS/Sindicato segue questionando as ações da Secretaria e da Secretária (outrora diretora da entidade) no tocante não apenas às atitudes administrativas e de condução do processo de

unesp

discussão de uma nova política educacional, mas os fundamentos teóricos que embasavam o próprio processo da Constituinte Escolar, indagando inclusive se seria democrático o rumo que estavam tomando os acontecimentos.

Assim se manifesta o CPERS/Sindicato sobre esta questão: "consideramos que a Constituinte Escolar não ofereceu condições para a participação da categoria por não atender suas reivindicações básicas [entenda-se econômicas]... ao desconsiderar tal fato, comprometeu uma proposta que poderia ter obtido sucesso em outras circunstâncias". (CPERS/Sindicato, Processo Educação, Nota à Imprensa)

Diante desta situação e na tentativa de mostrar à sociedade e comunidade escolar que ainda constituía-se na legítima defensora de um projeto de política educacional mais democrático e inclusivo que o conduzido pela Secretaria da Educação, o CPERS publica o Caderno de Educação (Ano 1, nº 1, Fevereiro de 2001) onde apresenta o seu Projeto Político-Pedagógico.

Este Projeto Político-Pedagógico, publicado pela entidade, nada mais é que a consolidação de mais de duas décadas de debate sobre as políticas educacionais no Brasil e no Rio Grande do Sul, que foram forjadas nos Encontros Estaduais de Educação, nas Assembléias Gerais, nos Congressos Estaduais e demais eventos realizados pelo CPERS.

Segundo Pacheco (1993), no campo educacional a entidade já conhece a educação que não deseja, mas ainda não possuía um Projeto Político-Pedagógico. Um projeto que fosse a síntese de anos de lutas econômicas e

educacionais. Talvez esta tenha sido a intenção do CPERS ao publicar seu projeto, uma síntese de tudo o que fora construído pela entidade.

Mas a impressão que se tem é que existem agora no Rio Grande do Sul um projeto de uma nova política educacional construída na Constituinte Escolar, e um outro projeto, o do CPERS e do restante do magistério gaúcho que não participou da Constituinte. Entretanto, ambos estão fundamentados nos mesmos princípios: transparência nas relações, gestão democrática da escola e dos recursos que lhe são destinados e pela ética na política. Fica muito complexo entender a quem cabe a razão.

Neste sentido, é relevante e oportuna a colocação de Carvalho & Laniado (1989) sobre as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais em momentos de transição e transformação política. Para as autoras, um elemento problemático para os movimentos sociais é a sua "natureza heterogênea e fragmentada", repercutindo em uma grande "dificuldade de se integrarem a uma ação política mais institucionalizada, menos imediatista", agravando os conflitos internos "a partir de competições por liderança, políticas de ação e alianças de várias naturezas". (1989, p.122)

Evidentemente que muitas explicações podem ser formuladas e têm a ver com o tipo de sindicalismo adotado pela categoria, com a maneira como a categoria ora enfatiza suas lutas econômicas ora o debate educacional, a forma como se relaciona com um partido popular amplamente apoiado pela entidade nas eleições (o que lhe valeu a Secretaria de Educação), a visão parcial que possui de classe trabalhadora dando-nos entender que bastaria um partido popular e uma

unesp

secretária da educação ex-dirigente da entidade para atingir seus objetivos salariais e de carreira, entre outras hipóteses.

Entretanto, não podemos descuidar que apesar deste impasse vivido pelo magistério gaúcho e sua entidade representativa, o CPERS/Sindicato forjou paralelamente às reivindicações econômicas um projeto de política educacional que visava contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática. Concomitante à construção de seu projeto educacional a entidade buscava implementá-lo a tentando encaminhar uma discussão por vezes infrutífera com governos passados marcadamente autoritários.

A história construída pelas pessoas que coletivamente integram uma sociedade e nela interagem colocou diante do CPERS a possibilidade histórica, concreta e real de finalmente encaminhar para a "grande discussão" o seu projeto para uma nova política educacional. Mas parece-nos que a categoria e a entidade esqueceram-se da multiplicidade de projetos que estão presentes em uma sociedade que anseia por mudanças e a diversidade de interesses econômicos que compões as pautas salariais do funcionalismo público. Dá-nos a impressão que o CPERS não soube lidar com a política em seu ambiente mais amplo, ou seja, no debate da sociedade em seu conjunto, na arena em que são construídas as políticas sociais.

unesp

# CONCLUSÃO

Ainda que seja extremamente complexo concluir sobre um processo ainda em movimento, como é o caso do CPERS/Sindicato e o seu envolvimento no debate e formulação de políticas educacionais, tecerei algumas considerações resgatando elementos presentes nos quatro capítulos que compõem esta pesquisa. Logo em seguida dedicarei um momento para tratar da tese, problema, objetivos e as hipóteses de estudo explicitadas na Introdução. Minha intenção nesta parte do texto é promover uma espécie de organicidade ao conjunto da pesquisa propriamente dita, articulando elementos que tenha permanecido distantes no transcorrer da análise.

Uma reflexão sobre os fundamentos do sindicalismo foi a idéia central do primeiro capítulo, onde apresentei as diversas concepções existentes sobre o movimento sindical e os fundamentos teóricos que o sustentam. Foi possível perceber que a interpretação das teorias clássicas, desde os seus primórdios, não se deu de maneira homogênea, e sim, que sofreram as influências da época e local onde se davam as lutas dos trabalhadores.

Em um momento específico do capítulo busquei mostrar que comparativamente às demais vertentes teóricas do sindicalismo, as análises empreendidas por Marx e seus simpatizantes foram mais abrangentes e profundas, pois davam especificidade ao contexto em que se originavam e desenvolviam as lutas sindicais dos trabalhadores – a sociedade capitalista.

unesp

A corrente marxista coloca uma série de questionamentos para o movimento sindical da classe trabalhadora, entre elas a ambigüidade que se estabelece entre as lutas econômicas mais corporativas dos trabalhadores e as lutas políticas para superação de uma realidade concreta, neste caso a sociedade capitalista. Esta é uma questão que permanece presente ao longo de toda a história do movimento sindical e talvez seja a mais difícil para o sindicalismo equacionar.

Entre as várias vertentes de sindicalismo analisadas foi possível perceber que em linhas gerais estas se posicionam entre buscar a integração dos trabalhadores na ordem vigente através de ações mais políticas, auferir vantagens econômicas independente dos rumos que possam tomar a sociedade capitalista e, um terceiro caminho que é o enfrentamento direto através da combinação articulada entre lutas econômicas e políticas que tem um caráter propositor de novos modelos de organização da sociedade.

Também neste primeiro capítulo busquei uma aproximação daquelas vertentes teóricas do sindicalismo com a experiência vivida pelas entidades representativas do magistério, identificando muitos elementos comuns com a forma como se organizam os sindicatos das demais categorias de trabalhadores. Assim, os sindicatos do magistério aliam em suas práticas elementos de reivindicação economicistas com críticas à forma como se organiza o seu trabalho e ao ambiente social em que suas práticas pedagógicas e lutas econômicas se concretizam, isto é, a sociedade capitalista.

Percebe-se nitidamente, na constituição do movimento sindical do magistério, uma reprodução de práticas sindicais das demais categorias de

unesp

trabalhadores, fato que possivelmente pode ter contribuído para a crise que se instalou no sindicalismo dos professores uma vez que as entidades e suas respectivas diretorias não conseguem dar as respostas que a categoria exige, principalmente para as lutas econômicas. Este fato mostra que a simples transposição de práticas sindicais de outros segmentos de trabalhadores – na maioria das vezes empregados na iniciativa privada – por si só não produz resultados para o magistério e suas entidades. Talvez fosse necessário que os professores forjassem a sua própria prática sindical a partir das experiências vividas pela categoria ao longo de sua composição enquanto classe trabalhadora empregada pelo Estado.

Com o capítulo seguinte – o segundo – talvez fosse possível buscar uma solução para esta questão. Entretanto, ao analisar a emergência do movimento sindical no magistério é possível perceber que a matriz teórica ainda permanece sendo a mesma que fundamenta as práticas sindicais dos demais segmentos de trabalhadores, sejam ou não empregados do Estado.

Todavia, acredito que o capítulo contribui para o conjunto do trabalho ao mostrar que na medida em que o magistério se organizava e lutava pela defesa dos seus interesses econômicos e corporativos, ocorreu um longo processo de amadurecimento político levando a categoria a dar uma maior especificidade às suas ações coletivas. Passa-se a perceber que é de fundamental importância o envolvimento em um outro nível do debate, e que tem a ver com as polêmicas que se estabelecem acerca das políticas educacionais.

unesp

Conjuntamente com o amadurecimento das entidades do magistério, passando de uma visão economicista e corporativa estreita para uma perspectiva mais crítica em relação às práticas pedagógicas e às políticas educacionais estabelecidas verticalmente pelas instâncias superiores do sistema, ocorre também a passagem de uma visão muito arraigada no magistério que o encara como uma missão a ser cumprida, um sacerdócio, uma vocação para uma outra que tem a ver com a sua crescente proletarização e degradação das suas condições de trabalho.

Esses elementos conjugados contribuem fortemente para uma transformação na forma da própria categoria encarar o sindicalismo do magistério, buscando a partir daí expandir as suas ações e reflexões.

Após um período de repressão e posteriormente outros de relativa abertura política, a partir de meados da década de oitenta, percebe-se um momento de consolidação das entidades representativas do magistério. Nota-se a passagem de uma fase mais pautada pelas grandes mobilizações, greves momentâneas e manifestações públicas, para uma etapa de críticas mais orgânicas direcionadas pela apresentação de propostas e participação na discussão, proposição e elaboração de políticas educacionais.

Nesse momento de transformação das entidades do magistério destaca-se uma entidade que se caracteriza pelo seu longo histórico de lutas e enfrentamento de governos autoritários e repressores dos movimentos sociais.Esta entidade é o CPERS/Sindicato.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Os capítulos três e quatro são dedicados ao estudo da entidade sindical representativa do magistério gaúcho. No capítulo terceiro procedi a um resgate histórico das suas lutas econômicas, greves, passeatas, mobilizações e pautas reivindicatórias, bem como os mecanismos adotados para negociação e as vitórias e derrotas daí decorrentes. No quarto capítulo abordo a atuação do CPERS/Sindicato na discussão, elaboração e proposição de uma nova política educacional a partir dos Encontros Estaduais de Educação e dos Congressos Estaduais.

A história do CPERS/Sindicato tem sido marcada pela defesa intransigente da educação pública de qualidade. Este compromisso referencia tanto as lutas pela valorização profissional como também pelas transformações necessárias à conquista dos direitos sociais e humanos. Porém se as alternativas encontradas em cada tempo histórico acumulam teses e experiências para o alcance desses objetivos, novas exigências – decorrentes dos avanços obtidos e as resultantes da reação que provocam – demandam sempre novas respostas.

Para isso, paralelamente às mobilizações reivindicativas, a categoria vem fazendo importantes debates e estudos através de eventos marcados pela elevada quantidade de participantes e qualidade das discussões. Fruto de praticamente duas décadas de trabalho e discussão coletivas, existe atualmente uma consistente formulação sobre uma política educacional alicerçada nos princípios da gestão democrática, transparência para aplicação dos recursos públicos e ensino de qualidade para a classe trabalhadora.

unesp

A entidade tem como perspectiva a formulação de propostas para uma política educacional democrática que partissem do conhecimento da realidade da educação no Estado e no país, localizadas dentro do quadro mais amplo da situação econômica, social e política nacional. Para o CPERS, uma política educacional democrática deveria garantir: o acesso e a permanência do conjunto das crianças e jovens na escola, a participação da comunidade escolar e de setores sociais organizados na gestão do sistema de ensino e um projeto pedagógico voltado para a construção da cidadania.

A análise da história construída pelo magistério gaúcho conjuntamente com a sua entidade representativa em defesa não apenas dos interesses corporativos mais ligados aos aspectos econômicos, mas pela exigência de ter o direito de influir no debate das políticas educacionais e sobre elas atuar, permite sustentar a tese inicial desta pesquisa que é possível os sindicatos do magistério não apenas discutirem e refletirem sobre a educação formulando propostas alternativas às práticas educacionais vigentes, mas concretizá-las sob a forma de uma nova política educacional. Ao longo da exposição do trabalho busquei a todo momento confirmar esta idéia.

Ainda que o CPERS/Sindicato não tenha conseguido concretizar completamente suas propostas para uma nova política educacional a partir do debate historicamente acumulado sobre a temática, deu mostras de que um sindicato do magistério é plenamente capaz – se assumir esta responsabilidade – de organizar os seus associados, envolver a sociedade, a comunidade escolar e universitária a fim de debater e propor políticas alternativas às vigentes.

unesp

No caso específico foram mais de duas décadas de discussões acumuladas e que estiveram presentes quando do seu envolvimento nas proposições para a Assembléia Nacional Constituinte, Constituinte Estadual, LDBEN, Plano Nacional de Educação e, mais recentemente, na Constituinte Escolar.

O CPERS conseguiu dar o primeiro passo. Construir a política educacional que uma parcela da sociedade gaúcha deseja. O próximo será conduzir o debate com a Secretaria de Educação e o Governo do Estado. Será, sem dúvida, uma relação conflituosa. O processo de elaboração da Constituinte Escolar foi apenas um exemplo de como será o debate deste momento em diante.

As ações do CPERS/Sindicato promovidas no sentido de construir juntamente com o magistério gaúcho, uma nova política educacional que atendesse aos interesses dos trabalhadores foram diversas, mas os momentos mais produtivos foram os Encontros Estaduais de Educação e os Congressos Estaduais, complementados pelas manifestações públicas posteriores a estes eventos com a finalidade de apresentar para a sociedade suas propostas. Propostas estas que se alicerçam, como afirmei anteriormente, em uma política educacional que tenha a gestão democrática como princípio fundamental e a transparência nas questões financeiras, além de promover a valorização do magistério a partir de uma melhor formação profissional e salários condizentes com a realidade vivida pela categoria.

A partir do conteúdo exposto nos quatro capítulos desta pesquisa e das várias análises construídas acerca da temática que a motivou, creio ser

unesp

possível partir para a confirmação ou rejeição de algumas hipóteses relacionadas na Introdução.

A experiência do CPERS/Sindicato mostra-nos que a ênfase das questões corporativas, assistencialistas e economicistas da categoria tratando-as de forma isolada dos demais problemas que afetam o magistério e a educação, reduzem a sua visibilidade sobre a totalidade dos problemas enfrentados. Esse tipo de comportamento atua diretamente na expectativa que o conjunto da categoria tem em relação à sua entidade e à sua organização coletiva, contribuindo para o agravamento da crise do movimento sindical entre os professores.

Por outro lado, à medida que a categoria passa a vislumbrar e construir novas formas de luta ou rever formas tradicionais de organização, consegue avançar não apenas nas próprias lutas da entidade, mas na forma de encarar a realidade educacional. A mudança de um comportamento menos crítico para uma atuação pautada na reflexão constante das formas de conduzir seus enfrentamentos, contribui para alargar uma visão mais crítica a respeito das políticas educacionais. Este processo ocorreu com o magistério gaúcho ao perceber que as lutas econômicas de décadas passadas não poderiam sobrepor-se às questões educacionais, sob o risco de estagnar-se o processo de sua reelaboração.

Dessa forma, o CPERS/Sindicato soube construir ao longo de sua história uma concepção própria de política educacional, não nos permitindo afirmar que reproduzia em seus discursos formulações elaboradas em outras instâncias externas à entidade. Evidentemente que havia uma interlocução

unesp

constante da entidade e do conjunto da categoria com partidos políticos (principalmente o Partido dos Trabalhadores), pesquisadores, lideranças sindicais e de outros movimentos sociais e um contato bem próximo com universidades, sendo correto afirmar que nessa interação muitas experiências são trocadas e antigas posições são revistas e até mesmo substituídas, mas a linha diretriz que persegue a concepção do CPERS sobre as políticas educacionais sempre foi formulada conjuntamente com a categoria nos Encontros e Congressos Estaduais referendados nas Assembléias Gerais. Assim, a hipótese de que o CPERS não possuiria uma concepção própria de política educacional, a partir das informações coletadas e devidamente analisadas, não se confirma.

A última hipótese formulada, e talvez a mais complexa de todas, refere-se às relações entre sindicato e partidos de esquerda no governo. Neste sentido, e tomando a experiência do CPERS/Sindicato, é possível afirmar que a presença de governos caracterizados como "populares e de esquerda" garante um maior envolvimento dos sindicatos no que tange à discussão das políticas educacionais. Entretanto, não garante a conquista das reivindicações da categoria (principalmente as econômicas) o que acaba interferindo nas relações entre o partido no poder, o sindicato e a categoria.

Todavia, a experiência vivida pelo CPERS/Sindicato é inédita na história do Rio Grande do Sul. É a primeira vez que o sindicato se encontra diante de uma situação concreta objetiva de poder estabelecer um diálogo aberto com uma coligação de partidos que contribuiu para eleger. Nunca na história da entidade do magistério estadual a categoria pode discutir suas propostas para a

unesp

educação sem ter que se submeter às pressões exercidas pelo poder executivo estadual. Por ser a primeira experiência neste sentido, a falta de maturidade para lidar com um governo popular aflora divergências que por vezes quase tornam o debate impraticável, como foi o caso da Constituinte Escolar.

Presentemente, o CPERS/Sindicato passa por momentos de grandes dificuldades, precisando articular reivindicações econômicas marcadas por um elevado grau de corporativismo com as propostas educacionais formuladas pela categoria. Este aprendizado está sendo difícil, mas a partir da sua longa história pautada por um profundo debate realizado conjuntamente com a categoria e a sociedade gaúcha produzindo propostas educacionais que vislumbrassem uma nova realidade, o CPERS, diante do seu acúmulo de experiências no trato com governos autoritários e repressivos saberá minimizar os conflitos internos e externos que a nova conjuntura lhe apresenta, e poderá finalmente defender as suas propostas para uma nova política educacional indicando que "um outro mundo é possível".

unesp

# BIBLIOGRAFIA


ALBANO, Alzira Fortini. *A ideologia do professor estadual do Rio Grande do Sul face aos seus movimentos grevistas de 1979 e de 1980.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

ALMEIDA, Maria Isabel de. *O sindicato como instância formadora dos professores :novas contribuições ao desenvolvimento profissional.* Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ALVARENGA, Marilene Calheiros. *A greve como um movimento de reconstrução da ação pedagógica.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 1995.

ANAIS DO I CONGRESSO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Porto Alegre: CPERS/Sindicato, 1996.

ANAIS DO II CONGRESSO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Porto Alegre: CPERS/Sindicato, 1998.

ANAIS DO III CONGRESSO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Porto Alegre: CPERS/Sindicato, 2000.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. Etnografia da prática escolar. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo?* 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *Os sentidos do trabalho:* Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BAGLIONI, G. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. 2ª ed. *Dicionário de Política.* Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1986.


unesp

BARBOSA, Joaquim Gonçalves Barbosa. *De professor a ator social:* os andaimes de uma construção. Estudo sobre a luta política dos professores da escola pública em Mato Grosso: 1979 a 1989. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

BATISTA, Analía Soria e CODO, Wanderley. Relações com o sindicato e saúde mental dos trabalhadores da educação. In: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: Carinho e Trabalho.* Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p.300-311.

BERNARDO, João. *Capital, sindicatos e gestores.* São Paulo: Vértice, 1987.

_____. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores:* Ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. *Modelo neoliberal e políticas educacionais.* São Paulo: Cortez, 1996.

BOITO JÚNIOR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.* São Paulo: Xamã, 1999.

BROILO, Cecília Luiza. *Dimensão pedagógica da prática social do movimento grevista do magistério público estadual do Rio Grande do Sul.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. *O movimento do magistério público estadual do Rio Grande do Sul:* 1977-1982. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

_____. *Movimento dos professores gaúchos – 1972/1991:* A difícil trajetória da questão democrática. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1994.

BULHÕES, Maria da Graça e ABREU, Mariza. *A luta dos professores gaúchos – 1979/1991:* O difícil aprendizado da democracia. Porto Alegre: L&PM, 1992. 176p.

CANESIN, Maria Tereza. *Um protagonista em busca de interlocução: Um resgate da história do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura 1979/1989.* Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

CADERNOS DE EDUCAÇÃO. Porto Alegre: CPERS, nº 1 a 18.

CARTILHA SOBRE OS DIREITOS DOS FUNCIONARIOS DE ESCOLA. Porto Alegre: CPERS, maio, 1999.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de e LANIADO, Ruthy Nádia. Transição democrática, políticas públicas e movimentos sociais. In: MOURA, Alexandrina Sobreira (org.). O estado e as políticas públicas na transição democrática. São Paulo: Vértice, 1989. p.108-133.

CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à meia-luz: Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1989.

CATTANI, Antônio David. Sindicatos – Sindicalismo. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *Trabalho e tecnologia*: Dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997. p. 225-231.

CAVALHEIRO, Hermengarda de Carvalho. *A organização dos professores públicos e a realidade brasileira – uma perspectiva histórica e sindical: dois estudos de caso – APPMG e UTE*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989.

COELHO, Ricardo B. Marques. *O sindicato dos professores e os estabelecimentos particulares de ensino no Rio de Janeiro:* 1931-1950. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, 1988.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói (RJ): Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília (DF): FLACSO do Brasil, 1991.

DRESCH, Márcia. *O discurso do CPERS-Sindicato:* Uma abordagem discursiva. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

FASSONI, Laurita Fernandes. *A APEOESP oponente ou proponente?* Um estudo sobre a construção do sindicato dos professores na construção de uma escola pública de qualidade para a classe trabalhadora. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica, 1991.

unesp

FERREIRA JÚNIOR, Amarilio. *A FREPOSUL e a luta sindical dos professores estaduais de 1º e 2º Graus: 1979 – 1986.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1992.

FURTADO, João Pinto. *Trabalhadores em educação:* Experiência, imaginário e memória sindical nos anos 80 e 90. Ouro Preto (MG): Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Uma só escola para todos:* Caminhos da autonomia escolar. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990.

_____. *Organização do trabalho na escola:* Alguns pressupostos. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Perspectivas atuais da educação.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GARMY, René. *Origenes Del capitalismo y de los sindicatos.* México: Editorial América, 1938.

HOBSBAWM, Eric. J. *Revolucionários:* Ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Mundos do trabalho:* Novos estudos sobre história operária. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1988.

HYMAN, Richard. Sindicatos e sindicalismo. In: BOTTOMORE, Tom. (Ed.). 5ª reimpressão. *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 p. 334-337.

HYPOLITO, Álvaro L. Moreira. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas (SP), Papirus, 1997.

INFORMATIVO CPERS. Porto Alegre: CPERS, 1996.

JORNAL A SINETA. Porto Alegre: CPERS, nº 1 a 304.

JORNAL A SINETA ESPECIAL ELEIÇÕES. Porto Alegre: CPERS, junho, 1999.

JORNAL MAGISTER. Porto Alegre: CPERS, 1990.

KRUPPA, Sônia Maria Portella. *O movimento de professores em São Paulo:* O sindicalismo no serviço público, o Estado como patrão. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1994.

LABRIOLA, Arturo. In: ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo?* 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÊNIN, V. I. *Sobre os sindicatos*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

LUGLI, Rosário S. Genta. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores:* 1964-1990. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1997.

MADEIRA, Maria Teresa de Carvalho. *O novo sindicalismo e o movimento de professores de 1º e 2º Graus da Paraíba*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, 1986.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. *Desafiando o Leviatã: sindicalismo no setor público*. Campinas (SP): Alínea, 2000.

MASSON, Máximo Augusto Campos. *Magistério e Sindicalismo:* a trajetória do Centro de Professores do Rio Janeiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada:* a política dos comunistas no Brasil. Marília: UNESP Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

NAHRA, Clícia Maria. *A organização do movimento docente em Santa Catarina:* Limites e avanços da participação dos professores na elaboração da política educacional do estado. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

NASCIMENTO, Luciano Cavalcanti do. *Sindicalismo e educação:* Um estudo do debate educacional no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

NOGUEIRA, Arnaldo J. F. Mazzei. Emergência e crise do novo sindicalismo no setor público brasileiro. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O novo sindicalismo:* vinte anos depois. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 51-72.

unesp

PACHECO, Eliezer Moreira. *Sindicato e projeto pedagógico:* A organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul de 1945 a 1991. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

PERALVA, Angelina Teixeira. *Reinventando a escola:* A luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1992 (Tese, Livre-Docência).

PERLMAN, Selig. In: REGINI, Marino. Sindicalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. 2ª ed. *Dicionário de Política.* Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 1150-1157.

PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. *Movimentação grevista no Rio Grande do Sul:*1980-1983. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1984.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos de e SGUISSARDI, Valdemar. O processo de proletarização dos trabalhadores em educação. *Teoria e Educação,* Porto Alegre: Pannonica, nº 4, p.91-108, 1991.

REGINI, Marino. Sindicalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. 2ª ed. *Dicionário de Política.* Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1986. p.1150-1157.

REVISTA CPERS. Porto Alegre, nº 9, maio, 1998.

REVISTA FRONTEIRAS. Porto Alegre: CPERS, nº 14, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *A formação política do professor de 1º e 2º graus.* 4ª ed. rev. ampl. Campinas (SP): Autores Associados, 1995.

RIDENTI, Marcelo. *Professores e ativistas da esfera pública.* São Paulo: Cortez, 1995.

RODRIGUES, Iram Jácome. A trajetória do novo sindicalismo. In: ___. *O novo sindicalismo:* vinte anos depois. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 73-94.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

unesp

SANTANA, Marco Aurélio. Política e história em disputa: o novo sindicalismo e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O novo sindicalismo:* vinte anos depois. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 133-162.

SANTOS, Nilda Moreira. *Movimento dos professores da rede pública na Bahia (1952-1989)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, 1993.

SOREL, G In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. 2ª ed. *Dicionário de Política*. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1986.

SOUZA, Aparecida Néri de. Sou professor sim senhor! Representações sobre o trabalho docente tecidas na politização do espaço escolar. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

TEORIA E EDUCAÇÃO, Porto Alegre: Pannonica, nº 4, 1991.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 vols.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Caminhos da profissionalização do magistério. Campinas (SP): Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro & CUNHA, Maria Isabel (Orgs.). Desmistificando a profissionalização do magistério. Campinas (SP): Papirus, 1999.

VIANNA, Cláudia. *Os nós do "nós":* Crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

VICENTINI, Paula Perin. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista):* Profissão docente e organização do magistério (1930-1964). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1997.

unesp